



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

Luiz Vinícius de Azevedo

**A transformação da configuração espacial do Rio de Janeiro desde sua fundação  
até sua fase industrial: implicações socioeconômicas**

Natal - RN

2021

Luiz Vinícius de Azevedo

**A transformação da configuração espacial do Rio de Janeiro desde sua fundação  
até sua fase industrial: implicações socioeconômicas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia (PPECO) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Economia.  
Área de concentração: Economia Regional.

**Orientador:** Prof. Dr. William Eufrásio Nunes Pereira.

Natal - RN

2021

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN  
Sistema de Bibliotecas - SISBI  
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais Aplicadas - CCSA

Azevedo, Luiz Vinícius de.

A transformação da configuração espacial do Rio de Janeiro desde sua fundação até sua fase industrial: implicações socioeconômicas / Luiz Vinícius de Azevedo. - 2021.  
149f.: il.

Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Economia. Natal, RN, 2021.  
Orientador: Prof. Dr. William Eufrásio Nunes Pereira.

1. Configuração espacial - Rio de Janeiro - Dissertação. 2. Espaço urbano - Dissertação. 3. Formação econômica - Dissertação. 4. Capital mercantil - Dissertação. 5. Capital industrial - Dissertação. I. Pereira, William Eufrásio Nunes. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/UF/Biblioteca CCSA

CDU 711.4(815.3)

Luiz Vinícius de Azevedo

A TRANSFORMAÇÃO DA CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DO RIO DE JANEIRO  
DESDE SUA FUNDAÇÃO ATÉ SUA FASE INDUSTRIAL: IMPLICAÇÕES  
SOCIOECONÔMICAS

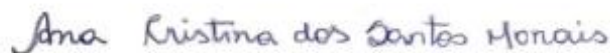
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito à obtenção do grau de Mestre em Economia.

Natal, 29 de outubro de 2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. William Eufrásio Nunes Pereira – PPGE-UFRN  
Professor orientador



Profª. Dra. Ana Cristina dos Santos Moraes – PPGE-UFRN  
Membra da banca



Prof. Dr. Marconi Gomes da Silva – PPGE -UFRN

Membro da banca



Prof. Dr. Ângelo Magalhães Silva – DCH-UFRN  
Membro da banca

## **Agradecimentos**

Sou grato aos meus pais, que não mediram esforços para me ajudar a construir o caminho que enveredei. Todas as conversas, conselhos e todo o suporte foi essencial para me tornar quem sou e onde estou. A toda minha família, que mesmo à distância sempre esteve disposta a me incentivar a alcançar meus objetivos.

Agradeço a minha companheira de vida Thayná Rodrigues, que divide alegrias, dores, amores e angústias comigo. Todos os planos, o cuidado diário, a construção de um futuro saudável, respeitoso e com voos altos criaram um ambiente confortável para me dedicar todo o tempo em Natal. Assim como toda família que me acolheu tão bem em sua casa. Agradeço, Rosemeire, Ivo e Pedro.

Sou grato à vida por colocar amigos de caminhada e colegas de faculdade, que fizeram da minha estadia em outra cidade um período calmo e proveitoso, por me deixarem à vontade e acolhido.

Agradeço todo o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Economia e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPECO/UFRN), principalmente ao meu orientador Prof. William Pereira pela paciência e disposição; ao Prof. Denílson Araújo, pelas conversas proveitosas que tivemos e pelo incentivo; e ao Prof. Marconi Silva, por abrir as portas para mim no estágio e docência e me passar toda a confiança para atuar ao seu lado, experiência na qual pude aprender bastante, tanto a nível profissional, quanto a nível pessoal.

Sou grato aos funcionários da UFRN de maneira geral. E, por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de mestrado e por todo o suporte à academia brasileira.

*A cidade é este compósito: a existência deste corpo social-diferenciado e interligado com a visão social levada às últimas consequências, instalado num espaço que é construído e organizado como território pelo conjunto de instituições que o grupo – a sociedade – constituiu. Mas isso tudo não é; está. A cidade é um permanente vir-a-ser.*

*Carlos Lessa*

*O Rio de todos os brasis*

## Resumo

Pensar as problemáticas em torno do espaço geográfico, seus fluxos e configurações implicam num esforço para compreensão da dinâmica presente na estrutura social, abrangendo questões de diferentes instâncias. A presente dissertação tem como objetivo a caracterização do processo de transformação espacial do Rio de Janeiro, sobretudo de sua capital, desde seu processo de formação até seu período industrial. Na análise deste objeto, realiza-se um levantamento em torno do conceito de espaço presente nos debates de teoria econômica, visando ampliar as lentes analíticas para discussões que se aproximem da totalidade das relações sociais, imbricadas por controvérsias, disputas e grupos sociais de interesses diversos, que sobrepõem ao espaço toda a sua complexidade. Nesse sentido, o estudo se sustenta na visão metodológica de Milton Santos (2020), onde o espaço adquire caráter estrutural e sistêmico, uma vez que abrange objetos geográficos (naturais e artificiais) distribuídos sobre o território, formando a configuração espacial. Parte-se dos conceitos e relacionamentos entre processos, função e forma. Observa-se que a formação do espaço urbano fluminense esteve inserida dentro da lógica mercantilista, na qual questões relacionadas à logística de transporte e rotas comerciais, sobretudo marítimas, interferiram na localidade e no padrão de ocupação do território, mas condicionadas por processos característicos da fase de acumulação de capital, na qual a formação do capitalismo nas economias centrais demandou, onde processo de circulação apresentava maior importância, evidenciando implicações sociais - de classe e raça -, políticas, econômicas e ideológica-culturais para que a dinâmica espacial se consolide, materializando uma cidade agrário-mercantil. Quando o padrão de acumulação de capital se modifica, consolida-se um novo padrão de configuração espacial, no qual evidenciou relações sociais de subordinação, construídas no período colonial, e garantiu as condições para a reprodução do capital industrial, permitindo que as fábricas assumissem papel ativo na coordenação da espacialidade carioca. Ademais, as ações estatais caracterizam todo o período analisado, seja como agente principal da reorganização espacial, seja no sentido de dar suporte para o capital, ao regular o relacionamento entre capital e trabalho, os melhoramentos de infraestrutura urbana e a distribuição dos rendimentos na economia. Tais elementos evidenciaram as controvérsias das relações sociais, que se delinearam o âmbito do mercado de trabalho, condições de moradia e as condições de sociabilidade de grupos sociais, de modo a se expressarem espacialmente, seja através dos quilombos, seja através das favelas. Em suma, conclui-se que os relacionamentos entre os elementos espaciais consolidaram um padrão urbano que estigmatizou, marginalizou e subordinou grupos sociais, produzindo problemáticas existentes em torno das favelas.

**Palavras-chave:** Configuração espacial; Espaço urbano; Formação econômica; Rio de Janeiro.

## **Abstract**

Thinking about the issues surrounding the geographic space, its flows and configurations imply an effort to understand the dynamics present in the social structure, covering issues of different specifications. This dissertation aims to characterize the process of spatial transformation in Rio de Janeiro, especially in its capital, from its formation process to its industrial period. In the analysis of this object, a survey is carried out on the concept of space present in debates on economic theory, broadening the analytical lens to approach the totality of social relations, imbricated by controversies, disputes and social groups of various, which overlap. to space all its complexity. In this sense, the study is based on the methodological view of Milton Santos (2020), where space acquires a structural and systemic character, as it encompasses geographic objects (natural and artificial) distributed over the territory, forming a spatial configuration. It starts with the concepts and services between processes, function and form. It is observed that the formation of the urban space in Rio de Janeiro was inserted within the mercantile logic, in which issues related to transport logistics and trade routes, especially maritime, interfered with the location and not the pattern of occupation of the territory, but conditioned by characteristic processes of the phase. of capital accumulation, in which the formation of capitalism in economies demanded, where the process of circulation had greater importance, showing social - of class and race -, political, defense and ideological-cultural so that the spatial dynamic is consolidated, materializing a agrarian-mercantile city. When the pattern of capital accumulation changes, a new pattern of spatial configuration is consolidated, in which social relations of subordination, built in the colonial period, were established and guaranteed the conditions for the reproduction of industrial capital, allowing factories to assume a role active in coordinating the spatiality of Rio de Janeiro. Furthermore, state actions characterize the entire period analyzed, either as the main agent of spatial reorganization, or in the sense of supporting capital, by regulating the relationship between capital and labor, urban infrastructure improvements and the distribution of income in the economy. These elements highlighted the controversies of social relations, which outlined the scope of the labor market, housing conditions and the conditions of sociability of social groups, in order to express themselves spatially, either through quilombos or through favelas. In short, it is concluded that the relationships between the spatial elements consolidated an urban pattern that stigmatized, marginalized and subordinated social groups, producing existing problems around the favelas.

**Keyword:** Spatial configuration; Urban space; Economic formation; Rio de Janeiro.

## **Lista de gráficos**

Gráfico 1 - Estimativas da importação de escravizados africanos desembarcados no porto do Rio de Janeiro, 1790 – 1830.

## **Lista de ilustrações**

Mapa 1 - Zoneamento industrial do Rio de Janeiro: 1938-1960

Mapa 2 - Distribuição das favelas no rio de Janeiro (1942)

Mapa 3 - Distribuição das favelas no rio de Janeiro (1948-1950)

## **Lista de tabelas**

Tabela 1: Número de engenhos em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro (1583-1629).

Tabela 2 - Períodos de instalação no Rio de Janeiro de famílias senhoriais formadas a partir de Ministros e Oficiais (1566-1700).

Tabela 3 - População da Corte (atual capital do estado) e da Província (restante do atual estado) do Rio de Janeiro - 1821.

Tabela 4 - Exportação do Açúcar da Província do Rio de Janeiro para Países Estrangeiros e Outras Províncias do Império nos Exercícios de 1846/47 a 1851/52.

Tabela 5 - Indústrias e serviços pertencentes ao Estado e administrados pela burocracia estatal - 1942.

Tabela 6 - Indústrias e serviços pertencentes ao Estado e não-administrados pela burocracia estatal - 1942.

Tabela 7 - Número de favelas e de moradores de favela segundo os principais distritos censitários (1948).

Tabela 8 - Distribuição percentual dos assalariados residentes em favelas no Rio de Janeiro segundo os principais setores ocupacionais (1948-1950).

## Sumário

|              |   |            |
|--------------|---|------------|
| <b>1</b>     | <b>INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>10</b>  |
| <b>2</b>     | <b>A ANÁLISE DO CONCEITO DE ESPAÇO: A RELAÇÃO ESPAÇO E ECONOMIA .....</b>                                       | <b>14</b>  |
| 2.1          | TEORIAS CLÁSSICAS DE LOCALIZAÇÃO.....   | 15         |
| 2.2          | AS TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL .....  | 19         |
| <b>2.2.1</b> | <b>Teorias de desenvolvimento equilibrado.....</b>  | <b>21</b>  |
| <b>2.2.2</b> | <b>Teorias do desenvolvimento desequilibrado.....</b>   | <b>26</b>  |
| 2.3          | A CONTRIBUIÇÃO DE CELSO FURTADO PARA O DEBATE DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL .....                                 | 36         |
| 2.4          | A CONTRIBUIÇÃO DE AUTORES MARXISTAS.....  | 38         |
| 2.5          | CONSIDERAÇÕES ACERCA DA ANÁLISE ESPACIAL DO RIO DE JANEIRO... ..  | 48         |
| <b>3</b>     | <b>O CAPITAL MERCANTIL E A ESTRUTURAÇÃO ESPACIAL DO RIO DE JANEIRO .....</b>                                    | <b>50</b>  |
| 3.1          | A FORMAÇÃO ESPACIAL DO RIO DE JANEIRO .....   | 52         |
| 3.2          | FORMAÇÃO DE SUA CAPITALIDADE .....  | 65         |
| 3.3          | A CONSOLIDAÇÃO DA DINÂMICA URBANA .....   | 70         |
| <b>3.3.1</b> | <b>Os impactos da economia cafeeira sobre o espaço produtivo do Rio de Janeiro ....</b>                         | <b>76</b>  |
| <b>4</b>     | <b>O CAPITAL INDUSTRIAL E A REESTRUTURAÇÃO ESPACIAL NO RIO DE JANEIRO .....</b>                                 | <b>90</b>  |
| 4.1          | AS IMPLICAÇÕES SOCIAIS DO PADRÃO DE URBANIZAÇÃO PROJETADO NO FIM DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX.....       | 92         |
| 4.2          | A RELAÇÃO ENTRE ELEMENTOS ECONÔMICOS E ESPACIAIS A PARTIR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL .....                          | 101        |
| 4.3          | AS IMPLICAÇÕES ESPACIAIS DAS TRANSFORMAÇÕES DO PADRÃO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA A PARTIR DA DÉCADA DE 1930..... | 117        |
| <b>5</b>     | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>   | <b>137</b> |
|              | <b>REFERÊNCIAS .....</b>  | <b>143</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

O Censo de 2010 apurou que Rio de Janeiro é o município brasileiro com o maior número residentes em favelas, abrangendo 1.393.314 moradores, distribuídos em 763 favelas, representando 22% da população carioca. A região metropolitana fluminense possui um número maior de habitantes em favelas, chegando a 1.702.073.<sup>1</sup> Local que evidencia as controvérsias e problemáticas em diferentes esferas sociais, seja pela segurança pública, moradia, acesso à educação e aos serviços públicos em geral ou pelo direito à cidade. O presente estudo nasce da busca por explicações sobre as desigualdades sociais expressas espacialmente e pelo nítido corte racial do padrão de apropriação do território carioca.

O referencial teórico presente nos debates econômicos acerca da questão espacial se relaciona sobretudo através da economia regional, que por vezes é pautada como instrumento para gerar rendimentos a partir da interação entre firmas ou do conjunto de relações econômicas que ocorrem entre regiões de um país. Ou seja, muitas vezes é vista como uma ferramenta para maximizar o resultado econômico de determinadas firmas ou regiões em detrimento às demais, a partir de modelos quantitativos que efetivamente refletem as dinâmicas regionais, resultando em um processo de competição econômica. Entretanto, a questão regional pode ser analisada, também, a partir dos fluxos econômicos e das interações existentes entre os espaços, de modo a explicar tendências e dinâmicas, como argumenta Lemos (1988) apontando que o objeto de pesquisa do estudo regional é o movimento do capital no espaço.

Partindo da ideia de que o movimento do capital no espaço, isto é, de que a estrutura e a dinâmica econômica atuante sobre o espaço condicionam o padrão de formação espacial, é possível analisar os impactos diferentes aos grupos sociais existentes, onde estruturas de poder são determinantes importantes para a análise socioeconômica. Este é o método utilizado por autores da vertente marxista, que pontuam que as relações materiais de produção, condicionam não somente as bases para a organização social, como também definem a cultura do indivíduo, através da criação dos seus próprios meios de subsistência, oferecendo à produção uma inerente dimensão material e sociocultural.

Por outro lado, as teorias clássicas de localização, que iniciaram o processo de integração entre os conceitos de economia e espaço, trazem para a agenda econômica a discussão sobre os efeitos das relações econômicas nos espaços geográficos, através de uma

---

<sup>1</sup> Observatório Legislativo da Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro (OLERJ). Disponível em: <http://olerj.camara.leg.br/retratos-da-intervencao/favelas-cariocas> acesso em 04 de outubro de 2021.

perspectiva estritamente microeconômica, de acordo com as decisões locacionais das firmas. Von Thünen (1826), pioneiro do tratamento locacional na teoria econômica, foi de suma importância para a construção do debate econômico em torno das economias regionais, devido à capacidade de seu modelo em focalizar a distribuição espacial de múltiplas firmas em conjunto. Já Alfred Marshall (1890) foi precursor nos estudos de aglomeração das estruturas econômicas, principalmente no que diz respeito à capacidade da urbanização em atrair atividade econômica, a partir de vantagens aglomerativas e geração de economias externas.

Entretanto, antes da compreensão dos relacionamentos regionais, se faz importante a análise conceitual acerca do espaço. Visões que sobrepõe ao espaço características de neutralidade, como meros objetos geográficos, que não se relaciona com as tensões sociais existentes, podem levar a análises insuficientes sobre a realidade social que se apresenta em determinada localização em determinado hiato temporal. A presente dissertação se sustenta na ideia de espaço enquanto totalidade, que abrange as relações sociais de seus elementos, suas funções e processos implicados por sua estrutura social, e que no processo de materialização de tais relações resultam-se os objetos geográficos, a configuração espacial e sua paisagem.

Nesse sentido, a análise espacial que pretende ser realizada deve discutir a realidade social de seus diferentes elementos: a sociedade civil, as empresas, as instituições, o meio ecológico e o nível de infraestrutura, tornando a totalidade do conceito evidente. A forma como se relacionam entre si, através de suas funções e instâncias sociais, isto é, por meio da economia, política, cultura, das normas jurídicas, ideologias etc., e a forma como se expressam, sua configuração espacial.

A análise aqui realizada, parte da análise do processo de formação do espaço urbano e produtivo do Rio de Janeiro, no qual se caracteriza pela predominância de uma elite econômica ligada ao capital mercantil e à Coroa Portuguesa, estabelecendo uma dinâmica espacial agrário-mercantil, concentrando sua atividade socioeconômica próxima às regiões portuárias. A relação do capital mercantil com o poder político estabeleceu os parâmetros para a estruturação da urbanização e atuação econômica do Estado, se pautando pela valorização de seus capitais mercantis de baixa indução produtiva a nível regional, acentuada pelo baixo nível de infraestrutura básica (LESSA, 2000).

Isto acabou por resultar, dentro do estado do Rio de Janeiro, em desigualdades estruturais, que atuaram como um dos pontos de intensificação da concentração econômica e a materialização espacial das estruturas de poder vigente. Entretanto, isso não significou um cenário de crise econômica em seu processo histórico, dado que a centralização política do Rio

de Janeiro foi um fator muito importante para a manutenção de um dinamismo considerável, mesmo que embora tenha delimitado os limites estruturais de seu desenvolvimento, mantendo sua dinâmica espacial e urbana de forma concentrada e com dominância mercantil.

No decorrer do processo histórico da economia fluminense, com a desconcentração produtiva brasileira e dado a capacidade de resposta da economia do Rio de Janeiro, apresentaram-se determinantes internos, ligados ao surgimento de deseconomias de aglomeração, a apropriação da fronteira de recursos naturais, a extroversão de mercados por centros dinâmicos e a urbanização consolidando a dominação da lógica urbano-industrial, sobretudo por meio do território de sua capital, e externos, relacionados aos investimentos públicos, incentivos fiscais e a intensificação de políticas de integração econômica com a construção de infraestruturas, que criam novas economias de aglomeração e desencadeiam uma complementaridade produtiva no espaço (SOBRAL, 2007).

Dito isso, o estudo parte da metodologia de uma pesquisa bibliográfica histórica sobre o processo de formação econômica do Rio de Janeiro, buscando evidenciar os condicionantes que a estrutura mercantilista legou para a estrutura capitalista brasileira e como as transformações no padrão de acumulação do capital, expressos sobretudo na cidade do Rio de Janeiro e suas conexões, impactaram o espaço urbano e produtivo, para que assim seja possível fazer inferências sobre a distribuição socioeconômica do espaço. Ou seja, busca-se, a partir do estudo histórico, realizar uma pesquisa descritiva, revisando material científico em geral já publicado, de forma que seja possível discutir o processo de formação e a transformação do espaço urbano e produtivo fluminense, evidenciando os condicionantes que a estrutura econômica oferecia à configuração do espaço - sobretudo urbano -, além das políticas econômicas e as políticas urbanas implementadas, lastreadas nas estratégias nacionais, que caracterizaram o período.

Tenta-se descrever o âmbito social no qual a dinâmica espacial está inserida. Assim, parte-se de um sistema gerido pelo modo produção vigente, dividido em processos de produção, circulação, distribuição e consumo, condicionando as instâncias nas quais as relações compõem o corpo social, cuja ação, lastreada pelo trabalho, se expressa na configuração espacial. As perguntas que temos, portanto, são: quais foram as características da formação e distribuição do espaço no Rio de Janeiro, assim como seu processo de transformação, desde a fase colonial à industrial? Quais conflitos foram suscitados para que tais produtos espaciais se efetivassem? Como o Estado (esfera institucional, mas também arena de disputa política) e as relações de poder influenciaram a dinâmica espacial urbana?

Tais questões podem trazer reflexões sobre dinâmicas espaciais atuais, condicionadas pelo domínio do capital financeiro, como, por exemplo, o processo de gentrificação de bairros periféricos, esclarecendo que para além da chegada de condomínios seguros e confortáveis, existem relações atuantes entre os elementos espaciais, que resultam em marginalizações de grupos sociais, em um ambiente de disputa, cuja atuação do Estado é primordial, implicando em reconfigurações das identidades espaciais, mitificando a relação de cidadania da população transformando-os apenas em consumidores.

Desse modo, o objetivo principal da presente dissertação é a caracterização do processo de transformação espacial no Rio de Janeiro, sobretudo de sua capital, desde sua formação até seu período industrial. Já como objetivos secundários configuram-se: i) analisar as consequências sociais da configuração espacial resultante; e ii) discutir a atuação do poder público na formação urbana do Rio de Janeiro e suas conexões com demais grupos sociais.

Para isso, o estudo se divide, além da presente introdução e das considerações finais, em três capítulos, cujo primeiro dedica-se a tratar como a ciência econômica se relacionou com a dimensão espacial, buscando dar robustez conceitual ao espaço. O capítulo expõe e contrapõe diferentes visões sobre os relacionamentos entre espaço e economia, presentes nos debates de economia regional e desenvolvimento, tentando elucidar uma visão mais abrangente do tema. Já a segunda seção está debruçada sobre o processo de formação econômica do estado do Rio de Janeiro, com ênfase em sua capital, evidenciando, além dos movimentos de apropriação do território pelas estruturas produtivas, suas implicações sociais, assim como a discussão das políticas econômicas e de urbanização que marcaram e condicionaram a dinâmica socioeconômica do estado. E, por último, buscaremos elucidar as mesmas problemáticas a partir da estrutura capitalista industrial, que desponta na capital do país mesmo não sendo mais o centro dinâmico da economia, e como isso condicionou os relacionamentos entre os elementos contidos no espaço.

## 2 A ANÁLISE DO CONCEITO DE ESPAÇO: A RELAÇÃO ESPAÇO E ECONOMIA

A questão regional se debruça sobre a análise dos fluxos econômicos e das interações que os espaços possuem entre si, ou seja, o objeto de pesquisa do estudo regional é o movimento do capital no espaço (LEMOS, 1988). De forma que a definição do conceito de região é um pontapé inicial interessante para discutirmos as relações existentes entre espaços geográficos, sobretudo suas relações econômicas. Esta seção fará uma breve discussão sobre a definição de região e espaço econômico e, em seguida, revisará como a teoria econômica costuma analisar a dinâmica entre espaços, considerando desde relações quantitativas, voltadas para maximização de lucros e minimização de custos, até seus impactos sobre outras instâncias socioeconômicas e políticas, buscando a elucidação da natureza das estruturas produtivas que se instalaram em determinada região, condicionando as interdependências que formarão suas economias regionais e suas estruturas sociais.

O conceito de região pode ser tratado dentro do âmbito da homogeneidade, seja por características geográficas ou naturais, ou pelas relações econômicas ali presentes. O conceito de região proposto por North (1977) se encaixa nesta perspectiva por considerar região aqueles espaços subjugados pela mesma base de exportação, “a fim de salientar que a coesão unificadora de uma região, acima e além das semelhanças geográficas, é o seu desenvolvimento em torno de uma base de exportação comum” (NORTH, 1977, p.337). Por outro lado, poderia se definir região a partir da heterogeneidade das atividades econômicas presentes em determinado espaço geográfico, porém se consideraria que tais regiões, no limite, se caracterizariam pela autossuficiência das relações econômicas e a questão regional não se faria presente.

Porém, como o capitalismo se estrutura a partir da centralidade das relações mercantis, o espaço econômico se apresenta de forma integrado e articulado. Portanto, como nos mostra Maurício Borges Lemos (1988), a região é definida a partir do “conjunto de pontos do espaço que tenham maior integração entre si do que em relação ao ‘resto do mundo’”. De modo que a análise regional passa a considerar região a ser estudada aquela cujo grau das atividades econômicas esteja atrelado às interdependências das rendas internas, e a natureza do relacionamento econômico inter-regional ou intrarregional condicionará o esclarecimento da dinâmica regional.

Assim, a partir de diferentes visões sobre a forma de se estudar as relações existentes entre espaço e economia, poderemos notar uma evolução no sentido epistemológico do

tratamento das questões econômicas, ou socioeconômicas, do espaço. Em suma, veremos que as preocupações da teoria clássica de localização buscavam determinar a localização das empresas dentro de uma perspectiva de otimização, isto é, buscando minimizar custos, sobretudo os custos de transporte, devido às premissas com que a economia clássica tratava o espaço: de forma homogênea em toda a sua extensão, como receptáculo neutro em que se estabelece a organização social e o processo produtivo.

Passando pelas teorias de desenvolvimento regional, que possuem esforços para explicação regional de maneira mais estrutural, ligada à dinâmica da economia nacional e internacional, que vai condicionar as desigualdades seja de acordo com o nível de poupança ou capacidade de investimentos, seja por mecanismos derivados de forças de aglomeração e desaglomeração. Situando a contribuição de Celso Furtado para a análise do subdesenvolvimento e seus condicionantes políticos, culturais, sociais e econômicos para a explicação de desigualdades regionais. E por fim contribuição marxista, que vai enxergar o espaço como fruto do desenvolvimento das relações sociais derivadas da dinâmica do sistema capitalista, o que implica a análise das relações de poder, conflitos de classe inerentes aos processos econômicos, de modo a transformar a natureza em um produto social inserida em conflitos por sua apropriação, intrínsecos à dinâmica social condicionada pela estrutura material de produção.

## 2.1 TEORIAS CLÁSSICAS DE LOCALIZAÇÃO

Von Thünen e Alfred Marshall foram os precursores do tratamento locacional dos empreendimentos na teoria econômica, sobretudo na teoria da localização. No século XX, Von Thünen, em sua obra “O Estado isolado” (1826), se consolidou como um clássico da teoria locacional, de modo que autores, como por exemplo, Lösch seguiram e ampliaram sua abrangência teórica. Autores reconhecidos e prestigiados, como Schumpeter e Samuelson, reconheceram sua importância, de maneira que o primeiro o considerava superior a David Ricardo, enquanto o segundo o considerava pai do marginalismo, colocando-o em posições de prestígio ao lado de Adam Smith, John Stuart Mill e Leon Walras.

Como é de se imaginar, Von Thünen tinha como visão econômica similar à lógica do modelo da economia clássica, voltado para a produção agrícola. Sua linha teórica se assemelhava com a teoria da renda da terra ricardiana, no entanto: a questão central não estava sobre a fertilidade do solo, mas sobre a distância em relação ao centro produtivo. Ou seja, conforme aumenta-se a distância da terra em relação ao centro produtivo, há uma redução de

sua renda, onde o custo de transporte seria o determinante da velocidade com que a renda diminui.

Seu modelo se baseia na ideia de que a produção tem como fim a obtenção da maior rentabilidade líquida possível e, por isso, as firmas buscarão definir sua localização de maneira a otimizar a relação entre renda da terra e custo de transporte, se sustentando em alguns pressupostos como: os agentes são tomadores de preço, logo não há monopólios e oligopólios; há livre-entrada nas atividades agrícolas, resultando em inexistência de lucros extraordinários; a produção ocorre em retornos constantes e com coeficientes de produção fixos; o terreno homogêneo por toda a região; e os preços de cada produto são considerados dados. Isso implica que, dado as condições de preço e custo de transporte, aqueles produtores mais próximos das cidades (centros econômicos) têm vantagens locacionais e conseguem extrair lucros extraordinários. Entretanto, a premissa de livre-entrada no mercado gera uma escassez de terras, via disputa entre produtores, o que eleva a renda da terra para aquelas localizadas nas proximidades do centro, contrapondo aquelas vantagens extraordinárias de lucros, dissipando os lucros entre os produtores (CRUZ, 2011).

Sua importância para a construção do debate econômico em torno das economias regionais, na qual os fatores de produção e a organização social estão inseridos, se dá pela capacidade de seu modelo em focalizar a distribuição espacial de múltiplas firmas em conjunto (BREITBACH, 1988), além do caráter pioneiro que teoria de Von Thünen possui para a teoria locacional. Entretanto, sua análise carece de mecanismos para explicar a realidade, ou seja, acaba por perder fundamentos empíricos nas análises regionais, por desconsiderar interdependências que as firmas possuem umas com as outras e, no limite, os relacionamentos que os espaços urbanos e rurais possuem. Fato que a evolução epistemológica da ciência regional passa a tratar, ao absorver outros fatores além do custo de transporte como determinantes na caracterização da lógica espacial e regional de um país, sejam eles fatores sociais, econômicos, políticos, culturais, ambientais etc.

Alfred Marshall (1996), precursor nos estudos de aglomeração das estruturas econômicas, principalmente no que diz respeito à capacidade da urbanização em atrair “grandes capitalistas, dotados de tino comercial” (MARSHALL, 1996, p.341), inclina sua análise aos fatores que levaram a atividade produtiva, sobretudo a industrial, a se localizar em determinada localidade gerando economias externas e fazendo com que haja uma tendência de permanência dessas atividades no local. Focchezatto (2010) observa o que ficou conhecido como a “tríade marshalliana”: formas pelas quais vantagens aglomerativas se expressam, tal qual mercado

dotado de trabalhadores qualificados, disponibilidade de serviços e fornecedores de matéria-prima especializada e a presença de *spillovers* tecnológicos e de conhecimento, isto é, os transbordamentos e encadeamentos que o progresso técnico e científico pode gerar. Dessa forma, Marshall define que a urbanização gera um processo de aglomeração de contínuo crescimento econômico, onde as economias externas, principalmente derivadas do setor industrial, atraem população e novas atividades econômicas para centros urbanos, sustentando um fluxo circular contínuo de crescimento.

No século XX, os autores que deram continuidade às teorias de localização, pelo menos até o fim da década de 1940, se basearam no paradigma neoclássico, principalmente sobre o princípio de otimização. Alfred Weber, em 1909, publica sua obra *Über den Standort der Industrien*, que veio a ser considerada uma das primeiras teorias gerais da localização, buscando definir os fatores que determinam a localização das unidades produtivas, sobrepondo a responsabilidade de determinação aos fatores como custo de transporte, custo de mão de obra e forças de aglomeração e desaglomeração formando o “fator local” (CRUZ, 2011).

O modelo de Weber parte dos conceitos de ubiquidades, que são os insumos disponíveis em qualquer lugar, e de matérias-primas localizadas, que são aquelas disponíveis em apenas alguns lugares, mas de maneira geral, as localizações tanto das matérias-primas e do mercado consumidor são tidas como conhecidas e, considerando que o mercado produtor é ilimitado, dentro das condições de concorrência perfeita, enquanto a mão de obra é imóvel e também ilimitada, as empresas buscarão se localizar de maneira a minimizar custos. A definição dessa problemática passa pela análise de três forças. A primeira relacionada os custos de transporte entre matéria-prima e mercado consumidor, considerando o “peso locacional” de cada fator, implicando que o aumento do peso do produto ou insumo (ou aumento de seu custo de transporte), deslocará o ponto ótimo de localização da firma para localidades mais próximas desse produto ou insumo, e vice-versa, da mesma forma ocorreria em relação ao mercado consumidor. A segunda relacionada aos custos com mão de obra, onde localidades de mão de obra barata interferirão no ponto ótimo de localização da firma. Já a terceira refere-se às forças de (des)aglomeração, que embora não tenham sido muito bem elucidadas, constata-se que áreas de aglomeração são áreas de baixo custo de mão de obra, ao passo que a presença de muitas firmas aumenta a demanda por espaço o que eleva custos. O modelo weberiano, de caráter simplista e irrealista, peca principalmente ao considerar custos de transporte proporcionalmente às distâncias e matérias-primas e mercados determinados pontualmente, mas serviu de base para

aprimoramentos teóricos de outros autores, que ampliaram e consolidaram a teoria de localização (MANZAGOL, 1985).

O geógrafo Walter Christaller, publica em 1933 seu livro *Die Zentralen Orte in Süddeutschland*, fruto dos estudos de anos anteriores, avançando no tratamento da questão regional, passando a se preocupar, principalmente, com a explicação das relações de dependência entre as localidades, a partir da noção de hierarquia entre espaços. Tal perspectiva oferece à sua análise um caráter totalizador, tratando diversos elementos que influenciarão a distribuição territorial das atividades produtivas, assim como da população (BREITBACH, 1988). Nesse sentido, Christaller vai apontar que no processo de formação social as regiões acabam se caracterizando por algumas responsabilidades (comerciais, administrativas, religiosas, entre outras), cujas relações entre si expressarão uma rede de hierarquias, onde fatores ligados à disponibilidade de recursos naturais, topografia, herança histórica, cultura e hábitos de consumo vão justificar o relacionamento entre lugares de diferentes hierarquias, ou seja, centrais e complementares.

O objetivo de Christaller era determinar o formato das áreas de mercado em que todos os consumidores são atendidos simultaneamente à minimização de sua distância em relação às firmas. Dessa forma, os tipos de bens produzidos e suas localizações produtivas definiriam o tamanho das áreas, ou seja, as áreas de mercado dependem das condições de custo de transporte e elasticidade-preço do produto em questão. O modelo de Christaller se expressaria através de círculos eficientes em minimizar distâncias e, conforme a concorrência entre firmas ocorre e esses círculos, que correspondem as áreas de mercados das firmas, se aglomeram, criam zonas de mercado não atendidas, mas no decorrer desse processo de aproximação de áreas, os círculos vão se achatando transformando-se em hexágonos cujas fronteiras lineares definem os limites de mercado de cada firma (CRUZ, 2011).

August Lösch acabou por sofisticar a teoria de Christaller utilizando conceitos da teoria econômica, mantendo suas principais ideias. Crítico à concepção weberiana de que a localização das firmas seria no ponto de custo mínimo, o autor aponta que, na verdade, as empresas buscam se localizar onde obterão lucros mais elevados (MANZAGOL, 1985). Seu modelo descreve as inter-relações de entre as regiões, partindo de uma perspectiva do produtor e do consumidor individual, seguindo basicamente os mesmos pressupostos de homogeneidade do espaço - que deve ser totalmente ocupado com distribuição populacional e de matérias-primas homogênea -, as preferências entre consumidores são idênticas, resultando numa área

de mercado monopolizada por um único produtor especializado em um único produto (BREITBACH, 1988), pressupondo, portanto, a atuação de monopólios.

De acordo com a elasticidade-demanda do produto e os custos de transporte, tais áreas terão seus tamanhos expressos em forma de cones, indicando a relação entre distância, preços e quantidades demandadas e, a partir disso, suas interações formarão redes com diversas composições produtivas. A superposição de diversas redes leva à coincidência dos núcleos de oferta com maior demanda, valorizando, com isso, alguns centros produtivos em detrimento de outros, definindo as hierarquias entre regiões (CRUZ, 2011). A teoria de Lösch teve grande influência sobre o desenvolvimento teórico do pensamento econômico espacial, sobretudo nos Estados Unidos da América.

Walter Isard, que em 1954 apresenta seu modelo, finaliza a seção sobre os clássicos da teoria locacional, propondo, na verdade, uma linha de pensamento que se convencionou chamar de Ciência Regional, a partir de uma síntese geral dos modelos de Weber, Christaller e Lösch. Seu modelo enfatiza o lucro extra em função dos ganhos de escala derivados da área de mercado que as empresas possuem em suas localidades, somando à análise a minimização de custos e variações espaciais da demanda (PEREIRA, 2016).

De maneira geral, os autores citados anteriormente trataram o conceito de espaço dentro de uma concepção marginalista, que o considera como um território dado, pré-existente, se relacionando com indivíduos e objetos para realizar quaisquer atividades a partir, principalmente, das relações de forças de aglomeração e desaglomeração de atividades econômicas, assim como dos custos de mão de obra e transporte/deslocamento. A seguir discutiremos autores que, de certa forma, abdicaram da análise microeconômica e locacional para analisar as relações entre espaço e economia, mas que avançaram nos estudos da questão regional, são os autores que tratam o desenvolvimento regional, sobretudo as perspectivas do desenvolvimento equilibrado e desequilibrado.

## 2.2 AS TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

As teorias de desenvolvimento passam a exercer influência à análise do objeto em questão, uma vez que começam a expandir as ferramentas explicativas para além de variáveis locais e estritamente econômicas. Embora as discussões se afastem um pouco dos condicionantes e dinâmicas de apropriação do espaço em si, tais teóricos discutem como a estrutura econômica pode determinar a intensidade na qual tal apropriação pode ocorrer, além de evidenciar os mecanismos dedutivo-indutivos que as condições materiais de produção,

mobilidade de trabalhadores e de capital, além de investimentos governamentais e fatores não-econômicos acabam gerando sobre fluxos existentes entre regiões.

Estudos datados a partir da década de 1950 vão se destacar nos estudos da economia regional, influenciados direta ou indiretamente por ideias de Marshall (1890), Schumpeter (1911) e Keynes (1936) formando o bloco de teorias do desenvolvimento regional. Os principais nomes são Perroux (1955), Myrdal (1957), Hirschman (1958), Rosenstein-Rodan (1943), Nurkse (1957) e North (1959). Autores que, embora pouco teorizem sobre o processo de formação do espaço e seus condicionantes, em muito edificam o debate em torno das problemáticas da economia regional, uma vez que são críticos às teorias de localização por desconsiderarem decisões locais das empresas, ao enfatizarem mecanismos dinâmicos de auto reforço, externalidades associadas à aglomeração industrial, além de absorverem fatores não-econômicos à análise empírica para explicar, em última análise, a discrepância econômica existente entre países e regiões. Há, dessa forma, uma visão mais sistêmica dos relacionamentos espaciais.

Dentro desse bloco teórico as divergências se apresentarão em alguns níveis, mas principalmente devido ao conceito de desenvolvimento utilizado e, em segundo plano, de acordo com a observação de tendências de longo prazo para o desenvolvimento regional, isto é, se o desenvolvimento converge para o equilíbrio, onde regiões que se desenvolveram tendem a aplicar efeitos de complementariedade e desenvolver as demais, ou se o desenvolvimento tende ao desequilíbrio, onde regiões que despontam ao desenvolvimento tem as ferramentas necessárias para manutenção desta posição frente as demais, ampliando desigualdades de forma contínua.

Na tradição econômica, o desenvolvimento é visto como resultado do crescimento econômico sustentado, no entanto o reconhecimento, ou não, de que apenas o processo histórico de crescimento sustentado de renda ou do valor adicionado da economia é o suficiente para tal conceito marca as divergências teóricas. Surge então a distinção entre o conceito de crescimento e desenvolvimento econômico. Souza (2007) aponta a existência de duas correntes de pensamento sobre o tema, cuja primeira encara o crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento, enquanto a segunda vê o crescimento como condição necessária ao desenvolvimento, mas não suficiente. Para os autores defensores do crescimento econômico enquanto sinônimo de desenvolvimento, incrementos de renda e valor adicionado geram melhorias no padrão de vida da população, o que favorece a acumulação de capital, o progresso técnico e incremento de conhecimento.

Já para a segunda vertente, o crescimento econômico é uma variável indispensável, porém não suficiente. Torna-se necessário mudanças qualitativas (não apenas quantitativas) no padrão de vida populacional, nas instituições e nas estruturas produtivas, trabalhando com variáveis além de emprego e renda, ligadas à saúde, educação, alimentação, moradia, segurança, lazer, relações políticas etc. (DUARTE, 2015). Embora divergentes, tais perspectivas não se anulam, há na verdade possibilidade de complementos entre elas.

Por meio de tais perspectivas alguns autores buscaram analisar as desigualdades entre países e regiões, tentando esclarecer quais seriam os relacionamentos que estes teriam entre si, se utilizando de mecanismos econômicos ou buscando as interdependências entre fenômenos econômicos, institucionais e sociais neste processo. A seguir discute-se alguns dos principais teóricos de ambas as linhas de pensamento, destacando suas diferenças.

### **2.2.1 Teorias de desenvolvimento equilibrado**

As teorias de desenvolvimento equilibrado baseiam-se nos pressupostos de equilíbrio entre as curvas de oferta e demanda da economia clássica, sustentando a ideia de que o surgimento de empreendimentos individuais em regiões deprimidas e estagnadas podem não ser viáveis economicamente, dado a insuficiência de demanda que o tamanho do mercado oferece, mas virão a ser se vários outros empreendimentos forem implantados simultaneamente, formando as condições necessárias para que a expansão do nível de emprego e renda agregado crie o mercado necessário para suprir a oferta de produtos da economia, ou seja, para que a aplicação da Lei de Say venha a se concretizar.

Rosestein-Rodan (1943), precursor desta perspectiva do desenvolvimento, ao analisar problemas da industrialização no Leste e Sudeste da Europa, aponta que as principais dificuldades passadas por regiões deprimidas são: a) oferta escassa de capital, especialmente de capital social básico; b) relativa ausência de complementaridade de demanda; e c) oferta reduzida de poupança. O autor pressupõe que o emprego massivo de mão de obra em um empreendimento, em uma indústria, não levaria ao processo de desenvolvimento, uma vez que, tendenciosamente, os salários dos trabalhadores seriam gastos na compra de serviços e produtos importados de outros países ou regiões. Mas, se a mesma quantidade de trabalhadores fosse empregada em uma gama de indústrias diferentes, a Lei de Say se expressaria através da expansão de renda da região, uma vez que a formação de capital e as condições de oferta expandiriam a renda e o mercado interno. Sendo assim, o autor propõe a implementação do chamado *Big Push* (grande impulso), isto é, a realização simultânea de um amplo conjunto de

investimentos em diversos setores industriais, para que a nova mão de obra empregada pudesse gerar mercado para as novas atividades industriais. Dessa forma, cada novo empreendimento encontraria demanda internamente à própria região, através da expansão interna da massa salarial e do efeito renda sobre o nível de consumo, de forma a tentar evitar riscos de insuficiência de demanda, evitando que os salários sejam gastos com importações (ROSENSTEIN-RODAN, 1943).

A ideia girava em torno do Estado treinar a massa de trabalhadores desempregados, e de baixo nível técnico, para aumentar o nível de produção dos setores em que estão empregados e elevar o consumo agregado da população, dado aos rendimentos que o aumento de produtividade gerará sobre a renda dos mesmos. Sendo assim, quanto maior for o número de setores envolvidos neste ciclo de qualificação de mão de obra e ganhos de produtividade, maior seria o processo de desenvolvimento das regiões que se relacionam, fruto dos efeitos de complementariedade guiadas pelo consumo agregado da população.

O que implica em algumas questões: os investimentos dependeriam das expectativas de lucro dos empresários, mas o papel de coordenação dos investimentos (nacionais ou estrangeiros) aparece como responsabilidade do Estado, uma vez que a atuação das forças de mercado em regiões deprimidas não levaria a alocação dos investimentos de maneira uniforme no espaço, havendo um resultado abaixo do ótimo, na perspectiva do desenvolvimento da economia como um todo, o que poderia ser solucionado através da coordenação estatal, desconcentrando espacialmente a alocação dos investimentos, gerando mercados interligados por toda a economia (DUARTE, 2015).

Como o *Big Push* demandaria um elevado nível de recursos, Souza (2007) aponta que esse processo de industrialização deveria ter gargalos voltados para o mercado externo, isto é, voltados para exportação, pois seu financiamento muito provavelmente ocorreria através de recursos externos, dado a escassez de capital e poupança. Portanto, haveria necessidade de geração de divisas para garantia de lucros e pagamento dos empréstimos, o que implica na necessidade de fluxos de exportações para países que ofereçam o capital financeiro que financia o grande impulso.

Outro autor importante que trata o crescimento econômico pautado nas condições de equilíbrio entre oferta e demanda é Ragnar Nurkse (1951), que vai analisar os países pobres a partir de sua teoria do círculo vicioso do subdesenvolvimento, mostrando como o mecanismo de manutenção de obstáculos para o desenvolvimento se apresenta: o baixo nível de produtividade dos fatores gera uma população com baixo nível de renda e poder aquisitivo,

resultando em um mercado que restringe a produção de bens e serviços, dado a insuficiência de mercado, havendo escassez de incentivos ao investimento e um acúmulo de capital insuficiente, mantendo o nível de produtividade baixo, baixos níveis de renda e poupança, restrição de mercado e baixos lucros, baixa propensão marginal a investir e, portanto, insuficiente acumulação de capital. A proposta de superação do autor também gira em torno de investimentos de capital em diversas indústrias ao mesmo tempo, pois os trabalhadores empregados virariam consumidores destas indústrias, por considerar os efeitos de complementariedade que os setores possuem entre si, de forma que as propensões de consumo não sejam destinadas apenas a produtos destinados à subsistência (NURKSE, 1951).

Ou seja, pelo lado da oferta, há insuficiente acúmulo de capital, o que se reforça com a baixa produtividade, tanto por material humano tanto pelo progresso tecnológico. E pelo lado da demanda há baixos níveis de consumo, proporcionando baixos incentivos a investimentos, mantendo as regiões deprimidas no ciclo vicioso do subdesenvolvimento. Ao considerar uma massa de investimentos que visa expandir o tamanho do mercado interno sua proposta além de depender da aplicação de recursos de forma diversificada, depende do “material humano e qualidades humanas (tais como iniciativa, liderança e espírito de empreendimento) existente em qualquer país em particular” (NURKSE, 1951, p.23), onde o processo de complementariedade entre os setores é atuante devido à diversidade das necessidades humanas.

O autor não atribui responsabilidade ao Estado ou à iniciativa privada sobre o método de superação desses obstáculos, deixando em aberto a possibilidade de economias externas proporcionadas pelo investimento simultâneo de diversas empresas a fim de expandir o mercado complementar entre si, mas reconhece que a realidade empírica evidencia que o Estado pode coordenar o processo inicial de desenvolvimento. Mas, ainda assim, o autor sobrepõe importância ao papel do empresário “criador de oportunidades” nos países subdesenvolvidos, que a partir de suas inovações tecnológicas vão abrir novos mercados dinamizando a economia interna.

Como a barreira ao desenvolvimento só seria rompida e o crescimento equilibrado alcançado se o nível de investimento no mercado interno abranger diferentes ramos produtivos, para que seja possível expandir o mercado como um todo, tais empresários têm importância estratégica para inversões de capitais geradores de economias externas a nível macroeconômico.

Neste processo seria necessário: transferências do excedente de mão de obra nas produções agrárias rumo aos empreendimentos de capital urbano; para financiamento da massa de investimentos, como há tendência de que a poupança voluntária não se encontre em níveis

suficientes, seria preciso aumentar o fluxo de capitais estrangeiros e/ou dar condições para novos projetos de investimentos dos novos indivíduos migrantes; o que tornaria necessário a criação de agências reguladoras para controlar capitais estrangeiros que passassem a se interessar no mercado interno subdesenvolvido (GUMIERO, 2011).

Assim, a principal problemática de países e regiões considerados pobres, segundo Nurkse, é a dificuldade de acumulação de capital, onde, segundo o autor, a baixa propensão a poupar é o ponto de inversão do ciclo, uma vez que na concepção clássica os investimentos são dependentes da capacidade de poupança da economia. Para ambos os autores – Rosestein-Rodan e Nurkse -, o processo produtivo se mostra extremamente importante para a superação dos obstáculos do desenvolvimento e, por isso, o processo de industrialização extensivo pode ser a solução para superação de tais obstáculos, devido a formação de capital gerada, evidenciando a importância do processo produtivo para satisfazer a formação de capital, elevar a produtividade dos fatores, com isso expandindo o tamanho do mercado e entrando num círculo virtuoso do desenvolvimento.

Outro autor relevante é Williamson (1965), que aplica os condicionantes de equilíbrio e convergência entre os níveis de desenvolvimento regional à tendência de longo prazo, havendo manutenção da livre atuação das forças de mercado. O autor aponta que, normalmente, nos períodos iniciais do desenvolvimento há baixas interconexões entre os mercados regionais, heterogeneidade em graus de eficiência na aplicação de trabalho e capital, de modo que as barreiras regionais podem ser grandes demais para estimular o crescimento das demais regiões relativamente deprimidas, implicando em um período de expansão das divergências espaciais, concentrando o desenvolvimento na região que despontou ao crescimento pioneiramente. Porém, quando os obstáculos para os transbordamentos econômicos forem vencidos, principalmente aqueles ligados à livre mobilidade dos fatores, nível de fluxo de informações e nível tecnológico, o desenvolvimento regional convergirá ao equilíbrio (WILLIAMSON, 1965, p.5).

Três fatores principais vão interferir nesta dinâmica de convergência do processo de desenvolvimento: i) mobilidade de mão de obra; ii) mobilidade de capital; e iii) a política de investimentos públicos. Nos estágios iniciais, quando uma região desponta para o crescimento econômico, a migração de trabalhadores é apontada como extremamente seletiva devido aos altos custos de migração para as classes menos abastadas ou à inércia tradicional das regiões pobres, não urbanizadas e não industrializadas. Fazendo com que o processo migratório ocorra entre trabalhadores com idade ativa, e com provável maior qualificação, de regiões deprimidas

em direção à região em crescimento, em busca de melhores condições de trabalho e maiores salários, aumentando as discrepâncias salariais e de renda entre as regiões. Quando o processo de crescimento econômico já está maduro e sustentado, o autor aponta que há uma tendência da migração se tornar menos seletiva. Neste momento as regiões atrasadas, mesmo em ritmo mais lento, entraram no processo de desenvolvimento, reduzindo os custos de migração, tornando-os não-restritivos e eliminando preconceitos contra grupos de baixa renda, reduzindo diferenciais de renda e salário, podendo, além de manter trabalhadores qualificados, atrair mão de obra das regiões já desenvolvidas, além deste processo elevar o fluxo migratório interno à região (WILLIAMSON, 1965, p.8).

A mobilidade do capital ocorre de maneira similar nos estágios iniciais. As economias externas e os benefícios gerados pela aglomeração de investimentos podem extrair capitais das regiões ‘atrasadas’ e direcioná-los para regiões em desenvolvimento - buscando reduzir os riscos, participar de mercados mais maduros e expandir sua capacidade empreendedora. Os capitais migram via sistema bancário ou mercados de capitais, de forma que tais instituições privilegiem investimentos de maiores retornos, localizados em regiões de elevado nível de desenvolvimento. Assim, “depósitos das regiões atrasadas se transformam em créditos para as indústrias do norte (...) A maior parte do investimento direto por empreendedores de origem sulista também é feita em regiões desenvolvidas” (WILLIAMSON, 1965, p.7)<sup>2</sup>, dado as melhores condições de infraestrutura, transporte e instalações de comunicações, além de maiores mercados e melhores condições para expansão das relações de mercado. Quando o desenvolvimento de mercados de capitais se tornar mais sofisticados nas regiões atrasadas, a fuga de capitais não mais acontecerá ou se tornará menos intensa, pois os benefícios de aglomeração de capitais e economias externas tendem a se esgotar nas regiões desenvolvidas, enquanto oportunidades de investimentos surgem agora nas regiões atrasadas. Dependendo da intensidade deste processo de crescimento que ocorrerá nas regiões atrasadas, cada vez mais a reversão de capitais se tornará um caminho natural, convergindo ao equilíbrio no longo prazo.

No que diz respeito aos investimentos governamentais Williamson argumenta que podem, também, gerar este processo de expansão de desigualdades inicial, sobretudo concentrando investimentos nas regiões que despontam ao crescimento, buscando a manutenção deste processo. Mas governos podem buscar estratégias de igualdade de distribuição de renda, seguindo políticas de transferência de renda para regiões deprimidas, seja

---

<sup>2</sup> O autor utiliza “norte” para referenciar a região desenvolvida e “sul” a região atrasada.

através instituições regionais ou simplesmente via compromisso nacional, sem que haja compromisso espacial, bem-estar ou de equidade. Ademais, após o desenvolvimento ter amadurecido, a necessidade de investimento estatal tende a se reduzir, o que leva a investimentos governamentais derivados de rendimentos anteriores, o que, segundo Williamson, oferece oportunidades para alterar a composição geográfica do investimento, favorecendo regiões menos desenvolvidas (WILLIAMSON, 1965, p.9).

Em outras palavras, Williamson vê o processo de desenvolvimento com tendências contínuas ao “progresso”, mas com a homogeneização de seus níveis em escala regional ocorrendo apenas no longo prazo. Nos estágios iniciais do desenvolvimento a mobilidade dos fatores (trabalho e capital) e políticas de investimentos governamentais vão se comportar de maneira a criar efeitos regressivos e de polarização (como apontam Myrdal e Hirschman – que discutiremos mais a frente), de modo a não criar condições necessárias para que as forças de mercado cumpram seu papel de promotor do equilíbrio, aumentando as desigualdades. Mas, com a maturação deste processo, havendo melhoria na infraestrutura, no fluxo de informações, nos mecanismos de integrações comerciais e nos transbordamentos tecnológicos, as economias de escala, de aglomeração e o processo de urbanização e industrialização poderão reduzir as desigualdades regionais, fazendo com que o desenvolvimento convirja ao equilíbrio. Este posicionamento frente ao processo de desenvolvimento entra em conflito com as conclusões pensadores do desenvolvimento desequilibrado e divergente. Discutiremos agora alguns de seus principais autores sinalizando as principais diferenças com os autores expostos acima.

### **2.2.2 Teorias do desenvolvimento desequilibrado**

A visão de equilíbrio da economia veio a ser criticada por diversos autores e entre eles estão teóricos do bloco de teorias do desenvolvimento desequilibrado. Gunnar Myrdal (1960) é um dos principais autores da vertente do desenvolvimento desequilibrado e divergente, trabalhando sua perspectiva da metodologia da Causação Circular Cumulativa, mas como tal metodologia analítica não foi criada por ele, e a utilização feita por Myrdal é fruto de influências teóricas anteriores, se faz necessário recuar um pouco no tempo e entendermos como o método foi utilizado pelos principais nomes e como se estruturou até sua versão dentro da teoria do desenvolvimento desequilibrado. Toner (1999) aponta Allyn Young, Rosenstein-Rodan, Alfred Hirschman, Gunnar Myrdal e Nicholas Kaldor como teóricos que usufruíram de tal ferramenta metodológica e relaciona suas teorias a partir de três conceitos: retornos crescentes, economias externas e complementaridades, sobretudo ligadas a consumo e produção. Como aponta Kaio

Costa (2013), Toner analisa a Causação Circular Cumulativa como uma teoria de crescimento econômico e, portanto, sua perspectiva não se integra às teorias do desenvolvimento que Young, Rosenstein-Rodan, Myrdal e Kaldor se propuseram a elaborar. Aqui, o trabalho de Costa (2013) pode nos esclarecer, sobretudo, as influências de Myrdal a partir de autores que trataram a teoria da causação circular a partir de visões sobre economias de escala, instituições e economia monetária.

A teoria da causação teve como um dos pioneiros Allyn Young que publicou o artigo *“Increasing Returns and Economic Progress”* em 1928, buscando discutir os efeitos que os retornos crescentes da produção industrial estavam produzindo sobre a dinâmica macroeconômica. Young buscou relacionar o conceito de divisão do trabalho, seu impacto positivo sobre a produtividade, sua ocorrência devido à propensão à troca das pessoas e sua dependência ao tamanho do mercado existente, com o fenômeno macroeconômico dos retornos crescentes, somado ao conceito de demanda recíproca, que de forma cumulativa gera oportunidades de mudanças qualitativas e quantitativas na economia e, com isso, oportunidades de surgimento de novos métodos produtivos. Assim, Young sugere que o tamanho de mercado é determinado pelo volume de produção. Isto implica dizer que, para ele, a divisão do trabalho depende de si própria, que o processo de crescimento econômico, sob condições de retornos crescentes, gera ciclos crescentes, progressivos e cumulativos, gerando um ciclo virtuoso de crescimento, em nível macroeconômico, entre as curvas de oferta e demanda, a partir das economias de escala, sobretudo no setor industrial (COSTA, 2013).

Uma segunda influência da teoria da causação circular cumulativa de Myrdal, tem origem na teoria institucionalista de Veblen (1898). Pois sua teoria tenta explicar o desenvolvimento econômico a partir da relação entre ações de indivíduos e a estrutura social, trabalhando com questões além das estritamente econômicas, com estudos sobre as relações sociais, de maneira a criticar a filosofia naturalista e utilitarista presente na economia clássica, e afirmar que a natureza humana não estava baseada em decisões hedonistas, mas que tal natureza humana nem seja um fato preexistente. Na verdade, os indivíduos mudam de acordo com as condições de sociabilidade, ou seja, de acordo com as mudanças nas instituições sociais e no ambiente socioeconômico.

Implicando, aqui, um primeiro ponto de discordância com a noção de equilíbrio, onde de forma alguma as relações socioeconômicas tendem a um ponto de equilíbrio, pelo contrário, possuem tendências evolutivas, de constante mudança de acordo com seu ambiente. Como os indivíduos se relacionam entre si e como tais relacionamentos estruturam instituições sociais

são o foco da análise do desenvolvimento para Veblen. Para o autor são nas ações dos indivíduos que se encontram o motor para o desenvolvimento e, portanto, a ação econômica seria o ponto de junção da ciência econômica e a ciência evolucionária, uma vez que a economia, enquanto um processo de crescimento cultural, impulsionado pelo interesse econômico, se apresentaria como uma sequência cumulativa de instituições, passíveis de mudanças a partir das ações individuais, ao mesmo tempo que as condiciona (COSTA, 2013).

Wicksell (1986) foi outra influência marcante para a construção da teoria de causação circular cumulativa de Myrdal, por criticar a concepção de equilíbrio estável, a partir de sua teoria do processo cumulativo, que analisava a relação entre juros de empréstimo, determinado pelo mercado monetário e os juros real, determinado pelo rendimento real do capital em seu processo produtivo, com a relação demanda monetária agregada com a oferta de bens agregada. Em sua análise, Wicksell mostrou que, em economia fechada, competitiva e com sistema de crédito puro, os investimentos possuem relação inversa aos distúrbios da taxa de juros monetário frente a taxa de juros real, gerando um processo cumulativo de (des)investimento, (queda) elevação da demanda agregada por bens e serviços, (queda) elevação dos preços, seja pelo (queda) aumento da oferta de dinheiro, derivada da atuação do sistema bancário, seja pela intensificação do uso do crédito (COSTA, 2010).

Em suma, sua teoria advoga que, em condições de pleno emprego, qualquer desvio da taxa de juros em relação ao seu valor natural gerará impactos sobre os preços monetários de toda a economia, de forma cumulativa. Então, se as taxas de juros estiverem abaixo de sua taxa natural, a expectativa por investimentos será superior à poupança prévia. Essa maior demanda por investimento, será absorvida pelo sistema bancário pela concessão de crédito, gerando um excesso de demanda agregada, pressionando os preços para cima, o que em termos macroeconômicos pode indicar expectativas inflacionárias para o futuro, o que estimula mais ciclos de investimento, aumento de demanda agregada e preços, sendo o contrário também válido.

Assim, para Wicksell, o desencadeamento do processo inflacionário ou deflacionário depende da discrepância entre as taxas de juros e o reajustamento das expectativas. Diferindo, segundo o autor, do movimento de equilíbrio dos preços relativos, proposto pela Teoria Quantitativa da Moeda, uma vez que para eliminar a instabilidade de preços, causada pelo desvio entre as taxas de juros monetário e natural, seria necessário, evidentemente, igualá-las. Entretanto, a taxa de juros natural flutua conforme as causalidades de flutuações reais na economia sendo muito improvável que tal igualação ocorra.

A proposta de Wicksell sobrepõe aos bancos a responsabilidade de ser um ator estabilizador da economia, assumindo que estes têm obrigações maiores com a sociedade do que com o interesse privado. A atuação bancária deveria, portanto, assumir posições anticíclicas: caso os preços subam, os bancos deveriam elevar as taxas de juros monetárias; caso os preços caem, os bancos devem reduzir suas taxas de juros; e caso haja manutenção dos preços, que haja manutenção dos níveis de juros bancários. Este procedimento deve se manter até que aconteçam novos movimentos sobre os preços e demande novas conformações sobre a taxa de juros monetária. Portanto, a causa principal da instabilidade nos preços está na incapacidade dos bancos em seguirem e tal regra enquanto exista reservas suficientes para oferta de crédito, pois quedas nas taxas de juros podem reduzir as margens de lucro mais do que aumentar o nível de seus negócios (COSTA, 2010).

Gunnar Myrdal (1960), um dos pilares da teoria de desenvolvimento divergente, ou desequilibrado, absorve as influências desde Rosestein-Rodan e Nurkse, passando por Veblen e Wicksell, entre outros demais autores, que buscaram estruturar correlações de maneira indutiva-dedutiva sobre os fatos da realidade econômica, além de propor alternativas aos pressupostos clássicos, sobretudo em relação ao equilíbrio estável, correlações de fatores sociais e institucionais, de maneira a transformar a teoria econômica em uma teoria propriamente social, separando as variáveis analíticas não entre fatores econômicos *versus* fatores não-econômicos, mas sim entre fatores relevantes *versus* fatores não relevantes.

O autor ganhou projeção com sua teoria de causação circular acumulativa a partir do estudo empírico das desigualdades de renda em que negros dos Estados Unidos estavam inseridos, onde se discutiu que a partir da discriminação racial a atuação do “equilíbrio estático e *laissez-faire* (...) demonstravam, nitidamente, a tendência ao fatalismo social” (MYRDAL, 1960), devido a atuação de causações cumulativas que reforçavam a posição social de inferioridade da comunidade negra norte-americana.

Isto é, a discriminação racial afastava os negros do mercado de trabalho e das relações sociais, o que implicava em baixos índices educacionais, baixo acesso a serviços de saúde, condições de habitação, o que reforçava a discriminação cumulativamente. Porém, o autor aponta que o contrário também seria prático: o fim da discriminação racial daria fim ao círculo vicioso da pobreza aos negros e os levariam ao círculo virtuoso, melhorando seus indicadores econômicos e de qualidade de vida, o que seria necessário forças externas a este ciclo de causações para alterar o “impulso inicial”, ou seja, Myrdal propõe que instituições como o Estado, igrejas, sindicatos e empresas se encarreguem de estimular a integração étnica, a partir

de políticas de conscientização, educacionais, alterações nas instituições sociais baseadas nos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade nos quais teoricamente os Estados Unidos se pautam.<sup>3</sup>

Sua análise da desigualdade regional mantém a dinâmica metodológica com que propôs analisar as relações sociais, de maneira relacionar acúmulos causais a um sistema contínuo. Assim, uma região que inicia um processo de crescimento e desenvolvimento econômico, mantendo a atuação das forças de mercado, tenderá a manter seus níveis de crescimento, a partir da combinação de efeitos regressivos e propulsores sobre fluxos de bens e serviços, capital, investimento e mão de obra, reforçando a trajetória inicial e concentrando renda e melhorias de fatores socioeconômicos na região em detrimento às demais.

O autor se propôs a realizar amplas generalizações, buscando apreender os fatos sociais enquanto eles se organizam em uma estrutura metodológica de análise, onde características e as circunstâncias específicas de cada país e de cada região vão caracterizar variações na forma em que tal estrutura se apresenta, como as diferenças nos recursos naturais e sua distribuição, as relações internacionais, os condicionantes históricos para a estrutura produtiva, o nível de coesão nacional, as expressões culturais, as religiões e ideologias, a liderança e a iniciativa política, social e econômica, etc., questões que embora modifiquem o resultado material da análise, poderão se incluir na ferramenta metodológica da causalidade circular, a partir da dinâmica essencial das relações socioeconômicas (MYRDAL, 1960, p.60). Fato inconcebível dentro da condição de equilíbrio estável e separação de fatores econômicos dos não-econômicos presente na tradição econômica clássica.

Assim, a defesa de sua tese dentro da teoria do desenvolvimento regional está sobreposta à ideia de que, prevalecendo a atuação das forças de mercado, a partir de um impulso inicial, isto é, dado o desenvolvimento de uma região, forças interdependentes, chamadas pelo autor de efeitos propulsores e regressivos, atuarão de modo a reforçar este impulso de maneira cumulativa, drenando recursos ligados principalmente a capital, mão de obra, de demais regiões estagnadas ou com menores índices e condições socioeconômicas em direção à região central, aquela que despontou ao desenvolvimento e possui melhores condições socioeconômicas, provocando um aumento das desigualdades inter-regionais no país.

---

<sup>3</sup> Silvio de Almeida (2019) argumenta que Myrdal consegue analisar o racismo de maneira sistêmica, mas o trata como dilema moral, onde as instituições deveriam atuar para redução do preconceito, sustentando-se aos princípios morais de igualdade e liberdade presentes na sociedade norte-americana. De maneira a marcar uma racionalização da sociedade, característica presente no pensamento desenvolvimentista.

O conceito apresentado discorre sobre a atuação de forças interdependentes, em todas as relações sociais, que atuam em um processo circular aprofundando o estágio de um movimento pioneiro levando ao contínuo afastamento da posição de equilíbrio. Evidenciando, portanto, a posição crítica sobre noção de equilíbrio estável, que supõe forças que contrabalanceiem impulsos iniciais, conformando desvios em direção a posição de equilíbrio inicial.

Os efeitos regressivos (*backwash effects*) são aqueles que beneficiam regiões mais desenvolvidas e prejudicam as menos desenvolvidas, a partir de migrações de caráter seletivo nas regiões desfavorecidas, como por exemplo a de trabalhadores com idade economicamente ativa, atração de investimentos dado a elevação de demanda, atração de capital buscando maior rentabilidade e segurança, assim como o sistema bancário, posto como independente, podendo atuar de forma a drenar poupança em regiões mais pobres para as mais ricas, também devido à rentabilidade e segurança. Já os efeitos propulsores (*spread effects*), são aqueles capazes de dinamizar as regiões menos desenvolvidas a partir do desempenho das regiões mais desenvolvidas, via complementaridade entre as regiões, aumento das transações comerciais e a propagação do progresso tecnológico. Aqui o autor se aproxima da visão de Williamson, a partir da interação entre regiões via mobilidade de fatores e investimentos, mas Gunnar Myrdal aponta que a combinação de tais efeitos não resulta em um desenvolvimento cujo equilíbrio e a convergência se mostrem como tendências, pelo contrário:

No caso marginal, as duas espécies de efeitos se compensarão marginalmente e uma região estará em estagnação. Mas não é de equilíbrio estável essa posição, porque qualquer mudança nas forças em oposição desencadeará movimento acumulativo descendente ou ascendente. (MYRDAL. 1960, p.49).

No sistema de causação, tanto as forças de mercado quanto as políticas governamentais geram, de maneira interdependente, influência sobre os impulsos, reforçando os efeitos propulsores ou regressivos. O autor destaca que o mecanismo de causação funciona como um processo de fortalecimento democrático em países desenvolvidos e enfraquecimento da democracia em países subdesenvolvidos, pois como o esforço igualitário se consolida com maior facilidade em regiões com condições para se generalizarem, as menores desigualdades somadas a generalização das medidas igualitárias fortalecem a estrutura democrática da região. Enquanto as maiores desigualdades econômicas das regiões subdesenvolvidas não favorecem a geração de capital político para políticas igualitárias, nem oferece condições materiais para se desenvolverem com facilidade, enfraquecendo a democracia (MYRDAL, 1960, p.59).

Assim, em regiões subdesenvolvidas, cujos efeitos regressivos são mais fortes frente aos propulsores, a desigualdade gerada a partir da livre atuação das forças de mercado enfraquece

também o poder político para implementação de medidas igualitárias. Enquanto em regiões de maior nível de desenvolvimento, com efeitos propulsores mais consolidados e, portanto, com redução de desigualdades regionais, há fortalecimento da base política referentes a medidas igualitárias.

Como os efeitos regressivos são vistos como a causa da expansão contínua das desigualdades, o seu combate, por meio do fortalecimento dos efeitos propulsores, é visto como a forma eficiente de redução de desigualdades regionais. Isso significa que, assim como aponta Gumiero (2011), para Myrdal, a saída para países subdesenvolvidos estaria no aumento da sua produtividade, da renda, do padrão de vida nos setores agrícolas mais importantes de subsistência, aumento dos salários da mão-de-obra e o fortalecimento industrial. Ademais, a eliminação dos desníveis regionais seria possível através da integralização logística e comercial entre as regiões, gerando uma maior interdependências entre as mesmas; pelo combate da ação produzida por oligopólios e empresas dominantes localizadas nas regiões ricas, pois geram efeitos de concentração de renda; pela criação de infraestrutura e pequenos projetos no interior das regiões pobres, afim de melhorar as condições das de atividade econômica e social na região amenizando a pressão emigratória; através da regionalização dos gastos públicos e incentivos fiscais para essas regiões menos desenvolvidas. Fatores que ao mesmo tempo rompessem com o ciclo de expansão de desigualdades, fortalecessem as estruturas democráticas do país.

O esforço do Estado em implantar políticas de caráter igualitário para superar, além de os efeitos regressivos, as condições de financiamento e as estruturas sociais, demandaria a implementação de uma política nacional de desenvolvimento econômico, cujo desenho institucional mais adequado se encontraria no Estado de bem-estar social. Deste modo, o Estado, para Myrdal (1960), se apresenta como fator capaz de coordenar as forças atuantes de maneira converter o sentido inicial do ciclo de subdesenvolvimento. Sua atuação consiste na orientação de políticas econômicas, com a função de promotor do desenvolvimento regional e nacional, no sentido de anular as forças de mercado que provocam os efeitos regressivos, e apoiar as que transmitem os efeitos propulsores.

Ou seja, enquanto Williamson (1965) enxergava os efeitos de complementariedade como um caminho natural resultante da livre atuação das forças de mercado, estimulando a convergência do processo de desenvolvimento regional, Myrdal (1960) aponta que apenas com o esforço do Estado e políticas de cunho igualitário poderiam reverter o processo cumulativo de expansão das desigualdades regionais, onde além das relações comerciais e econômicas todas as estruturas das instituições sociais exerciam influência para o jogo de forças entre efeitos

propulsores e regressivos, mas que normalmente o que se enxerga empiricamente seria a prevalência dos efeitos regressivos e a manutenção das desigualdades.

Ademais, a causação circular cumulativa de Myrdal acaba por chegar ao mesmo resultado de Nurkse, ao afirmar que “um país é pobre porque é pobre”, mas por vias diferentes, enquanto um coloca a insuficiência de capital e poupança como fatores essenciais, Myrdal coloca um conjunto de fatores que se reforçam em estruturas econômicas, políticas, históricas, institucionais etc., sobretudo efeitos de aglomeração e desaglomeração.

Dando sequência à análise do desenvolvimento regional, Albert Hirschman (1977), nos oferece o conceito pertinente em torno dos encadeamentos que os setores podem gerar a partir da compra de matérias-primas, bens intermediários e de todos os fatores que compõem a produção assim como os efeitos posteriores a ela, em torno de transporte, distribuição, venda, etc. Ou seja, seu conceito de maior influência na teoria econômica é o de encadeamentos para frente - efeitos gerados sobre demais atividades produtivas a partir da produção de determinado produto - e para trás – efeitos que induzem investimentos nos setores de insumos para a produção de determinado produto -, em função da análise de insumo-produto de Leontief, de maneira mais dinâmica, uma vez que seria resultado da capacidade de um processo específico de desenvolvimento de induzir novas inversões.

Tais conceitos sustentam-se no pressuposto de que os investimentos devem ocorrer de maneira seletiva, de acordo com a capacidade de indução do processo de crescimento que os empreendimentos possuem. Isto é, deverão ocorrer naqueles setores capazes oferecer condições para a criação de novos investimentos produtivos a partir dos efeitos em cadeia para trás e para frente - a partir dos efeitos de complementariedade de sua cadeia produtiva -, capazes de romper com o estágio de atraso econômico das economias subdesenvolvidas (DUARTE, 2015).

O autor se aproxima da ideia de “destruição criativa” de Schumpeter, ao compreender o processo de desenvolvimento como um processo de contínuo afastamento do ponto de equilíbrio. Sua alternativa à teoria do equilíbrio se baseia na visão do processo de desenvolvimento como uma sequência de desequilíbrios, implicando que as soluções para os problemas do desenvolvimento são sequenciais mais do que simultâneas (OCAMPO, 2013, p.21). Dessa forma, o autor vai apontar que desigualdades e desequilíbrios vão ser condições inevitáveis do processo de crescimento, de modo que as economias dependem da desigualdade para potencializarem seus recursos escassos (CRUZ,2011). Isto faz com que haja uma divergência entre sua teoria e a de Myrdal, uma vez que este último enxerga a desigualdade

como um problema a ser resolvido, enquanto Hirschman assume a desigualdade como condição intrínseca ao processo de desenvolvimento.

Conforme aponta Ocampo (2013), sua visão se baseia na ideia de que um processo de desenvolvimento é tido como eficiente quando desequilíbrios sequenciais geram inversões ou pressões para ação política de correção deles, abrindo, assim, novas possibilidades de desenvolvimento, fazendo com que a sequência de desequilíbrios se torne um processo de desenvolvimento autossustentado. Entretanto, nem todos os desequilíbrios resultam em aspectos positivos para o desenvolvimento, havendo um paradoxo entre a tomada de decisão de investimento ou de políticas econômicas e a escassez ou abundância de recursos, de maneira que a escassez de divisas ou recursos fiscais podem vir a ser um impulso mais positivo do que a abundância de tais fatores. Essa oposição ocorre pelo diferencial de resposta dos investimentos e políticas econômicas em relação à escassez ou à abundância de divisas e recursos, isto é, a escassez induz a respostas de investimentos e ações políticas, fazendo do desenvolvimento um processo não apenas de otimização dos recursos produtivos, mas também de dinamismo criativo, evidenciando o papel das crises para o processo de mudanças qualitativas no cenário econômico.

Em seu estudo da transmissão do desenvolvimento inter-regional, Hirschman (1977) parte do pressuposto de que há fatores de concentração espacial e de renda, tornando o desenvolvimento não homogêneo. Nesse sentido, o autor assume uma posição semelhante à de Myrdal no que diz respeito efeitos que atuam sobre forças de mercado e de localização, via mobilidade de fatores, onde com Myrdal era tratado como efeito regressivo, agora se conceitua efeitos de polarização (*polarization effects*) e o que antes eram efeitos propulsores o autor trata como efeitos de fluência (*trickle-down effects*), porém admite uma posição mais otimista frente a Myrdal por considerar a prevalência dos efeitos de fluência e amenização das desigualdades regionais.

Como complemento teórico, há a discussão em torno da renúncia à soberania, isto é, benefícios de permanecer como uma região de determinado país, e o separatismo regional, cuja independência ao país seria benéfica, ou seja, há implicações institucionais ao desenvolvimento regional em que expressa os efeitos polarizadores e de fluência entre regiões e entre países de maneira diferente, tendo maior potencial de impacto nas relações regionais devido, principalmente, pela maior mobilidade dos fatores.

O autor conclui que políticas de desenvolvimento regional, via criação de instituições e programas regionais - como, por exemplo, bancos de desenvolvimento regional, deduções

tarifárias e alguma autonomia para formulação de políticas creditícias bancárias - podem servir como um “equivalente de soberania” para as regiões que se mantém subordinadas a nação, uma vez que estimula-se produzir para exportação, para gerar vantagens competitivas, e estimular a produção industrial nas regiões menos desenvolvidas. Ou seja, a intervenção estatal surge para estimular os efeitos de polarização nas regiões menos desenvolvidas, porém Hirschman salienta para a necessidade de manutenção da integração comercial entre as demais regiões desenvolvidas, sem que comprometa os efeitos de fluência derivados da complementariedade regional. (HIRSCHMAN, 1977, p.51).

Já quando se discute a transmissão internacional do crescimento, o autor pondera que o objetivo das políticas deve ser o contrário: estimular os efeitos de fluência enquanto se atenua os efeitos de polarização. De modo que países subdesenvolvidos criem restrições para a mobilidade dos capitais neles empregados e para os trabalhadores qualificados, assim como políticas tarifárias, monetárias e comerciais que favoreçam o desenvolvimento do mercado interno. Ademais deve-se integrar ao mercado internacional para intensificação e consolidação do setor exportador. O autor via com bons olhos organizações internacionais que combinassem as vantagens da soberania com a integração econômica, de modo a redistribuir fundos de investimento para regiões subdesenvolvidas, mas entende que a luta pelo poder político e militar internacional impede que tal viés internacional ocorra (HIRSCHMAN, 1977, p.52).

Em suma, os pensadores do desenvolvimento desequilibrado são críticos a concepção de equilíbrio estável proposto pela economia clássica, por considerarem que a dinâmica socioeconômica possui tendências que geram desequilíbrios e desigualdades que caracteriza o próprio processo de desenvolvimento econômico, valorizando o papel que a produção industrial e a intervenção estatal podem exercer sobre a diminuição das desigualdades ou para ampliação do processo de crescimento, além de utilizarem fatores considerados não econômicos para explicarem sentidos que a estrutura econômica pode tomar, aproximando a teoria econômica da teoria social.

Na seguinte seção faremos a síntese de uma teoria do desenvolvimento regional muito trabalhada no Brasil, onde poderemos discutir de que forma estruturas sociais externas e internas interferem no padrão de relacionamento das economias regionais de um país: analisaremos as contribuições de Celso Furtado para o debate do desenvolvimento.

## 2.3 A CONTRIBUIÇÃO DE CELSO FURTADO PARA O DEBATE DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A produção de Celso Furtado (1983), considerado por muitos o maior economista brasileiro, é marcada pela metodologia estrutural, que se utiliza dos elementos históricos para explicar determinantes da identidade nacional de economias subdesenvolvidas. Isto é, o autor recorre à história para caracterizar o processo de formação social, econômica e política das nações subdesenvolvidas. Sua análise se debruça sobre o dualismo estrutural tanto no âmbito internacional, derivada da perspectiva cepalina de centro e periferia, quanto no âmbito nacional, apontando para a interdependência entre o setor capitalista e o de subsistência, para evidenciar a dinâmica do fenômeno do subdesenvolvimento. A evidência de mecanismos estruturais que mantém economias na condição de subdesenvolvida serviu de base para estudos da economia regional, pois explica mecanismos estruturais, do ponto de vista externo e interno, que mantém as economias subdesenvolvidas, de modo que sua sintetização aqui é uma necessidade, mesmo que a missão de incorporar toda a dimensão de sua obra seja inviável.

Seu trabalho foi importante para a análise econômica ao diferenciar e caracterizar trajetórias de desenvolvimento das economias periféricas frente as dos países centrais. Em sua obra “Teoria e política do desenvolvimento econômico” o autor recorre à história para diferenciar tais trajetórias e aponta três caminhos com que o capitalismo se desenvolveu a partir da Primeira Revolução Industrial: a trajetória de países da Europa Ocidental; dos países que se apresentavam como uma extensão da economia industrial europeia; e dos países considerados subdesenvolvidos. O primeiro caminho da trajetória do desenvolvimento caracteriza-se pela oferta de mão de obra abundante e pela baixa capacidade de absorção dessa mão de obra no mercado de trabalho, cabendo ao progresso tecnológico dar dinamismo econômico e, como quem detém bens de capital são os países centrais e suas elites, derivados dos condicionantes pré-capitalistas, sua disponibilidade relativa de fatores reflete a capacidade de investimento necessária para desenvolver a técnica e dinamizar a economia mundial.

Já a segunda linha de desenvolvimento se caracteriza pelo deslocamento do capitalismo industrial europeu para além de seus domínios, buscando terras disponíveis para produção em características similares à Europa, como nas economias dos Estados Unidos, do Canadá e da Austrália, onde se desenvolveram colônias de povoamento, levando as mesmas técnicas produtivas e culturas sociais, que com a abundância de recursos naturais se desenvolveram com altos níveis de produtividade e renda, se constituindo como uma extensão da economia

industrial europeia. Enquanto a trajetória dos países subdesenvolvidos foi caracterizada pela introdução capitalista em estruturas econômicas e organizações sociais pré-capitalistas seculares, onde o autor coloca como resultado o dualismo: “uma parte das quais tendia a organizar-se à base da maximização do lucro e da adoção de formas modernas de consumo, conservando-se a outra parte dentro de formas pré-capitalistas de produção” (FURTADO, 1983, p.142).

De modo que, nessa perspectiva, a teoria econômica clássica, protagonizada por Smith e Ricardo, perderia sua validade para explicar a trajetória de desenvolvimento periférico, uma vez que possui características e circunstâncias históricas totalmente diferentes, de forma que uma metodologia que desconsidere a história como ferramenta analítica não seria capaz de descrever as estruturas subdesenvolvidas.

Como nos mostra, Gumiero (2011), Furtado considera estruturas econômicas atuantes nas economias subdesenvolvidas que resultam em uma tendência à estagnação da renda. O autor parte do princípio de que em economias subdesenvolvidas há baixo nível de produtividade dos fatores, devido à dificuldade de serem utilizados no processo produtivo, uma vez que há escassez de capital. Assim a importação de bens de capital poderia ser uma estratégia para romper com a tendência de estagnação periférica. A partir de uma visão cepalina do desenvolvimento, Furtado enxerga na industrialização a capacidade de romper com as condições do subdesenvolvimento brasileiro, via uma classe dirigente nacional disposta a efetuar a acumulação de capital industrial, apoiada pelo investimento estatal.

Contudo, é de se ter em mente que existem críticas ao dualismo presente na análise do subdesenvolvimento de Furtado, como a de Francisco de Oliveira (2003), que desconsidera o dualismo estrutural como metodologia analítica do subdesenvolvimento, pois leva a análises em torno da relação produto-capital, propensão a poupar ou a investir, eficiência marginal do capital, economias de escala, tamanho do mercado, se aproximando da teoria de Nurkse, do círculo vicioso da pobreza. A definição aceita por tal autor considera o subdesenvolvimento como um produto da expansão do capitalismo, e não apenas um resultado histórico (OLIVEIRA, 2003, p.22), pois além dos determinantes externos, derivados do domínio europeu, existem condicionantes internos derivados da organização antagônica entre as classes, de modo que apenas um processo revolucionário, que rompesse com a estrutura capitalista de dominação dos mercados periféricos e das relações sociais de produção poderia levar a superação da condição de subdesenvolvimento periférico.

Voltando a dar mais ênfase às relações espaciais, trataremos a perspectiva marxista que busca dar consistência ao conceito de espaço, expondo-o como um produto das relações sociais, deixando de ser receptáculo neutro, no qual acontecem as relações sociais e produtivas, e passando a existir uma relação íntima entre as dinâmicas sociais e espaciais.

#### 2.4 A CONTRIBUIÇÃO DE AUTORES MARXISTAS

A análise marxista do espaço reúne um conjunto de críticas às perspectivas clássicas de localização, argumentando que embora os modelos matemáticos possam esclarecer alguns movimentos espaciais das empresas, eles não os explicam. Propondo, assim, que o espaço, em vez de pré-existente e pré-determinado, é um produto social, isto é, não se reveste de neutralidade, é fruto das relações sociais, motivo de disputas, interesses e de lutas entre as classes, cuja organização e configuração, dentro do modo de produção capitalista, é coordenada principalmente pelas localizações das atividades econômicas. Assim, a abordagem marxista busca explicações nos estudos dos modos de produção e, portanto, a relação indústria-espaço deve ser definida a partir das relações de produção (MANZAGOL, 1985). No entanto, não há consenso entre os marxistas nas visões sobre os mecanismos de produção, enquanto alguns se concentram em aspectos culturais definindo as ações sociais, sobretudo em torno dos mecanismos de alienação e dominação, outros se acabam se concentrando nos mecanismos de base econômica, cuja determinação das relações sociais se dá primordialmente através do capital.

O conceito de espaço na tradição marxista está intimamente ligado à análise da relação entre sociedade e natureza, mediada pelo trabalho (BREITBACH, 1988). Marx, ao afirmar que a vida física e mental do homem transforma a natureza ao mesmo tempo em que é condicionado por ela, de forma independente, uma vez que o homem é parte da natureza (MARX, 2007, p.95), estabelece uma íntima conexão entre sociedade e natureza, onde através do trabalho se torna possível realizar a transformação da natureza em espaço. Isto implica dizer que análises que separam a humanidade da natureza ou a natureza da humanidade estarão incompletas em sua abrangência explicativa, uma vez que a humanidade produz seu próprio meio de subsistência se apropriando da natureza, e, ao mesmo tempo, possui necessidades biológicas, sendo condicionado por ela. Essa visão sobre relação humanidade e natureza, que vai dar base para o conceito de espaço como produto das relações sociais, se deve ao fato metodológico da análise marxista, o chamado materialismo histórico-dialético, “que concebe o desenvolvimento da sociedade humana fundamentado na ação recíproca entre o homem e o mundo material que o

cerca, ação esta que se constitui no processo social de produção” (BREITBACH, 1988, p. 46). Ou seja, as relações materiais de produção (o que produzem e como produzem), condicionam não somente as bases para a organização social, como também definem a cultura do indivíduo, através da criação dos seus próprios meios de subsistência (MARX; ENGELS, 2007, p.87), oferecendo à produção uma inerente dimensão material e sociocultural.

A partir da ideia de que o modo de produção é o principal condicionante das relações sociais em geral, abre-se caminho para que autores, como Lefèbvre e Castells, procurassem construir uma práxis socioespacial, ou uma teoria do espaço (como um desdobramento da teoria de organização social marxista), respectivamente, que caracterizasse o espaço enquanto um produto social. Nesse sentido, Lefèbvre aponta que o espaço, representando várias preocupações sociomateriais, “pode apresentar-se como um local geográfico de uma determinada ação. Da mesma forma, pode o espaço ser um objeto de consumo, um instrumento político, ou até mesmo um elemento na luta de classes” (PEREIRA, 2016, p.35). O design espacial lefèbvreano é visto como um dos aspectos das forças produtivas na sociedade capitalista, permitindo que o espaço ganhe elementos, no âmbito de sua essência na lógica capitalista de produção, atribuídos ao capital e ao trabalho.

Nessa perspectiva, a análise do controle sobre o espaço e o design espacial assume uma posição de destaque, uma vez que para o Estado o espaço passa a ser um instrumento político muito importante, pois o processo de produção espacial pode ser utilizado para controle social que, dentro da acumulação de capital, acaba favorecendo a classe dominante capitalista. Sendo assim, o espaço se torna produto do trabalho social, mesmo que estrangido e controlado por grupos sociais dominantes (PEREIRA, 2016).

Manuel Castells, que sucedeu Lefèbvre no debate espacial marxista, considerava o espaço como sendo determinado pelas “forças produtivas e pelas relações de produção que se originam delas” (CASTELLS apud GOTTDIENER, 1993). Assim, em oposição a Lefèbvre, que desenvolveu uma teoria marxista do espaço visando construir práxis socioespacial, Castells buscou dentro de uma perspectiva estruturalista althusseriana, analisar o espaço como uma expressão da estrutura social em que ele está inserido, implicando que a teoria de espaço seja um desdobramento e especificação da teoria da estrutura social, a fim de explicar as características da forma social particular, ou seja, do espaço, e de que forma ocorre sua articulação com outras forças e processos.

Dito isto, na perspectiva de Castells, o espaço é formado por elementos derivados das estruturas sociais, assim como de suas inter-relações, que envolvem instâncias econômicas,

política e ideológicas. Porém, para delimitar seu objeto de estudo, o autor se propôs a conceituar o espectro urbano do espaço, de modo a compreender as relações entre elementos estruturais da sociedade expressas numa unidade definida em uma de suas instâncias, dando centralidade à instância econômica, pois, em sua concepção, os espaços são definidos de acordo com a instância dominante na estrutura social, no caso do capitalismo: a economia. Ignorando, desta forma, a instância cultural e ideológica na determinação do espaço (GOTTDIENER, 1993).

Para além de uma determinação da instância econômica, o espaço aparece em sua análise como uma expressão material da formação social, condicionada pelas forças e relações produtivas características da estrutura social, mas também como um produto concreto de cada conjunto histórico que uma sociedade se estabelece (PEREIRA, 2016). Ou seja, há uma dependência de fatores conjunturais e, por isso, necessita-se estabelecer quais são as leis estruturais e conjunturais que atuam na formação e transformação do espaço, além das especificidades que caracterizam as inter-relações entre espaço e os demais elementos da realidade histórico-social.

Sendo assim, o espaço é constituído dentro de uma conjuntura temporal concreta, determinado pelas estruturas sociais nas quais as forças e relações produtivas estão inseridas. Quando sua análise repousa sobre a organização institucional do espaço, o autor, assim como Lefèbvre, vai entender que há uma centralidade da análise do aparelho estatal, visto que este expressa um conjunto de processos de repressão, integração, dominação e regulação, o que reforça sua filiação à perspectiva althusseriana, e poulantziana, do espaço.

Resumidamente, a abordagem da teoria do espaço de Castells apresenta as seguintes características: é uma tentativa de aplicação da abordagem de Althusser, é uma explicação da produção do ambiente construído; e representa o resgate do termo urbano, caracterizando-o como uma unidade espacial dentro do sistema estrutural que produz o espaço construído pela sociedade. Assim, Manuel Castells enfatiza e se prende à análise dos problemas urbanos, descobrindo que sua especificação traz à tona os problemas associados ao processo de consumo coletivo na sociedade moderna e sua crise estrutural (GOTTDIENER, 1993, p. 124).

A perspectiva marxista rompe com a perspectiva tradicional da economia de lidar com o espaço como uma extensão neutra de território, em que estabelece a organização social e o processo produtivo. Ela oferece ao espaço o caráter de produto social e de materialidade da organização humana, ainda que a relação mediada pelo trabalho entre humanidade e natureza se dê de forma dialética, isto é, de maneira a criar e destruir suas formas de reprodução. Sendo assim o espaço deixa de ser dado para ser um produto, uma consequência das relações sociais e

produtivas, onde a localização da atividade econômica condiciona a organização do espaço. Entretanto, não se deve reduzir a organização espacial como uma combinação técnica que resulta das estruturas sociais e mecanismos produtivos inseridos nela, pois cada modo de produção possui características específicas que condicionam a feição do espaço. E, por isso, os estudos relacionados ao espaço devem estar pautados nos estudos sobre os modos de produção (MANZAGOL, 1985).

Assim, os movimentos espaciais refletem lógicas próprias da estrutura capitalista, onde as diferentes formas do capital são geridas por diferentes lógicas de atuação. E, assim, a reorganização espacial decorre das contradições existentes entre as relações sociais de produção, desenvolvimento das estruturas técnicas de produção e organização da classe trabalhadora, ou seja, da luta de classes inerente à sociedade capitalista.

Dentro da teoria social marxista, a principal tendência apontada, intrínseca ao desenvolvimento capitalista, é a de queda da taxa de lucro. Esta lei tendencial nos chama a atenção para a contínua substituição de trabalhadores por capital no processo produtivo, isto é, alterações no que Marx chamou de composição orgânica do capital, em favor de capital fixo frente ao capital variável. Levando a um espiral de subconsumo, queda das taxas de lucros, superacumulação de capital, queda do investimento, sobretudo o produtivo, dado a baixa expectativa de remuneração dos investimentos, inatividade econômica, queda da massa salarial, diminuição da demanda etc., entretanto, o capital possui capacidade crescente de adaptação e faz oposições à baixa tendencial, impondo contra tendências que mantém a reprodução ampliada do capital.

A primeira delas está relacionada à crescente exploração da força de trabalho, isto é, dos trabalhadores, tanto em nível de ritmo de produção, salários ou apropriação de mais-valia advinda dos ganhos de produtividade. A segunda está relacionada ao controle sobre a técnica e a demanda, que a característica monopolística do capital oferece. Assim como a atuação do Estado em socializar as perdas e encargos do setor monopolista, exercendo grande influência sobre a reprodução das relações sociais de produção. E, por último, mas talvez a mais importante, a internacionalização da produção e do capital, gerando a mobilização ótima dos fatores (MANZAGOL, 1985, p.156).

Os desdobramentos sobre o design espacial se mostram decorrentes deste movimento de tendência e contra tendência que as relações de produção capitalista expressam. Se pensarmos no desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista, é possível notar uma configuração espacial da produção mundial a partir da divisão internacional do trabalho. O

capitalismo passou por transformações desde o estágio mercantilista, marcado pela escravidão, colonização e exploração dos países e destruição do artesanato; passando por seu estágio concorrencial, com alguma redistribuição das atividades entre os países, sustentando-se nas vantagens comparativas, sendo acompanhada pelas transferências de valor via mecanismos comerciais desiguais, fracionando o mundo entre alguns países capitalistas (centro), a maioria não capitalista (periferia).

Na primeira metade do século XX, o capitalismo atinge seu estágio monopolista e estrutura uma nova divisão internacional do trabalho, reforçada pela financeirização a partir dos anos de 1970, onde a periferia, além de fonte de matérias-primas e mercado consumidor, tem suas estruturas produtivas, financeiras e de relações sociais de produção cada vez mais dependentes de decisões externas, do centro. Mesmo em situações de aumento da industrialização periférico, pois há permanência de dependência tecnológica e econômica, uma vez que a divisão internacional do trabalho atua entre ramos e setores, mas também no interior do mesmo setor.

A partir de Marini (2017), vemos que a dependência capitalista gerada a partir do século XIX, ampliada pela internacionalização da produção durante o século XX e pela mundialização do capital e a globalização posteriormente, é diferente da situação colonial (que estava constituída como uma dependência política), economias politicamente independentes se inserem numa estrutura de dependência econômica, onde “as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2017, p. 327). Ou seja, da produção, a partir da internacionalização, já condicionada pelo processo de colonização europeia, foi possível articular a estrutura capitalista mundial entre duas caracterizações: o centro e a periferia, que se origina, na tradição marxista, através do conceito de imperialismo, aperfeiçoado principalmente por Bukharin, Rosa Luxemburgo e Lênin, que designa o funcionamento do modo de produção capitalista monopolista, fragmentando a economia mundial em duas estruturas desiguais dentro da divisão internacional do trabalho.

Esta estrutura passa a impactar a configuração espacial, primeiro condicionando a organização do espaço periférico a partir de relações mercantis e agroexportadoras, posteriormente, com a internacionalização da produção, condicionada pela industrialização subordinada, mantendo o caráter primário-exportadora e com alteração no padrão de acumulação do capital, aumento da dependência financeira e conseqüente redução da relevância

do elemento local, aumentando a mobilidade dos fatores, havendo fenômenos de reestruturação produtiva, desconcentração da produção, etc.

De qualquer maneira, a dinâmica centro-periferia é marcada pela internacionalização do capital e da exploração das forças produtivas em favor da acumulação do centro. Uma problemática que a localização da produção passou a absorver, e que é válido inseri-la na pauta, está relacionada às formas de crescimento industrial e urbana e a degradação ambiental. Este debate levou à reformulação do espaço industrial mundial, levando indústrias poluentes inicialmente fixadas nos países centrais, deslocando sua localização para países periféricos, descentralizando indústrias nos países centrais (MONZAGOL, 1985, p.163), exportando a poluição em escalas globais. Dessa forma, Manzagol (1985) pontua que houve a utilização da ideologia de preservação ambiental para ampliar o processo de internacionalização da produção, ampliando o volume da mais-valia, assim como sua faixa de controle, necessitando “uma crescente descentralização a nível industrial das atividades com fabricação em série e em uma crescente centralização urbana da indústria de ponta” (CASTELLS, 1975, p. 208), reconfigurando o espaço central e o periférico.

Existem lógicas do capital monopolista que podem ser identificadas, partindo da proposição fundamental de que a instância econômica tende a exercer maior influência e determinação sobre a estrutural social, em uma perspectiva dos condicionantes internos ao país, além das instâncias externas, relacionadas à divisão centro-periferia. Castells e Godard lideraram uma equipe de sociólogos para estudar a implantação de um polo de desenvolvimento industrial e o crescimento urbano induzido em Dunquerque, a fim de delinear as bases de atuação da lógica do capital monopolista, os processos de concentração e dos trabalhadores e suas condições de vida, os funcionamentos e intervenções do Estado. As conclusões em torno das contra tendências de baixa da taxa de lucro passaram pela criação de um polo pesado de produção, a identificação de diferentes extratos do capital, a identificação do papel dos poderes públicos e análise da consequente reestruturação do espaço urbano (MONZAGOL, 1985).

No que diz respeito à criação do polo de produção, houve a constatação de articulação sobre eixos de circulação do espaço econômico, apontando a importância de uma rede logística de integração entre os espaços, que reduza os custos, principalmente de transporte, com estratégias de controle e abastecimento do comércio, dando centralidade para a sustentação realizada pelo Estado francês através da edificação do complexo. A presença de diferentes estratos do capital atuando com lógicas, demandas e poderes diferentes distinguiu o capital monopolista integrado, que possui demandas espaciais voltadas para vastos espaços de

produção, liderado pela indústria siderúrgica, do capital monopolista não integrado, protagonizado pelo setor petrolífero e de cimento, dependente da ampliação do porto comercial, possuindo também demandas distintas. O que geraram conflitos, lutas e contradições que se expressaram nos ritmos de produção e de apropriação do espaço, nas propriedades e nas formas de organização do espaço condicionadas a uma cadeia de interdependências complexas que se estendia em escala global. (MANZAGOL, 1985, p.158). Onde, embora existam outras frações do capital, como a burguesia portuária e as pequenas e médias empresas próximas, que são impactados pelo desenvolvimento econômico-espaçial do polo, o Estado tende a agir em favor das frações hegemônicas do capital.

Além disso, constatou-se que o Estado assumiu uma política de reestruturação setorial e territorial assegurando financiamento de equipamentos industriais e despesas de infraestrutura, ligadas às estradas, ferroviárias e porto, garantindo o redirecionamento do capital, levando em conta as contradições que derivam do desenvolvimento desigual. Assim, a reestruturação do espaço urbano foi derivada do considerável crescimento urbano induzido pelo desenvolvimento industrial, que acaba exercendo um papel imperativo na organização espacial, gerando aumentando a demanda por espaços residenciais, sanada através da contratação de mão de obra de cidades industriais em crise, transferindo para elas a responsabilidade de serem “dormitórios”.

Isto implica, também, que a estrutura capitalista exerce seu caráter de crise estrutural sobre a configuração espacial, uma vez que a permanência de áreas em crise, ou zonas de decomposição, explicita a dinâmica dialética da relação modo de produção e espaço, pois mostra que frações do antigo aparelho produtivo, desestabilizados pela tendência a ganhos de produtividade que as inovações tecnológicas geram são descartadas espacialmente, o que gera uma forma urbana totalitária, sujeita inclusive “ao próprio ultrapassamento histórico, devido à violência e à dimensão das contradições e pelas lutas sociais que suscita” (CASTELLS, 1975, p.216). Mostrando que as disputas espaciais são reflexos de tendências estruturais da dinâmica capitalista, articulada em escala global. O caráter estrutural da crise capitalista no estágio monopolista, assim como de suas contra tendências, gera uma lógica espacial que tendenciosamente assegura sua reprodução ampliada, e, como de praxe, as tendências geram suas contra tendências, o que suscita conflitos e contradições sociais.

Castells a partir desta constatação cria uma trama espacial, convencionalmente chamada de *Monopolville*, que busca evidenciar este movimento totalitário que o capitalismo exerce sobre o espaço, suscitando conflitos e uma dinâmica dialética sobre o espaço. Esta trama de

Castells é marcada por: centralização do aparelho produtivo em unidades metropolitanas e em unidades urbano-industriais de operação e gestão descentralizadas; um aparelho de comunicação e comércio que facilite as interdependências da economia mundial; estrutura de reprodução da força de trabalho e do consumo dos trabalhadores, implicando em centros de comércio e lazer para os trabalhadores.

As concepções de Lefèbvre e Castells abriram caminho para autores como David Harvey e Edward Soja desenvolvessem a produção teórica que analisa o espaço dentro das dinâmicas sociais. Suas perspectivas, embora não sejam totalmente consensuais, adotam a visão de que “o espaço e a organização política do espaço expressam as relações sociais, mas também reagem contra elas” (SOJA apud PEREIRA, 2016, p.39).

No Brasil, temos como referência Milton Santos (2006; 2020), que em sua análise geográfica na obra “A natureza do espaço”, propõe que o espaço geográfico deve ser visto como uma instância da vida social, isto é, uma categoria de análise e, portanto, tem caráter abstrato-conceitual, não podendo ser produzido, mas entendido e analisado socialmente. Como instância o espaço se relaciona com as demais (econômicas, políticas, cultural-ideológicas, institucionais), de forma a compor e ser composto por elas. Assim, o social, isto é, a vida em sociedade, é a essência da composição do espaço.

O espaço adquire caráter estrutural e sistêmico, uma vez que abrange objetos geográficos (naturais e artificiais) distribuídos sobre o território, formando a configuração espacial, e seu princípio ativo, isto é, os processos sociais nos quais os fluxos entre os elementos constituintes do espaço estão submetidos. Parte-se dos conceitos e relacionamentos entre processos, função e forma. Os processos sociais caracterizam-se pela superestrutura que norteia a humanidade a se organizar socialmente, subordinada ao modo de produção vigente, via processos de produção, circulação, distribuição e consumo. Suas funções estão ligadas ao conteúdo e às instâncias sociais atuantes sobre os elementos constituintes do espaço. Ou seja, o conteúdo social, cuja ação corporifica a sociedade através da forma, estão relacionados à instancias econômicas, políticas, institucionais, culturais, ideológicas, etc.

Já a forma se apresenta como a expressão material da organização social, é a configuração geográfica após o movimento dialético de todo o corpo social, expressando-se em um lugar (ponto geográfico, objeto ou conjunto de objetos geográfico), cuja localização se relaciona com as forças sociais atuantes sobre o mesmo. Dessa maneira, associa-se a ideia de periodização para a análise do espaço, dado que o valor social para determinada localização se altera conforme o tempo, onde cada lugar assume papel diferente no processo produtivo. Como

a produção, circulação, distribuição e o consumo acontecem de forma desagregada, porém articulada, no espaço, a importância de cada processo social no momento histórico e em cada particularidade geográfica vai interferir na análise e compreensão da organização do espaço (SANTOS, 2020).

Ademais, embora o espaço seja visto como uma totalidade, Milton Santos (2020) propõe sua fragmentação para melhor compreensão enquanto instância. Destarte, fragmenta-se o espaço em elementos, isto é, em categorias ou conceitos cujo significado é universalmente aceito, mantendo longevidade. “Os elementos do espaço seriam os seguintes: os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e a infraestrutura” (SANTOS, 2020, p. 16). Considera-se trabalhadores, na qualidade de detentores da força de trabalho, da oferta de diferentes tipos de trabalho; as firmas, com a produção de bens, serviços e ideias; as instituições como fornecedora de normas, ordens e legitimações; o meio ecológico e as infraestruturas, que são a base física onde o trabalho pode atuar, onde o primeiro está relacionado aos objetos naturais e o segundo ao resultado material do trabalho humano.

Além disso, o autor destaca a intercambialidade e redutibilidade que tais elementos possuem entre si, de modo que um elemento pode se expressar como outro ou simplesmente serem um só, como no caso de trabalhadores que se comportam como firmas ao vender sua força de trabalho, ou firmas que se apresentam como instituições, como grandes corporações ou transnacionais, que, além de seguirem regras internas intervêm na formulação de regras sociais de maior amplitude, rivalizando o ambiente institucional com o Estado.

O processo de interação entre os elementos constituintes do espaço equivale à ação das funções sociais, cujo resultado se expressa na forma (configuração espacial). Há, portanto, uma interdependência entre os elementos, onde cada interação elementar não se constitui como um ato independente, e sim como parte do processo social como um todo, cuja reconstituição é capaz de explicar o espaço em sua totalidade. Entretanto, como conceito, os elementos só podem ser entendidos a partir de sua contextualização e comparação histórica. A temporalidade aparece como importante fator para medir o valor social de determinado processo, ou de cada elemento contido nos processos, de forma que os elementos variam seu valor tanto em quantidade como em qualidade, em um exercício de abstração que separa essência de sua aparência, como o exemplo entre força de trabalho e trabalhador, respectivamente.

Nesse sentido, o lugar, como expressão do corpo social atuante, mas ativo em sua formulação social, vai assumir características específicas conforme o valor qualitativo de seus elementos constituintes se modifica. É partir dessa concepção que Santos (2020) caracteriza

lugar concreto, ligado à materialização das características específicas de determinado lugar subordinado pelas transformações ocorridas endogenamente aos seus elementos, inseridos neste conjunto de interdependências, mas também subordinadas pelo conjunto externo de lugares.

Cada lugar atribui a cada elemento constituinte do espaço um valor específico. Em um mesmo lugar, cada elemento está sempre variando de valor, porque, de uma forma ou de outra, cada elemento do espaço – homens, firmas, instituições, meio – entra em relação com os demais, e essas relações são em grande parte ditadas pelas condições de lugar. Sua evolução conjunta num lugar ganha, destarte, características próprias, ainda que subordinadas ao movimento do todo, isto é, do conjunto dos lugares (SANTOS, 2020, p.21).

Em sua obra “A natureza do espaço” o autor disserta, ainda, sobre alguns conceitos utilizados para abranger a materialidade do espaço, propondo que o espaço geográfico dentro de um contexto histórico-social se configura como território usado. A organização do território, dentro do contexto capitalista, como fruto das interdependências entre os elementos espaciais, é condicionada por mecanismos derivados da própria utilização do território, ligados às técnicas produtivas, compondo a tecnoesfera, fazendo as ligações necessárias entre infraestrutura e a produção. Ou seja, a tecnoesfera atua de maneira complementar às infraestruturas locais, agilizando o processo produtivo a fim de aumentos de produtividade, aumentando a velocidade de circulação das mercadorias, atendendo às demandas do capital ali empregado.

Um segundo mecanismo atuante sobre o território utilizado, sobre o espaço geográfico historicizado, é a chamada psicoesfera, que se configura numa transformação do sujeito para efetivação das relações produtivas em que a ciência, a técnica e a informação estão inseridas. Dessa maneira, a psicoesfera atua de modo a reorganizar a racionalidade dos agentes, modificando as relações entre os elementos espaciais, buscando a manutenção e reprodução da tecnoesfera e, de maneira geral, a reprodução das relações de produção do modo de produção vigente, dado que o território usado é um instrumento que se relaciona diretamente com o processo produtivo e com a valorização de capital (SANTOS, 2006).

O espaço, pois, é visto como um sistema de estruturas, cuja complexidade conceitual em muito se distancia do corpo rígido e revestido de neutralidade, presente nas análises clássicas abordadas, e que, apesar de se relacionar com a análise dos fluxos socioeconômicos entre as regiões, tem maior profundidade teórica frente aos teóricos do desenvolvimento regional, ao contemplar relacionamentos internos aos elementos espaciais, cuja essência é o âmbito social, assim como seus relacionamentos externos, que seriam aqueles vinculados aos fluxos informacionais, econômicos, sociais e afins, trazendo conexões à estrutura do modo de produção em escala local, regional, nacional e global, ponderando ainda sua temporalidade.

Dessa forma, na visão de Milton (2006; 2020), o espaço, sendo uma instância social na qual a análise se repousa, deve ser compreendido em sua totalidade. Como expressão e materialização da organização social, o lugar e o uso do território podem ser vistos como produtos sociais, onde suas características e compreensões dependem da dimensão histórica contextualizada. Ademais, a utilização do território dentro a estrutura do modo de produção vigente, pode ser classificado de diferentes formas: território como recurso e território como abrigo. O território como recurso é intensivo em tecnoesfera, se apresentando como fluido - a partir dos fluxos de informação e tecnologia que possuem, de maneira a dar agilidade ao processo produtivo. Já o território como abrigo, é escasso tecnicamente, concentrando diferentes organizações, instituições e esferas sociais, e, na concorrência para utilização do território são expressas as contradições das relações de produção. Em todo o caso, a análise teórica e metodológica do espaço deve levar em conta processos, funções e formas, inserindo-os em determinado contexto histórico.

## 2.5 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA ANÁLISE ESPACIAL DO RIO DE JANEIRO

A análise que o estudo se propõe a fazer diante o Rio de Janeiro tenta se aproximar da visão de Milton Santos sobre o espaço, entendida aqui como aquela que busca abarcar a complexidade presente no espaço em sua totalidade, ou seja, compreendendo todo o âmbito social no qual a cidade está inserida no decorrer do processo histórico. Partindo de sua fundação, em 1565, até o início do processo de industrialização, a partir da década de 1930, considera-se a produção e a configuração do espaço geográfico como resultado da ação de diferentes atores sociais, munidos de interesses, poderes e estratégias (econômicas, políticas, culturais, ideológicas e institucionais), gerando conflitos em diferentes dimensões, de acordo com a importância dos processos produtivos em cada momento histórico analisado.

Compreender a transformação da configuração espacial do Rio de Janeiro é caracterizar de que forma os agentes sociais – os grupos de detentores de capital e/ou de terra, trabalhadores e o Estado – materializaram os processos por meio das funções sociais na qual estavam subordinados, formando um conjunto de lugares e sua paisagem, isto é, sua configuração espacial. Dessa forma, se faz necessário o esclarecimento sobre a dinâmica da economia mundial a cada momento de transformação, seus rebatimentos sobre o Brasil, na condição de economia periférica, e, por consequência, sobre a economia fluminense e seus impactos sobre as relações entre os elementos do espaço - sociedade (sobretudo na condição de trabalhadores),

firmas (detentores de capital), instituições (Estado e relações culturais), meio ecológico e infraestrutura – presentes no Rio de Janeiro.

O estudo inicia sua observação quando os portugueses invadem a região da Guanabara e, posteriormente, retomam a área do domínio francês, no século XVI. A economia global estava subordinada à vigência do mercantilismo, “conjunto das teorias e das práticas de intervenção econômica que se desenvolveram na Europa moderna desde a metade do século XV” (DEYON, 1973) e reestruturam a base econômica para a construção do modo de produção e da sociedade capitalista europeia, na qual a presença e a intervenção econômica do Estado sobre a organização social apresentavam-se como importantes variáveis para seu funcionamento.

O mercantilismo expressava, também, uma nova configuração da acumulação de poder na sociedade, a partir da busca por grandeza e riqueza que norteava os países. A necessidade manutenção de frotas e tropas militares, fator essencial para manutenção de poder, passa a demandar também uma prosperidade comercial para seu financiamento, além da conservação do status quo social dos reinos europeus. Ou seja, o aspecto mercantil, para acúmulo monetário de metais preciosos, passa a determinar as medidas e condições do poder. A centralidade comercial se expressa pela importância da balança comercial e, por consequência, das exportações líquidas para a sustentabilidade deste ideal que orientou as economias europeias à expandirem geograficamente seus domínios, ganhando mercados em condição de dependência econômica através, principalmente, da imposição militar, mas, também, cultural-ideológica.

Esta é a base na qual o sistema de estruturas sociais vai atuar de modo a gerar interdependências entre âmbitos econômicos, políticos, sociais, ecológicos, institucionais e de infraestrutura, resultando na configuração espacial fluminense. Inicialmente veremos que as íntimas relações presentes entre o Estado, a religião, o militarismo e a burguesia comercial de Portugal vão materializar a produção do espaço geográfico fluminense, cuja situação de dependência socioeconômica imposta, assim como o nível de tecnologia vigente, demandava três condições: produção de produtos primários, mão de obra em condição de escravidão e produção voltada para os mercados centrais europeus.

Com isso, vemos a construção da cidade do Rio de Janeiro refletindo configurações espaciais condizentes aos seus processos e funções, de acordo com sua temporalidade. Isto é, com grupos sociais ligados à cúpula de poder português determinando os investimentos, a produção dos produtos primários e acumulação de capital mercantil, condicionando o surgimento de latifúndios e fazendas na periferia da cidade e no interior provincial, a construção

de portos, caminhos e estradas para ligações com outras províncias, o surgimento de bairros residenciais sustentados pela produção primária, a construção de templos religiosos, alterações no meio ecológico, com aterros a pântanos, lagoas e baías, construção de canais hidrográficos e desmontes de morros, além da produção de territórios marginalizados pelo processo social hegemônico, derivado da natureza conflituosa das relações sociais econômicas vigente, ou seja, o surgimento dos quilombos (CAMPOS, 2010).

Com o processo de transformação do modo de produção vigente, consolidando o capitalismo em esfera global, após a Revolução Industrial, e, no Brasil, após o fim da escravidão, instauração da República e, sobretudo, após o processo de industrialização, novas implicações sobre esta rede de estruturas foram lançadas, de modo a surgirem novos grupos sociais hegemônicos, novas formas de relacionamento entre os elementos sociais que compõe a análise espacial, compondo diferentes funções em relação ao período anterior, de modo a ocasionar transformações à configuração espacial fluminense. A partir de então, conflitos sociais são reforçados e reinventados trazendo novas formas espaciais à sociedade brasileira, através, por exemplo, do processo de urbanização iniciado ainda no século XIX, as reformas urbanas do início do século XX e os arranjos espaciais característicos da sociedade urbano-industrial.

Tais transformações podem trazer reflexões acerca da essência dos conflitos sociais presentes na sociedade contemporânea, principalmente acerca da estrutura de poder presente nos relacionamentos sociais, da ação de instrumentos institucionais, sobretudo do Estado, interferindo na materialização da vida social - a configuração espacial -, além de mecanismos ligados à subjetividade coletiva, condicionando tais transformações via elementos culturais-ideológicos.

### **3 O CAPITAL MERCANTIL E A ESTRUTURAÇÃO ESPACIAL DO RIO DE JANEIRO**

Nesta seção faremos um apanhado histórico sobre o processo de formação espacial do Rio de Janeiro, pontuando os relacionamentos existentes entre as diferentes instâncias sociais, subordinadas aos processos vigentes, para a expressão de sua configuração geográfica. Buscaremos, então, descrever a dinâmica na qual a economia fluminense estava submetida, relacionando as estruturas produtiva, mercantil, política e social, a fim de extrair comportamentos das classes sociais dominantes e do Estado, para consolidação de sua estrutura socioeconômica. Assim poderemos ter uma visão holística sobre os condicionamentos

exercidos sobre a dinâmica social fluminense e, portanto, sobre sua distribuição espacial, oferecidos pelas particularidades que a acumulação de capital apresentou no Rio de Janeiro.

É de se ter em mente que, a dinâmica espacial fluminense em muito foi influenciada pelas relações de poder. Influenciada pelo papel geopolítico e econômico frente às rotas comerciais de Portugal, a organização espacial fluminense esteve muito ligada à atuação do Estado na transformação urbano-metropolitana, visto que, por muitas vezes, o mesmo assumiu o papel de modernizador da capital e motor do desenvolvimento do país, concentrando os investimentos principalmente na cidade do Rio de Janeiro, que por muito tempo gozou da condição de capital do Brasil, usufruindo os efeitos da centralidade política, negando, porém, uma maior integração com os demais municípios, dificultando, assim, a criação de uma economia regional fluminense virtuosa (DAVIDOVICH, 2010).

A cidade do Rio de Janeiro serviu de suporte para o Poder Central do Estado de maneira secular, como por exemplo, no século XVII, com a definição da Cidade Real, como Município Neutro no Império, ou como Distrito Federal na República, fazendo com que se constituísse um monopólio do poder na cidade, onde seus investimentos econômicos e produtivos, assim como a formação do espaço urbano, foram atravessados por tal centralidade política. Como ponto de partida, o estudo se debruça sobre a análise do contexto histórico no momento de fundação da cidade.

### 3.1 A FORMAÇÃO ESPACIAL DO RIO DE JANEIRO

A formação do Rio de Janeiro, enquanto lugar frente ao desenvolvimento histórico mundial, esteve associada à relação centro-periferia, derivada da expansão geográfica europeia ocorrida sob a estrutura mercantilista e, portanto, estava relacionada às sucessivas redes mundiais (LESSA, 2000). Este período é caracterizado pela mudança da força motriz do sistema social, fazendo com que os fluxos e o intercâmbio entre unidades espaciais deixassem de existir em torno do excedente produtivo gerado pela agricultura, atrelado aos meios de transporte terrestres baseados na tração animal - que limitavam a amplitude de relacionamentos espaciais -, e passassem a centralizar o comércio como tal força social, através do aumento da capacidade de transporte (marítimo), induzindo o surgimento da produção manufatureira e da criação de colônias como as americanas (SANTOS, 2020, p.40).

Nesse contexto, a região fluminense, como província, estava submetida ao funcionamento da economia colonial brasileira, isto é, dentro de uma dinâmica de produção altamente especializada, voltada para produtos primários em larga escala, abastecendo o mercado externo, cuja importação era composta de manufaturas (derivada do monopólio comercial com a burguesia metropolitana) e com a utilização de mão de obra escravizada.

João Manuel Cardoso de Mello (1982) aponta que essa relação metrópole-colônia se dava via processos interdependentes, frutos da desintegração do feudalismo e formação do capitalismo. A expansão das relações mercantis promovia a expansão geográfica dos mercados para o capital mercantil europeu e a transição de seu trabalho servil para o assalariado. A incapacidade dos meios de produção (intensivos em terra e trabalho) em acompanhar a crescente demanda por mercadorias causava barreiras para manutenção do ritmo de acumulação de capital e ascensão social, demandando pontos de apoios externos tanto no âmbito econômico, quanto no âmbito político, satisfazendo a acumulação mercantil através da produção em terras coloniais e a centralização do poder, que permitia unificação do mercado nacional e mobilização dos recursos para o desenvolvimento (NOVAIS apud MELLO, 1982, p.38).

Como já pontuado, o mercantilismo se baseava na acumulação de divisas para financiamento de sua estrutura de poder, sobrepondo suma importância às relações de comércio exterior. Com a incapacidade do mercado oriental em satisfazer a burguesia portuguesa, demandou-se alternativas produtivas que implicassem em um produto de alto preço e em terras que oferecessem as condições de tal oferta. Uma das alternativas realizadas foi a expansão agrícola no Brasil e, dado a condição de monopólio produtivo imposto por Portugal, o açúcar

se mostrou como produto capaz de atender as demandas comerciais de tal burguesia, uma vez que a produção aurífera, no primeiro momento, não se mostrou viável em terras brasileiras, mantendo o monopólio espanhol na produção de metais preciosos (FURTADO, 2003).

Ou seja, a dinâmica colonial se apresenta de maneira compulsória à economia brasileira, derivada de implicações políticas e econômicas decorrentes da configuração mercantilista, determinando o papel brasileiro nesta inserção na “economia reprodutiva europeia” (FURTADO, 2003, p.18), a oferta de bens e importação de técnica e capitais, permitindo financiamento e produção. Em última instância, condicionando a configuração espacial com intensas relações, embora em caráter de subordinação, entre o ambiente de natureza rural – a produção de açúcar - e o ambiente de natureza urbana – a região portuária.

Essencialmente, a subordinação se dava entre a estrutura produtiva brasileira de produtos primários e o capital mercantil europeu, mas, internamente, ocorria entre a produção e comércio. A transição do feudalismo para o capitalismo na Europa, decorrente da expansão mercantilista pelo mundo, e a lógica de lucros presente na economia colonial ofereceu as condições materiais para a consolidação da economia colonial mercantil escravista, uma vez que o trabalho servil, compulsório ou escravocrata era mais rentável, pelo rebaixamento máximo dos custos de reprodução da força de trabalho. Mello (1982) aponta que a abundância de terras somada à liberdade da força de trabalho resultaria em custos salariais extremamente elevados para compensar a alternativa da subsistência, demandando o caráter compulsório do trabalho para a acumulação metropolitana.

Complementando, segundo Furtado (2003), o problema da mão de obra era o obstáculo a ser superado para êxito da empresa agrícola brasileira, uma vez que já se tinha disponível a experiência produtiva portuguesa, com o desenvolvimento de indústria de equipamentos para engenhos, e o capital financeiro e comercial holandês para sua viabilidade. Nesse sentido, os custos de oportunidade para a mão de obra europeia seriam demasiadamente elevados para seu transporte para terras americanas, pois a falta de concentração de capital e o baixo valor econômico das terras aqui encontradas não eram fatores de atração, o que elevariam os níveis de investimento para utilização da força de trabalho europeia. Como Portugal já tinha experiência com o mercado de mercantilização de vidas escravizadas no continente africano, o escravismo lhe oferecia acesso à mão de obra barata. Portanto, a produção colonial se configura em torno do latifúndio, para garantia de ganhos de escala, e da mão de obra escravizada, para manter os níveis de rendimento da acumulação de capital comercial, dado que a alternativa salarial demandaria custos elevados.

Ademais, a expansão mercantilista ofereceu as bases materiais para construção do imaginário filosófico em que o europeu representava o homem universal, que somado ao surgimento dos ideais iluministas, no século XVIII, vai se transformar em base intelectual para comparação e classificação entre grupos e indivíduos a partir de características físicas e culturais (ALMEIDA, 2019). Instrumento este utilizado para justificar a mercantilização e depreciação das etnias que majoritariamente serviram como força de trabalho escravizada, dentro do setor que se consolidou como altamente rentável e responsável por grande parte da acumulação de capitais da estrutura econômica colonial, firmando ligações extremamente íntimas com produção primária, como, por exemplo, no Rio de Janeiro colonial, onde a exportação ilegal (tráfico e contrabando) de escravizados para Buenos Aires e a importação de prata, couro e sebo da região do Prata foram tolerados pelo Poder Central, evidenciando a importância deste capital mercantil para o sistema colonial (LESSA, 2000).

Furtado (2003) nos mostra, também, de que maneira os investimentos eram realizados dentro da economia açucareira: dividindo-se em uma parte que se destinava à compra dos equipamentos, mão de obra e materiais de construção no exterior, e outra que era utilizada na manutenção as condições mínimas de sobrevivência dos escravizados. O lucro do detentor de capital se vinculava pela simples diferença entre o custo de reposição e de manutenção da mão de obra e o quantitativo de valor que se realizava no mercado externo, significando que o consumo da elite da economia açucareira era realizado no exterior, através da importação de artigos de consumo. Ou seja, na economia açucareira, como os fatores de produção pertenciam quase exclusivamente ao grupo análogo aos empresários, os rendimentos monetários gerados no processo produtivo eram retidos pela elite produtiva e comercial, pois o padrão de consumo não favorecia a circulação monetária interna, devido à imposição comercial da burguesia europeia. Observa-se, dessa forma, que o fluxo de renda se estabelece entre a unidade produtiva e o mercado exterior.

O ouro e a prata, fonte de riqueza dentro mercantilismo, encontrados na América hispânica coloca o território brasileiro como objetivo exploratório para os demais países, forçando Portugal e Espanha, potências mundiais a época, a exercerem seus poderes para garantia do território americano frente a invasões de países como França, Holanda e Inglaterra. Entretanto, a economia colonial brasileira inicialmente apresentava baixo potencial exploratório, uma vez que, além do açúcar, nenhum produto se apresentava com demanda internacional suficiente para consolidação de uma empresa agrícola. Celso Furtado aponta que

O principal produto da terra - o trigo – dispunha de abundantes fontes de abastecimento dentro do continente. Os fretes eram de tal forma elevados - em razão da insegurança no transporte a grandes distâncias - que somente os produtos manufaturados e as-chamadas especiarias do Oriente podiam comportá-los. (...) [mas] Os portugueses haviam já iniciado há algumas dezenas de anos a produção, em escala relativamente grande, nas ilhas do Atlântico, de uma das especiarias mais apreciadas no mercado europeu: o açúcar (FURTADO, 2003, p.15).

Assim, a lógica de ocupação do espaço no Rio de Janeiro estava inserida dentro da acumulação primitiva de capital para formação do capitalismo mercantil na Europa, em seu período de transição, onde o Brasil deveria gerar excedentes produtivos comercializáveis internacionalmente, afim de gerar lucros, e servir de mercado consumidor para produtos manufaturados da burguesia metropolitana, a partir de preços definidos por forças externas, se apropriando de parte significativa dos lucros coloniais, através do exclusivo metropolitano, com altas taxas fiscais (MELLO, 1982).

No momento em que o Rio de Janeiro passou a ser explorado, a economia colonial brasileira passava pela consolidação de sua empresa agrícola açucareira, fruto das condições político-econômicas exercidas pelos países centrais – aqueles cujo grau de modernização tecnológica e comercialização precedente oferecia as condições para dominação de territórios. Dessa forma, a configuração espacial fluminense se formou através do pacto colonial, cujo desenvolvimento foi fruto das diferenças dos níveis tecnológicos entre os países centralizados no sistema econômico mundial (SANTOS, 2020, p.41).

Embora a invasão portuguesa, e o sucessivo exame da região, tenha ocorrido em 1502, sua ocupação por parte de Portugal ocorrera apenas em 1565, com a operação de reconquista da região frente a invasão francesa (LESSA, 2000). A própria posição geográfica era considerada estratégica, devido ao acesso ao Rio da Prata e a Potosí, fontes disputadas para extração de metais preciosos, nutrindo, assim, uma importância geopolítica e geoeconômica para a região, permitindo o contrabando e fornecimento de escravizados, para manutenção da extração mineral tanto no Peru, quanto na Bolívia, além de servir como local de vigilância e suporte no Sul do continente americano, inclusive através de financiamento da colônia de Sacramento, maior projeção portuguesa no Rio da Prata. Ademais, a região possuía importante função militar, pensada para a disputa hegemônica contra espanhóis, mas utilizada, posteriormente, para segurança das riquezas extraídas do planalto central brasileiro.

Os portos eram o principal ponto de referência do comerciante metropolitano, na medida em que permitiam a centralização da produção e garantiam o direito de exclusividade do comércio. Era a aduana costeira que possibilitava ao Estado Absolutista português o controle da arrecadação do fisco, direito a que se reservava através do monopólio comercial. (LOBO,1979).

A partir da obra “O Rio de todos os brasis”, de Carlos Lessa (2000), é possível extrair que seus condicionantes naturais - o meio ecológico -, exerceram importante influência inicial sobre o padrão de apropriação do espaço, pois favoreciam rotas marinhas, principalmente as que ligavam o continente americano com a África, o que permitiu a criação de feitorias mercantis no Rio de Janeiro. Nesse sentido, a topografia do Rio de Janeiro foi importante condicionante para a forma de ocupação da cidade, apresentando morros protegidos por pântanos e lagoas, o que gerou mecanismos de proteção militar naturais, que favoreciam a criação de fortes e fortalezas estrategicamente posicionados para as rotas marinhas, mas determinou a complexidade e o alto custo para a formação e a gestão do espaço, marcada por aterros de pântanos e lagoas e destruição e perfuração de morros. O Centro do Rio, por exemplo, principal articulador da formação espacial da cidade, dado sua condição portuária, foi marcado por aterramentos tanto para ampliação de sua condição portuária, quanto para aperfeiçoamentos urbanos, como praças, igrejas e serviços de água e luz.<sup>4</sup>

Isto implicou na forma não contínua em que os bairros foram criados, sobretudo baseados na da produção açucareira, criando uma sucessão de espaços com poucos caminhos de interligação, isto é, poucas rotas de transporte entre bairros, exprimindo problemáticas que seriam agravadas com o inchaço populacional. Além disso, por se situar próximo a poucas fontes de água doce, o suprimento de água foi outro condicionante importante para a organização espacial do Rio de Janeiro, pois a população estava dependente inicialmente do Rio Carioca e de outros córregos, o que fez a população mais pobre buscar se localizar próximo a aquedutos, chafarizes e canais de água que vieram a ser construídos. Já as elites da cidade, além de possuírem escravizados para buscar água, detinham mananciais próprios para abastecimento de água (LESSA, 2000).

A posição estratégica do Rio de Janeiro frente a estrutura mercantilista mundial permitiu articulações comerciais para Portugal, servindo de apoio para a competição com a Espanha pelo “monte de prata”<sup>5</sup> e, posteriormente, para controle e segurança do planalto central e da economia mineira, além de se constituir ponto estratégico, a partir do estuário da Prata, como rota para as minas do Mato Grosso. Dado a vocação mercantil e estratégica do Rio de Janeiro, sua cidade começa a ser estruturada em sua região portuária, a partir do atual Centro do Rio, com a ocupação do Morro do Castelo, que possuía vantagens estratégicas oferecidas, no interior

---

<sup>4</sup> O cenário natural condicionou as primeiras formas de ocupação e circulação de pessoas e de coisas. Definiu o modo inicial pelo qual se começou a construção do lugar e da cidade (LESSA, 2000, p.25).

<sup>5</sup> Rio da Prata e Potosí (LESSA,2000).

da Baía de Guanabara, pela proteção natural de montanhas, lagos e pântanos, se apresentando como porto de melhor localização natural na rota para o sul, devido também a facilidade para o suprimento de água e ao acesso planícies produtivas, e vai se estender, no período colonial, aos morros do São Bento, Conceição e Santo Antônio (LOBO, 1978a).

A estrutura da economia mercantilista somada à disponibilidade de planícies cultiváveis e facilmente navegáveis por pequenas embarcações fez com que parte da produção do Rio de Janeiro se sustentasse nos setores de alimentos e matérias-primas para exportação, como, por exemplo, cachaça e mandioca (usadas como moeda de troca no mercado de escravizados), o já citado açúcar, produzido na Ilha do Governador e no subúrbio, a produção de grãos e criação de gado em Santa Cruz, enquanto a Baía de Guanabara fornecia a pesca. O Rio de Janeiro se utilizava da reexportação de cachaça e tabaco advindas da Bahia, importava da África marfim e mão de obra escravizada, e seu comércio com Portugal girava em torno da importação de tecidos, vinhos e bacalhau, exportando para o mercado luso, principalmente, açúcar (LESSA, 2000).

Isto nos indica uma interiorização da produção de alimentos, se constituindo como ponto de partida para a ativação de uma economia regional, ainda de baixo fluxo, principalmente com outras províncias, a partir de sua centralidade comercial, derivada das rotas marítimas e ligações terrestres com as minas extrativistas, que seriam descobertas no interior do país, porém com baixo poder de indução internamente e baixa capacidade de criação de áreas tributáveis (LESSA, 2000). Esses movimentos espaciais nos remetem aos efeitos que determinados lugares incidem sobre os demais, seja através dos efeitos de fluência e polarização ou propulsores e regressivos, como apontado pelas teorias de desenvolvimento, seja pelos fatores de dispersão e concentração apontados por Milton Santos (2020). Assim, a organização espacial de determinado local se expressa como fruto do saldo de forças que concentram e dispersam a atividade socioeconômica, induzindo à mobilidade de fatores, como a mão de obra.

Fragoso (2000) estima que as exportações de escravizados tenham passado de uma média anual de 2.600 pessoas no período de 1575-1587, para 5.032 entre 1587 e 1591. As rotas comerciais com a África, sobretudo a Rio-Angola, com o Rio da Prata, com o Peru e Bolívia e, por consequência, a ligação com o mercado oriental, fortaleceram a centralidade mercantil do Rio de Janeiro no Brasil. Como o escravizado se apresentava como o principal ativo do processo produtivo, sua mercantilização marcou a consolidação da cidade como centro comercial.

Em suma, para manutenção da acumulação mercantil escravista, demandava-se apoios produtivos - no caso colonial carioca, a produção primária (por vezes açucareira, mineral ou

cafeeira) -, que por sua vez demandava força de trabalho para se realizar e, dado as condições estruturais mercantilistas, a escravidão se dava como condição necessária para manutenção da transição capitalista europeia, em um ciclo causal de auto reforço. Essas condições determinaram a ocupação espacial do Rio de Janeiro e suas derivações produtivas determinaram o padrão de ocupação dos espaços nas intermediações do centro e no interior do estado, dado a necessidade abastecimento da cidade, que cada vez mais ganha centralidade econômica e política.

Portugal se utilizava das trocas entre escravizados e prata, como, por exemplo, extraindo prata licitamente da Espanha e ilicitamente, no Peru via Rio da Prata, apoiados pelo Rio de Janeiro, e abastecendo esses mercados escravagistas. Portanto, a comercialização, o contrabando e a troca de escravizados por prata se transformou em uma atividade econômica muito próspera ao Rio de Janeiro, sobretudo devido ao entreposto de duas rotas: Rio-Ásia-Europa-África; e Rio-Rio da Prata e evidenciava a complementariedade entre a economia mineira e a mercantilização de escravizados.<sup>6</sup>

Tal sistema cumulativo, entretanto, não representa o *modus operandi* de todo um sistema social, como Myrdal, por exemplo, defende, e sim como uma expressão do relacionamento entre os elementos sociais ali presentes em tais circunstâncias. A organização social, que em última análise configura o espaço geográfico no Rio de Janeiro, visando a acumulação de capital, e por consequência a ampliação de poder, colocava grupos de interesses opostos em conexão. De um lado proprietários de terras, a figura do comissário, comerciantes, as forças militares europeias, os elementos institucionais, políticos, tecnológicos e culturais-ideológicos, relacionando-se entre si, para garantia do controle de elementos postos de outro lado, como o meio ecológico, expresso por terras, minério, produtos agrícolas, fontes de energia e matéria prima, o trabalho, via mão de obra escravizada indígena e africana e a infraestrutura, configurando o Rio de Janeiro a partir da centralidade de seu porto na Baía de Guanabara, centro concentrador e irradiador das atividades socioeconômicas.

Como a natureza do processo de comercialização – processo mais importante na vigência do mercantilismo - é urbana, este ciclo virtuoso entre produção primária e escravismo favoreceu um fortalecimento do núcleo urbano carioca. De modo que, segundo Carlos Lessa (2000), antes mesmo que o processo de urbanização tivesse ocorrido a cidade do Rio de Janeiro

---

<sup>6</sup> “Os registros oficiais de Buenos Aires, que subestimam o tráfico, informam 250 escravos do Brasil em 1557, 450 em 1603 e 1500 deles em 1620 (...) [e de] 1575 a 1591 teriam saído de Angola 52 mil escravos africanos para o Brasil” (LESSA, 2000).

já possuía características urbanas, devido suas articulações comerciais externas, derivadas de sua configuração portuária. Um dos indicadores utilizados pelo autor para evidenciar o dinamismo do Rio foi a quantidade de templos religiosos que surgiram em curto período de tempo: Irajá (1613), São Francisco da Penitência (1619), São Francisco Xavier (1625), São Cristóvão (1627), Candelária (1627), Penha (1635), Rosário (1639), Glória do Outeiro (1671), e São Roque, em Paquetá (1697). Mais uma expressão dos relacionamentos interdependentes existentes entre os elementos sociais e econômicos configurando a dimensão espacial na cidade.

Tal privilégio portuário, somado a suas rotas terrestres fizeram do Rio uns dos principais pontos comerciais coloniais, sobretudo a partir da comercialização de escravizados, que se constituiu como primeira especialização mercantil da cidade, embora coexistisse com outras atividades, como o extrativismo de pau-brasil, que não apresentou papel de destaque na economia colonial devido à perda de competitividade em relação a produção nordestina (maior qualidade e menores custos de transporte), além do cultivo de açúcar, aguardente e cachaça que estava diretamente conectado à especialização escravagista, visto que eram importantes moedas de troca no mercado africano.

Como adiantado, havia uma relação de subordinação da esfera produtiva brasileira frente ao capital comercial europeu, onde o capitalismo se consolidava determinando as relações de trabalho e de produção nas colônias, e o conseqüente atraso das economias coloniais. As relações de trabalho servil, típicas do feudalismo, foram reinventadas nas economias coloniais para estímulo da transição feudalismo-capitalismo europeu, afim de assegurar o ritmo de acumulação de capital da burguesia metropolitana e as relações sociais do capitalismo europeu. Além do mais, a figura do comerciante passou a ser central, inclusive na colônia (exemplificado principalmente pela figura o comissário na economia cafeeira), dado a articulação política, derivada de sua ligação com a coroa metropolitana, via aparelhos burocráticos, e econômica, dado sua proximidade com os proprietários de terras produtivas e devido à comercialização do principal ativo da estrutura produtiva: o escravizado. Obtendo, assim, grande influência sobre a forma com que a circulação de mercadorias ocorria, impactando todo o sistema colonial e evidenciando o domínio das relações comerciais frente às produtivas.

Há, formalmente, capitalismo, porque a escravidão é introduzida pelo capital e a gênese da economia colonial recebe todo o peso que lhe é devido. Há, formalmente, capitalismo porque o capital comercial invadiu a órbita da produção, estabelecendo a empresa colonial. Indo muito além do simples domínio direto da produção, o capital subordina o trabalho e esta subordinação é formal, porque seu domínio exige formas de trabalho compulsório (MELLO, 1982, p.44).

O controle do sistema colonial se faz na prática por quem domina os meios de circulação. O comerciante, no processo de acumulação, estará intimamente ligado de um lado, à burocracia metropolitana, e de outro aos proprietários dos meios de produção. Está na articulação destes três elementos a caracterização da estrutura social da cidade. O funcionamento específico do mecanismo de circulação das mercadorias outorgará aos comerciantes o domínio do sistema, que se estenderá muito mais além do simples âmbito econômico. Tudo está subordinado ao objetivo da produção para o mercado (LOBO, 1978a).

Enquanto produtor de açúcar, produto cuja tendência era de elevação do preço, chegando a mais que duplicar até o final do século e se mantendo em alta pelo menos até 1630, existiam estímulos para o surgimento cada vez maior de latifúndios açucareiros. No início da década de 1580, existiam 3 engenhos de açúcar no Rio de Janeiro e a população da cidade era estimada em 3850 habitantes, em sua maioria indígenas e “mestiços”, uma vez que há o registro de 750 portugueses e 100 negros (LOBO, 1978, p.20). O ciclo do açúcar se faz presente na economia carioca à época, mesmo que de forma retraída frente outras capitanias brasileiras, influenciando o número de engenhos presentes no Rio (Tabela 1), que sobe para 14 em 1612, para 60 em 1629, chegando em 1680 a um número em torno de 130 engenhos de açúcar (FRAGOSO, 2000, p.45).

**Tabela 1: Número de engenhos em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro (1583-1629)**

| Capitanias     | 1583 | 1612 | * (%) | 1629 | ** (%) |
|----------------|------|------|-------|------|--------|
| Pernambuco     | 66   | 90   | 1,1%  | 150  | 3,1%   |
| Bahia          | 36   | 50   | 1,1%  | 80   | 2,8%   |
| Rio de Janeiro | 3    | 14   | 5,5%  | 60   | 8,9%   |

\*Taxa de crescimento anual entre 1583-1612 (%)

\*\* Taxa de crescimento anual entre 1612-1629 (%)

Fonte: FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). Topoi, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2000, p.45.

Este é um ponto no qual os relacionamentos entre os elementos sociais da análise espacial se evidenciam. As articulações, derivadas da estrutura mercantilista, onde instâncias as políticas, sociais e religiosas somavam-se à econômicas como as principais relações, determinaram a configuração espacial da periferia do Centro da cidade. Como mostra Lessa (2000), bairros começam a surgir derivados da produção de açúcar, como Lapa, Glória, Gávea, Engenho Novo, Engenho Velho, Real Engenho (Realengo), onde a toponímia se apresenta como excelente registro histórico da cidade. A condição portuária, e sua organização para o comércio internacional de longas distâncias (dado a centralidade do processo de circulação no mercantilismo), demandaram pontos de apoio para o abastecimento de alimentos por toda a Baía de Guanabara, onde pequenos portos, como, por exemplo, Pilar; Estrela, Inhomirim, Magé e Iguazu tiveram de ser criados para abastecer a cidade do Rio de alimentos advindos das planícies e recôncavos no entorno da Baía de Guanabara.

Neste período, principalmente, a simbiose política e econômica é essencial para a operação e fortalecimento do capital mercantil. O período de maturação da cidade do Rio de Janeiro é também período de consolidação de uma elite político-econômica, que junto ao Poder Central determinaram a forma de apropriação do espaço urbano e produtivo. Dado que a distribuição de terras (Sesmarias) - organizadas em latifúndios, oferecendo poderes locais na colônia -, foi destinada a empresários e nobres próximos do trono, pois eram aqueles com capacidade de grandes investimentos (PRADO JUNIOR, 1942), há a possibilidade de que essa primeira elite senhorial carioca tivesse articulações mercantis.

Apesar de sua vocação natural às relações comerciais e urbanas, enquanto espaço ligado a redes mundiais, no século XVII, o Rio de Janeiro apresentava ainda incipiente núcleo urbano e grupo mercantil, uma vez que das 75 escrituras negociadas no princípio do século, em torno de 70% eram relacionadas aos empreendimentos rurais. Número este que contrasta com suas “vocações” mercantis de natureza urbana, que vieram a se consolidar apenas no século seguinte, que das 3562 escrituras negociadas, 37% representavam valores de natureza mercantil, onde o mercado imobiliário urbano significava 29% enquanto o rural representava 21% (FRAGOSO, 2000, p.54).

Embora houvesse a prevalência de propriedades rurais no início do século XVII, o caráter mercantil da estrutura social que se apropriou do território carioca pode ser relacionado à tese de Pedreira (1995), que aponta para a existência de relações mercantis dentro de diversas classes e ofícios portugueses, não se restringindo aos comerciantes apenas, de modo que “a nobreza, os militares, os oficiais do rei e o próprio clero, para não falar dos marinheiros e capitães dos navios, exercem a mercancia” (PEDREIRA, 1995, p.18).

Na Tabela 2, é possível observar que durante o século XVII há uma mudança no perfil de famílias senhoriais, aquelas detentoras de engenhos de açúcar. Vemos que em seu período inicial mais de 70% das famílias senhórias tinham ofícios ligados ao trono metropolitano (famílias ligadas a cargos como Governador; Provedor da Fazenda Real, Ouvidor, Provedor dos Defuntos e Ausentes e Juiz de Órfãos; Capitão-Mor, Sargento-Mor e Alcaide; Capitão de Infantaria; Escrivão da Ouvidoria, Escrivão da Provedoria e Almojarifes; Tabelião) e, considerando todo o século XVII, este número cai para 32,3%.

**Tabela 2 - Períodos de instalação no Rio de Janeiro de famílias senhoriais formadas a partir de Ministros e Oficiais (1566-1700)**

| Cargos e número de famílias senhoriais |   |   |   |   |   |   |     |           |    |       |
|--|---|---|---|---|---|---|-----|-----------|----|-------|
| Períodos                               | A | B | C | D | E | F | A-F | Total (%) | G  | Total |
| 1566-1600                              | 1 | 7 | 5 | 5 | 1 |   | 19  | 73%       | 7  | 26    |
| 1566-1620                              | 2 | 8 | 5 | 8 | 2 |   | 25  | 48%       | 27 | 52    |
| 1621-1700                              |   | 1 | 3 | 1 | 6 | 4 | 15  | 21%       | 57 | 72    |
| 1566-1700                              | 2 | 9 | 8 | 9 | 8 | 4 | 40  | 32%       | 84 | 124   |

**Legenda:** **A-** Governador; **B-** Provedor da Fazenda Real, Ouvidor, Provedor dos Defuntos e Ausentes e Juiz de Órfãos; **C-** Capitão-Mor, Sargento-Mor e Alcaide; **D-** Capitão de Infantaria; **E-** Escrivão da Ouvidoria, Escrivão da Provedoria e Almoxarifes; **F-** Tabelião; **G-** Sem ascendência de Ministros e Oficiais.

Fonte: FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2000, p.55.

Embora os números indiquem uma queda na influência direta da coroa sobre a apropriação do território produtivo e habitacional, ao longo do século quase 1/3 das famílias detentoras de engenhos tiveram origem de ministros ou oficiais do rei, evidenciando como a relação política e econômica estavam associadas, principalmente neste período histórico, e que muito provavelmente a primeira elite senhorial do Rio de Janeiro além de ter intimas ligações com a estrutura política da Metrópole, possuíam articulações mercantis para a acumulação de capital.

A Família Sá exemplifica como as relações de poder se concentravam em torno de da simbiose de diferentes esferas sociais no Rio de Janeiro. Mem de Sá, Governador da Colônia no período de reconquista do Rio de Janeiro frente as invasões francesas, deixa Estácio de Sá, seu sobrinho, para a fundação e administração da vila de São Sebastião do Rio de Janeiro, ordenando a presença de oficiais e ministros, reforçando a presença política e militar da cidade, instalando uma administração civil e militar para viabilização da ocupação e garantia de colonização da região (LESSA, 2000). As funções militares da família vão além da fundação da cidade do Rio de Janeiro, como por exemplo Martim de Sá expulsa franceses de Cabo Frio em 1602, em 1613 expulsa holandeses de Angra dos Reis e em 1618 é nomeado administrador de guerras índias e supervisor das aldeias aliadas; Salvador Correa de Sá foi general das frotas de comércio e chefia a reconquista de Angola em 1644 e 1648, respectivamente.

A Família Sá se apresenta também como vetor político e econômico da cidade. Desde a fundação do Rio de Janeiro até 1702 eles exercem poder político sobre a cidade, a região e ao comércio, possuindo ao longo deste período, entre efetivos e interinos, 6 governadores e pelo menos 12 senhores de engenho. As rotas comerciais e a convivência do Poder Metropolitano para com o contrabando de metais no Rio da Prata abriram possibilidade de controle majoritário das relações mercantis por parte dos Sá, principalmente ligado à extração mineral (FRAGOSO,

2000; LESSA, 2000). Dessa forma, a Família Sá é um exemplo de concentração da articulação do poder militar, político e econômico, tanto produtivo quanto mercantil, em apenas um vetor, e muito provavelmente a elite senhorial que condicionou o território produtivo e habitacional possuísse o mesmo nível de articulação.

Vieira Mello sintetiza: ‘os Sá, do Rio de Janeiro, eram sobretudo traficantes de escravos, e para tal fim lhes serviam os estaleiros, engenhos, alambiques, as culturas de mandioca e de cana de açúcar’ (LESSA, 2000).

Tal simbiose também se expressa pelo papel dos jesuítas dentro das relações socioeconômicas na cidade. Da fundação da cidade até o século XVII foram inaugurados 15 templos ou instituições religiosas no Rio de Janeiro. A Companhia de Jesus foi responsável pela fundação do Colégio no Morro do Castelo, administrou o primeiro porto da cidade, possuíam diversos engenhos como Engenho Novo, Engenho Velho, São Cristóvão, Macaé, Santa Cruz e Campos dos Goytacazes. Ademais, realizaram obras hidráulicas, como construção de canais em Sepetiba e interligaram as bacias do Rio Guandú e Itaguaí. Porém, em 1760, Marquês de Pombal em um ato de “afirmação nacional” expulsa 200 padres, desapropria seus engenhos, que foram loteados, por acreditar que a Companhia estivesse a serviço do Papa (LESSA, 2000).

Sendo assim, além das implicações locacionais, influenciadas aqui por condições naturais, geográficas e implicações de estratégias militares, a estrutura mercantilista demandava um certo tipo de produção, e com isso certas estruturas de relações produtivas, para que a acumulação de capital fosse possível para a burguesia europeia. De modo que as desigualdades entre países centrais e periféricos foi estruturalmente criada pelo processo de formação do capitalismo central. A especificidade desta estrutura evidencia a formação de uma elite local, derivada em parte dos relacionamentos com a Coroa Portuguesa, que buscou articulações comerciais para conformar a esfera produtiva à sua demanda, condicionando a forma na qual o território do Rio de Janeiro foi apropriado, uma vez que a produção açucareira demandava o sistema de *plantation* – latifúndio, mão de obra escravizada e exportações - para sua lucratividade, determinando a expansão da fronteira agrícola e o modo de integração comercial entre a cidade do Rio e suas intermediações: demandas por alimentos, pouca infraestrutura logística e baixa complementariedade.

Mesmo que as teorias de economia regional apresentadas no capítulo anterior se debrucem sobre a análise das implicações regionais capitalistas, é possível identificar, neste cenário colonial, estruturas socioeconômicas que mantêm a desigualdade entre a cidade do Rio de Janeiro e os demais espaços da província. Sua função comercial e portuária, as relações intrínsecas entre capital, Estado e religião e a natureza do capital aqui produzido (cuja mão de

obra escravizada era o principal ativo comercial, o que determinava, também, o nível de circulação de moeda internamente) condicionaram a concentração das atividades econômicas na capital da província.

Ou seja, além de determinantes de custos, como apontariam os pensadores clássicos da teoria locacional, condicionantes econômicos, políticos, religiosos e culturais-ideológicos (uma vez que o escravismo se sustentava, também, via instrumentos de subjetividade coletiva), influenciaram na atração de atividade econômica, nos remetendo às visões mais próximas a de Myrdal, que busca a articulação de tais condicionantes buscando construir uma teoria social. No entanto, mesmo as teorias de desenvolvimento, acabam por não contemplar a essência dos relacionamentos existentes entre os agentes sociais presentes na análise e, acima de tudo, não nos explicam a configuração espacial resultante.

Mesmo que a visão sistêmica de causações circulares utilizada por Nurkse e Myrdal, possa ser, de certa forma, visualizada, por exemplo, nas relações entre as esferas comerciais e produtivas, que se reforçavam cumulativamente, principalmente no que diz respeito a produção primária e a comercialização de escravizados, ou que os efeitos propulsores regressivos pudessem ser analisados na interiorização da produção, este subsistema está contido em um sistema estrutural de relacionamentos interdependentes entre funções sociais, cuja ação expressa a forma - composta pelos objetos geográficos -, sua configuração espacial.

Assim, os movimentos espaciais presentes na região fluminense materializavam uma cadeia de sistemas, onde elementos sociais (grupos sociais, instituições, meio ecológico, tecnologias e infraestrutura) interdependentes se relacionavam entre si, condicionados pela estrutura social mercantilista, respondendo às necessidades dos países centrais, sem a mesma intensidade de assimilação tecnológica dos mesmos, fazendo da capital provincial polo de modernizações urbanas, derivadas de sua função comercial-portuária, gerando uma hierarquia funcional frente aos demais lugares da província, oferecendo, dessa forma, as condições para a transferência da capital do País.

### 3.2 FORMAÇÃO DE SUA CAPITALIDADE

A partir de Celso Furtado (2003), vemos que, no Século XVII, a perda de monopólio na produção açucareira, devido à produção holandesa nas Antilhas, gera queda nos preços do açúcar e queda da lucratividade colonial, que somado aos gastos militares de Portugal e às invasões holandesas, sobretudo na região Nordeste, se resultou em prejuízos à Metrópole tanto do ponto de vista comercial<sup>7</sup> quanto do ponto de vista fiscal. A dificuldade de manutenção da oferta de mão de obra compulsória, principalmente a partir da escravização indígena, na região de maior produção açucareira no Brasil (Nordeste) se apresenta como um obstáculo à acumulação interna, o que empobrece a região. Dado o cenário de desorganização do mercado açucareiro internacional, gerado pela produção de açúcar nas Antilhas, há repercussão sobre a produção mais ao sul do país, aumentando a importância relativa do couro, que passou a fazer parte da agenda econômica portuguesa e indicando a extração mineral como alternativa para garantia de alianças, com por exemplo a consolidação dos vínculos com a Inglaterra, e para evitar a decadência da economia colonial.

A fundação da Colônia de Sacramento, em 1680, ocorre neste cenário de enfraquecimento da economia açucareira, fortalecimento da criação de gado e a já sabida extração mineral na região do Rio da Prata. A Colônia do Sacramento passa a ser empreendimento importantíssimo para Portugal e para o Rio de Janeiro, cuja Câmara Municipal oferece apoio via recursos financeiros e forças armadas, garantindo a presença portuguesa na região e reabertura do comércio do Buenos Aires e com Potosí (LOBO,1978a). Isso permitiu Portugal se estabelecer geopoliticamente, se fortalecer nos setores de couro e mineral, e consolidar um entreposto para o contrabando de metais, oferecendo centralidade ao capital mercantil do Rio de Janeiro, que a partir de 1688 passa a exigir o controle completo da colônia.

O Rio de Janeiro, em 1689, passa a ter jurisdição total sobre Sacramento e demais colônias do Sul, financiando a política portuguesa, e apenas em 1697 passa a controlar o comércio da região (LESSA, 2000). Além disso, o desenvolvimento do cultivo da cana-de-açúcar e da indústria açucareira no Sul, contribuiu para a ampliação da importância dos portos fluminenses, que a essa altura se relacionava comercialmente com as ilhas atlânticas, as colônias africanas e asiáticas, a Bacia do Prata e as demais capitanias do Brasil, além da Metrópole. A posição geopolítica do Rio de Janeiro como forte militar da fronteira sul também contribuía

---

<sup>7</sup> “Simonsen estimou em 20 milhões de libras o valor das mercadorias subtraídas ao comércio lusitano” (FURTADO,2003, p. 72).

para a sua prosperidade. O que abriu condições para a criação de uma incipiente manufatura e indústria, como a da construção naval, apoiadas ao setor primário, ao comércio e à estrutura militar (LOBO, 1978a).

Eulália Lobo (1978a) nos mostra que este período foi crucial para mudanças políticas dentro da Câmara Municipal, visto que com a perda de dinamismo da economia açucareira outros grupos passavam a exercer influência nas decisões políticas, como comerciantes exportadores e fornecedores de crédito, principalmente devido à expansão das rotas comerciais, com a comercialização ilegal com a Bacia do Prata e com a descoberta do ouro no interior do Brasil. O ciclo do ouro começa a se estabelecer, marcando as relações comerciais do século XVIII, de modo que desde 1695 o Brasil passa a exportar ouro para Portugal<sup>8</sup>, mas a partir de 1699 o volume exportado passa a subir progressivamente, saindo de 725kg neste ano para 1.785kg em 1701, para 4.350kg em 1703, 14.500kg em 1712 e, entre baixas e altas, alcança seu pico de 25.000kg de ouro em 1720 (GODINHO,1953). O setor de mineração de metais preciosos e de mercantilização de escravizados também se manterão interligados se reforçando, afinal as formações econômicas pré-capitalistas não se definem apenas pela forma das relações sociais de produção apenas, mas como sua dinâmica ocorre, articulando o nível e a organização da produção e as relações sociais, condicionando os processos históricos posteriores (MELLO, 1982, p.35).

Entretanto, o acúmulo de capital mercantil no Rio de Janeiro não significou uma elevação da circulação monetária<sup>9</sup> na vida urbana da cidade, isto é, houve um grande entesouramento da riqueza gerada neste processo comercial-produtivo, de modo que as elites detentoras de grandes quantidades de trabalhadores escravizados podiam abastecer suas necessidades de subsistência terceirizando a produção. Seu consumo de luxo era baixo e descontínuo, e os pobres livres se destinavam à economia de subsistência, logo a cidade possuía poucos comerciantes e artesãos autônomos (LESSA, 2000). No período de expansão do comércio com a Bacia da Prata, aumentando o contrabando de ouro para o Rio de Janeiro, a comercialização de joias e objetos de uso e culto passaram a se multiplicar, valorizando a força de trabalho escravizada que possuía conhecimentos na metalurgia de ouro.

Carlos Lessa (2000) expõe que a abundante quantidade de ourives na cidade e a tolerância do poder metropolitano significavam sintomas de lavagem de prata advinda do

---

<sup>8</sup> Porém, devido ao tratado de Methuen, Portugal não obteve acumulação de ouro, uma vez que as exportações de ouro se dirigiam para a Inglaterra, gerando déficits comerciais para a metrópole (FURTADO, 2003).

<sup>9</sup> Segundo estima Furtado (2003), na economia açucareira, por exemplo, apenas 2% das atividades necessárias para a produção eram mediadas pela moeda.

contrabando, de modo que até a posição da antiga Rua dos Ourives favorecia o funcionamento de tal prática, por se localizar mais longe da costa, em uma ligação entre os Morros do Castelo e da Conceição, o que dificultava a ação fiscal. Porém, quando a extração de ouro passou a ocorrer em terras brasileiras, a Coroa intensificou as fiscalizações. Como o controle de Minas Gerais era realizado no Rio de Janeiro a partir do Caminho Novo – que ligava o interior de Juiz de Fora, via Paraíba do Sul, Tinguá, ao fundo da Baía de Guanabara -, os ourives passaram a sofrer hostis fiscalizações por parte de governadores e vice-reis, de modo que 1/5 da produção de ouro das minas Gerais era destinado ao fisco português, sendo principal fonte de receita fiscal vinda da colônia brasileira.

Segundo Boxer (1969), quando a economia aurífera começa a despontar para a agenda econômica da Coroa portuguesa, ainda há a preocupação de que Minas Gerais atraísse a mão de obra escravizada e que isso pudesse atingir a produção de outras culturas primárias, sendo possível encontrar decisões tentando controlar o movimento de trabalhadores que se dirigia para aquela região visando impedir o declínio de produção das lavouras de açúcar e fumo. Por exemplo, em 1703, a Coroa impôs ao Rio de Janeiro uma quota anual de exportação de 1.200 escravizados africanos com destino as Minas Gerais, e de 1.300 a Pernambuco (LOBO, 1978a).

A economia mineira se estabelece reforçando o trabalho escravizado e a condição de dependência da economia colonial, mas apresenta uma organização social diferente frente à economia açucareira. Furtado (2003) nos mostra que a menor quantidade de recursos para a produção aurífera, assim como a menor demanda por trabalho, reduz os custos produtivos e aumenta o fluxo comercial na colônia. Dado que mineradores não produziam para subsistência, a troca de ouro por alimentos, houve o estímulo à comercialização no mercado interno e favoreceu que as relações urbanas se estabeleçam, surgindo a figura do “escravo de ganho”<sup>10</sup>, que era recompensado por trabalhos que realizava. Escravizados passaram a poder trabalhar por conta própria e comprar sua alforria e trabalhadores livres puderam obter maiores condições para alguma - pouca- ascensão social. Isto favoreceu certa desconcentração de renda em escala geográfica e uma maior integração entre as regiões do país, uma vez que a alta rentabilidade da atividade mineira induzia à especialização produtiva para a mineração e gerava carência da produção alimentícia e, portanto, elevação de seus preços, o que incentivou a produção de alimentos e animais de carga, sobretudo no Sul e no Nordeste.

---

<sup>10</sup> No Rio de Janeiro, esta categoria de escravizados só veio a ser ‘popularizada’ no século XIX, com o fim do tráfico internacional de escravizados e a transferência de escravizados do Nordeste para o Sudeste (LESSA, 2000, p.114-115).

Em comparação ao ciclo açucareiro, a economia mineira se apresenta com algumas potencialidades. Furtado (2003) relata que as importações representavam menor proporção do dispêndio total, pois, de certa forma, a renda estava mais descentralizada, dado que a proporção da população livre era maior. Como a interiorização das estruturas produtivas (em relação ao litoral brasileiro) gerou encarecimento dos custos de transporte, gerou-se uma elevação dos preços dos produtos de consumo importados, contribuindo para o desenvolvimento do mercado interno. Contudo, esse movimento não foi suficiente para gerar crescimento endógeno da economia brasileira, apenas houve criação de alguns centros urbanos, sem que houvesse diversificação de estruturas produtivas ou de relações comerciais.

Nas primeiras décadas do século XVIII, o Rio de Janeiro, assim como Bahia e Pernambuco, era uma das rotas principais do comércio ilegal de ouro, sobretudo no mercado africano ou no comércio com holandeses e ingleses na Guiné, mesmo com a intensificação da fiscalização pela Coroa e da presença militar nas fronteiras dos distritos que produziam ouro e diamante. Ademais, navios da Índia faziam escala no Rio de Janeiro e Salvador para o tráfico de artigos de luxo, como laca e porcelana. Apesar da presença maciça de contrabandistas, os comerciantes portugueses conseguiam se apropriar de boa parte dos lucros advindas da produção aurífera nos mercados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, a partir do fornecimento de crédito e fechamento dos contratos de arrecadação fiscal.

Lobo (1978a) expõe que em 1742, a Coroa decidiu impor apenas um contrato para as alfândegas de todas as rotas oficiais para o distrito mineiro, que determinava as alfândegas do Caminho Velho e Caminho Novo, as rotas terrestres que o Rio de Janeiro possuía com São Paulo e Minas Gerais, eram as mais lucrativas, indicando que o Rio de Janeiro era a principal via de saída dessa região. Isto vai de encontro com as motivações para dar ao Rio a condição de capital da nação que Lessa pontua: a maior arrecadação fiscal frente a Salvador, a partir de 1722.

O que vimos até aqui nos permite dizer que a organização do espaço na cidade do Rio de Janeiro surge ainda no século XVI, ligada à atuação da Coroa Portuguesa, que inicialmente buscava garantir o poder sobre o território ameaçado por invasões francesas e, principalmente, pela imposição cultural frente aos indígenas, visando territórios para servir de apoio para a acumulação mercantil de sua burguesia e se perpetuou através das relações patrimoniais características do período, isto é, via distribuição de terras para beneficiários próximos ao poder da Coroa ou elites capazes de investimentos, que mantinham o poder local, principalmente, de forma hereditária, condicionando a configuração espacial no interior provincial e na periferia

da capital a partir da estrutura de *plantation*, enquanto o centro da cidade se moldava a partir da centralidade portuária,

No século XVII, o entorno da cidade foi utilizado para expansão produtiva, movimento este intensificado pelo ciclo do ouro, fortalecendo a centralidade político-econômica da cidade em âmbito nacional e internacional, transformando tanto o sistema logístico da província, criando laços inter-regionais, quanto o ordenamento do espaço urbano, procurando aprimorar as regiões tributárias da cidade. No século XVIII, o porto do Rio tornou-se principal centro exportador de metais preciosos para a Metrópole Portuguesa, ao mesmo tempo em que era principal via de importações para o mercado escravocrata advindo da África e o mercado manufaturado europeu. Tais fatores favoreceram ao Rio de Janeiro a centralidade político-econômica necessária para passar a ser capital sede do Governo Geral, em 1763, substituindo Salvador (AZEVEDO; LOBO, 2008).

Ou seja, o fortalecimento de infraestrutura de transportes, seu aparato tributário e a reestruturação econômica proporcionada pelo ciclo aurífero reforçaram a dinâmica de concentração econômica na cidade, que a partir de agora a dinâmica urbana vai se consolidar através da centralidade comercial, da atração populacional e de inversões do Estado.

### 3.3 A CONSOLIDAÇÃO DA DINÂMICA URBANA

Na obra “Rio de todos os brasis” Carlos Lessa (2000) nos esclarece que do ponto de vista urbano, o século XVIII foi marcado pelo crescimento populacional, derivado do fluxo migratório da economia mineira e do comércio que a cidade realizava, saindo de aproximadamente 12 mil habitantes no início do século, para 24 mil em 1749, alcançando em torno de 43 mil habitantes em 1799. A infraestrutura urbana pouco se desenvolveu no período do Vice-Reinado, ocorrendo apenas incentivos fiscais para quem realizasse aterros em terrenos, houve ampliação de ruas e criação de calçadas públicas, mas o principal aperfeiçoamento urbano foi a o sistema de captação de 800 mil litros de água por dia e sua distribuição para chafarizes.

Quando a Família Real Portuguesa, fugindo da invasão napoleônica, se transfere para o Brasil, em 1808, a cidade do Rio de Janeiro se torna sede do governo português e caracteriza-se um marco para as instituições brasileiras, ao trazer transformações nos órgãos de administração pública como a Academia Real Militar e os Órgãos da Justiça. Neste cenário, a província do Rio de Janeiro, que à época se equivalia ao atual estado do Rio de Janeiro, passa a ser gerida por um Ministro do Reino. Essas condições expressam e aprofundam a relação que a cidade historicamente apresenta com o restante do estado, isto é, a cidade sempre se apresenta em papel de destaque devido sua importância nacional e internacional.

A posição política assumida a partir da chegada da família real portuguesa inicia um ciclo de atrações de investimento público e privado no qual transformou a trajetória do desenvolvimento da cidade, de maneira a exercer influência secular sobre a realidade econômica e social das demais cidades brasileiras, mas também por suas expressões culturais, que conservavam o imaginário social de principal cidade do país, como nos mostram Yolanda Lobo e Lia Faria: “O que faz dessa cidade-capital-estado uma comunidade de vida espiritual, são o seu modo de vida, seus ritos e mitos, que formam a consciência de seus cidadãos e inspiram seus comportamentos: os cariocas.” (LOBO; FARIA, 2004, p. 103).

Ademais a presença da Coroa transforma o Rio de Janeiro em uma cidade cosmopolita,<sup>11</sup> realiza um aperfeiçoamento institucional e dita a constituição da ordem urbana principalmente a partir da atuação da polícia. Dentre outras coisas, a presença real trouxe à cidade um aperfeiçoamento fiscal, aterramento de pântanos, pavimentação de ruas e criação de órgãos

---

<sup>11</sup> Lessa (2000) registra a presença de 4.234 estrangeiros, deles 1500 seriam espanhóis, 1000 franceses e 600 ingleses.

importantes, como o Real Teatro de São João, a Academia Real de Belas Artes, o primeiro Banco do Brasil, a Imprensa Régia, o Horto Real, a Biblioteca Real, academias militares, e a centralização da justiça. Além disso, novos monumentos foram erguidos e o fornecimento de água melhorado com a construção de novos chafarizes e fontes. (LESSA, 2000).

No que diz respeito a ordem urbana, D. João VI impõe toque de recolher e uma intensa repressão ao que se considerava como vadiagem, o que na prática se revelava como repressão a comunidade afro-brasileira, através da criminalização da capoeira, dos cultos religiosos, dissolução de reuniões e violentos espancamentos públicos, de tal modo que Carlos Lessa (2000) coloca a Polícia como ponto de domínio do escravizado no espaço público, para garantia do interesse de seus detentores, domínio esse que se estendia aos pobres livres.

A Intendência Geral da Polícia tinha o controle da organização urbana, podendo recrutar pessoas para cargos de trabalho compulsório e se consolidando com como sede do poder local, buscando atender um processo civilizatório, que sobrepunha a imagem do europeu como homem universal e, portanto, era necessário impor os princípios que se encontravam presentes e disseminados nas sociedades europeias.<sup>12</sup>

A chegada da família Real impacta, também, o padrão habitacional da cidade. Como mostra Domingues (2011), os grupos mais abastados buscaram se estabelecer nas imediações do Centro, como Glória, Catete, Laranjeiras, Botafogo e São Cristóvão. O Centro, cujas habitações antes dividiam espaço com os empreendimentos, passou a abrigar apenas empreendimentos comerciais, como por exemplo as freguesias de São José e da Candelária, locais do Paço e da Praça de Comércio, hoje Casa França-Brasil, ou apenas residências, como no caso das freguesias de Santa Rita e de Santana. Neste período, a cidade se dividia em quatro principais freguesias urbanas - Sé (primeiro núcleo de povoamento), Candelária, São José e Santa Rita – que se localizam entre os morros do Castelo (demolido em 1922), Santo Antônio, São Bento e Livramento.

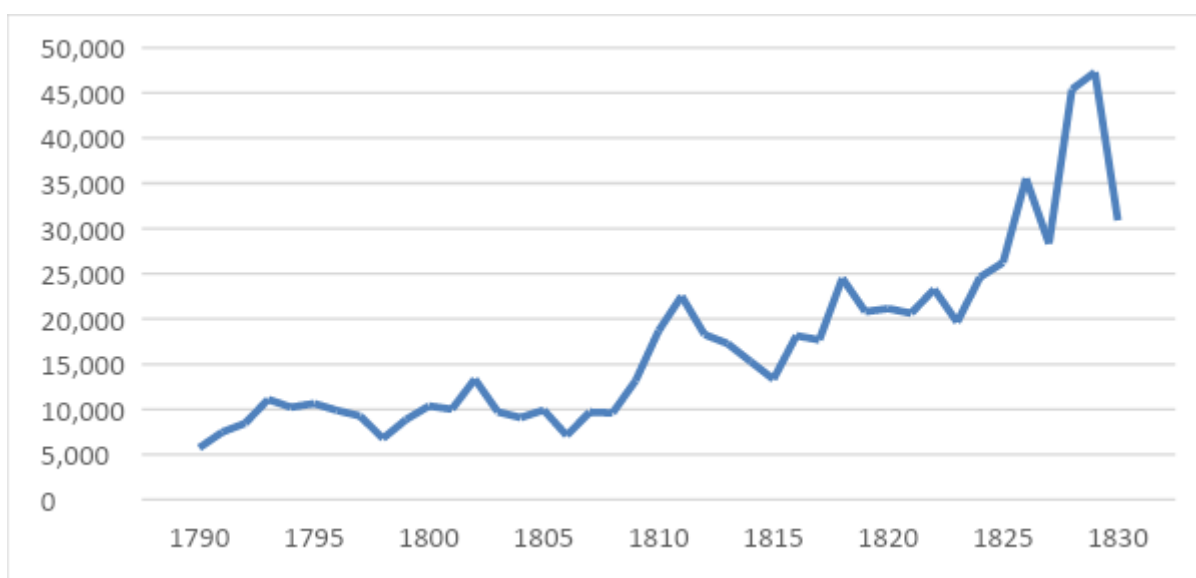
Segundo Marieta Pinheiro de Carvalho (2008) os conceitos que ordenaram a lógica das reformas aplicadas por D. João VI a partir de 1808 - beleza, higiene e circulação-, foram inspirados na reconstrução de Lisboa no século anterior, buscando acomodar a cidade do Rio aos moldes da civilização europeia, alterando significativamente os hábitos da cidade do Rio de Janeiro e de seus moradores, pois para além das alterações institucionais e físicas, buscou-se impor uma nova ordem urbana, através de um projeto político de caráter civilizatório.

---

<sup>12</sup> “Tratava-se de construir uma “Europa possível”, expressão que, nas palavras de Afonso Marques dos Santos, devia “designar o esforço de ocidentalização na Corte da América portuguesa” (DOMINGUES, 2011).

A escravidão se via presente dentro da lógica social do Rio de Janeiro, associando o trabalho braçal, sobretudo negro, à degradação e ao lucro tanto para os traficantes, quanto para a Coroa Portuguesa. A manutenção do escravismo se via como indispensável para manutenção das instituições sociais, do padrão civilizatório implementado e da estrutura econômica vigente. De modo que há uma tendência de aumento da demanda por mão de obra escravizada a partir da consolidação da economia cafeeira e da vinda da Coroa, como nos mostra o Gráfico 1. Em 1790 estima-se que 5.740 escravizados desembarcaram no porto do Rio de Janeiro, em 1808, quando a Coroa chega ao Rio, 9.602, e em três anos esse número mais que dobra, chegando aos 22.520 escravizados africanos desembarcados no porto do Rio de Janeiro, alcançando o número de 47.280 vidas escravizadas desembarcadas no porto carioca, em 1829.

**Gráfico 1 - Estimativas da importação de escravizados africanos desembarcados no porto do Rio de Janeiro, 1790 – 1830.**



Fonte: FLORENTINO, Manolo. Em *Costas Negras: Uma História do Tráfico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 51.

A ordem social autoritária e violenta, intensificada pela chegada da Corte, somada à cada vez maior demanda por mão de obra escravizada, incentivaram a formação de redes de proteção e mediação que vão articular pobres livres, escravizados e quilombolas, além da necessidade de criação de padrinhos protetores locais (LESSA 2000; CAMPOS, 2010) e das constantes fugas e resistências por parte da comunidade negra.<sup>13</sup>

As características dos relacionamentos entre os agentes sociais presentes nos períodos anteriores, expressando a ação das funções sociais, eram reforçadas pela presença da Coroa

<sup>13</sup> “A existência de áreas quilombolas ilegais próximas às cidades foi viabilizada pela existência das poderosas redes de solidariedade, pelas quais os negros eram inseridos na sociedade local” (CAMPOS, 2010, p.38).

Portuguesa, sobretudo via instrumentos institucionais, como, por exemplo, no papel da Polícia intermediando a relação entre a força de trabalho, que ao mesmo tempo compunha o processo produtivo como meio e como capital propriamente, e os grupos sociais de interesse, os proprietários de terra, comerciantes, o próprio Estado, a elite social fluminense como um todo. Isto intensificava o padrão de distribuição social sobre o território cuja organização social hegemônica estava sobre controle e, por outro lado, criava as condições para que os conflitos sociais se materializassem em diferentes configurações espaciais, a partir da organização social construída por ex-escravizados em fuga e trabalhadores livres marginalizados: os quilombos.<sup>14</sup>

O quilombo, neste cenário, se apresenta como espaço produzido para resistência à ordem europeia, e refúgio ex-escravizados presentes na sociedade fluminense, cuja importância se evidencia quando analisa-se a dimensão do quantitativo que a população de (ex)escravizados representava no total da população do Rio de Janeiro, como evidenciado na Tabela 3. Em 1821, estima-se que a cidade do Rio de Janeiro possuía cerca de 11,3% da população constituída de ex-escravizados, 48% tinham a condição de liberdade e 40,4% da população era composta por escravizados. Enquanto no restante da província 10,38% eram ex-escravizados, 42,86% eram livres e 46,76% era mão de obra escravizada.

**Tabela 3 - População da Corte (atual capital do estado) e da Província (restante do atual estado) do Rio de Janeiro - 1821**

| Situação    | População |          |           |              |         |
|-------------|-----------|----------|-----------|--------------|---------|
|             | Corte     | % Corte* | Província | % Província* | Total   |
| Forro       | 10.151    | 11,3     | 38.576    | 10,38        | 48.727  |
| Livre       | 43.139    | 48,2     | 159.280   | 42,86        | 202.419 |
| Escravizado | 36.182    | 40,4     | 173.775   | 46,76        | 209.957 |
| Total       | 89.472    | 100,0    | 371.631   | 100,00       | 461.103 |

\* Modificações autorais da fonte original.

Fonte: Censo Demográfico de 1821, apud Campos (2010).

A partir da análise de Andreilino Campos (2010), vemos que os quilombos e as atuais favelas possuem em comum a estigmatização de suas estruturas espaciais, onde a motivação de suas formações foram a necessidade de apropriação do espaço como resistência e refúgio, seja para garantia de liberdade em relação aos mercadores, traficantes e donos de terras, seja para permanência nos territórios escolhidos como moradia.

<sup>14</sup> Denominação surgida por volta de 1740, através da resposta do rei português ao Conselho Ultramarino, que “entendeu que toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles, é considerada quilombo” (CAMPOS, 2010, p.32). Internamente eram denominados como “mocambos” ou “cerca” e “abrigavam um contingente variado de etnias — desde escravos fugitivos, libertos, a brancos com algum problema de ordem legal, e outros — em cada um deles” (CAMPOS, 2010, p.34).

A forte presença de escravizados na metrópole permitiu a ocupação de territórios próximos às áreas centrais e nas freguesias rurais, sempre regiões de difícil localização, sobretudo cobertos por florestas. Dessa forma, os quilombos fazem parte da formação espacial fluminense, sobretudo no campo, mas também em áreas urbanas. Campos (2010) registra indícios de existência de quilombos no Distrito da Lagoa (atual Lagoa Rodrigo de Freitas), nas florestas do Andaraí e da Tijuca, em Inhauma, Irajá e Engenho Velho. Lessa (2000) pondera a existência de quilombos no Rio de Janeiro desde o século XVII, às margens do Rio Paraíba, na Serra dos Órgãos e nas cercanias da Estrada de São Cristóvão. De modo que a disputa por território se via, neste período, como uma das expressões dos embates antagônicos ente grupos sociais.

Nesse sentido, o território e o espaço, ainda dentro da estrutura socioeconômica mercantil cafeeira nacional, aparecem dentro de uma disputa de poder protagonizado, de um lado, pela organização social considerada paralela (o quilombo) e, do outro lado, a organização hegemônica, protagonizada pelo Poder Central, os vigilantes do capital cafeeiro, e os grupos sociais de interesse contido no complexo cafeeiro.

Dentro da obra de Campos (2010) vemos algumas indicações das dimensões que o conceito de território pode implicar, que vão no sentido de se constituir como espaço subjugado por relações de poder, que possuem escalas espaciais e temporais, no sentido que possuem conexões locais e externas, a partir dos fluxos existentes intra e entre os locais, podendo se expandir geograficamente ou se extinguir durante o tempo. Os quilombos se apresentariam na escala local pelas relações de troca com os considerados aliados e pelas relações de conflito. Já a escala temporal se apresentava como variável: enquanto Quilombo dos Palmares resistiu durante quase um século, outros poderiam durar dias.

Além do conceito de território, o autor nos traz duas variações ou implicações: os conceitos de territorialização e territorialidade. O primeiro diz respeito à demarcação e ao controle efetivo do território por determinado segmento social, no sentido que a apropriação de determinado fragmento do espaço deste território é estar vinculado, ou em oposição, ao poder estabelecido como legítimo ou hegemônico. Já o segundo está relacionado à dimensão subjetiva de identidade espacial, isto é, está ligado ao sentimento de pertencimento coletivo, se vinculando com expressões culturais, formando a consciência do espaço coletivo, e, em uma abordagem mais crítica, se constituindo como um limite político entre ‘nós’ e ‘outros’ (CAMPOS, 2010, p.36-37).

Nesse sentido, o território expressa o conjunto de relações sociais que evidencia relações de poder e sua delimitação, além de características subjetivas de pertencimento e identidade espacial. Identidade espacial é tratado em Campos (2010) como a dimensão coletiva do espaço. Se relaciona com a visão que grupos sociais não pertencentes possuem sobre o território, dependente do reconhecimento interno desta identidade, do espírito de solidariedade e do vínculo ecológico, ou seja, a manutenção do vínculo entre as condições de infraestrutura e os membros da comunidade (CAMPOS, 2010, p. 37).

A ordem social presente no Rio de Janeiro, cujas bases estão pautadas na estrutura mercantilista, gerou tensões sobre a apropriação territorial. De um lado a repressão estatal e dos detentores do capital, visando a implementação de um projeto civilizatório europeu e a expansão da acumulação de capital, metamorfoseado na economia mercantil-escravista cafeeira. E do outro, quilombolas resistindo à ordem social europeia se pautando outra organização social cuja mercantilização não se via como fonte norteadora, mas sim as relações de coletividade e identidade, além das estratégias de resistência física.

### **3.3.1 Os impactos da economia cafeeira sobre o espaço produtivo do Rio de Janeiro**

Como pano de fundo deste processo, a Revolução Industrial, liderada pela Inglaterra a partir de 1760, gerou crises nas economias pré-capitalistas. Na América Latina isso significou o estímulo ao fim do Pacto Colonial e a criação de Estados-Nacionais, porém sem rompimento com a estrutura escravista. A queda do monopólio comercial metropolitano, mesmo com a manutenção do trabalho compulsório, possibilita a entrada de produtos ingleses, se transformando em mercados consumidores para o capital industrial inglês. Isto, segundo João Manuel Cardoso de Mello (1982), mostra como a Economia Colonial e o Capitalismo passaram de uma relação complementar para se tornarem antagônicos.

O capitalismo industrial liquida a economia colonial por não necessitar mais de apoios externos para produzir no mesmo ritmo que a expansão de mercados demanda. No entanto, o caráter complementar e dependente de tais economias se renova, pois passam a ofertar alimentos e matérias-primas em massa e mantém a acumulação mercantil para redução dos custos de reprodução da força de trabalho e dos meios de produção (MELLO, 1982, p.45). Ademais, a contradição entre o capitalismo industrial e o trabalho compulsório vai ser outro fator essencial para as transformações nas economias consideradas atrasadas. Ela se dá devido a necessidade de generalização das relações mercantis, que para a contínua ampliação dos mercados ao capital industrial seria necessário a mercantilização da força de trabalho dos trabalhadores nas economias periféricas, tornando-os assalariados.

No Brasil, o fim do exclusivo metropolitano e sua formação como Estado-Nação independente, em 1822, revitaliza o caráter mercantil-escravista. Ou seja, a burguesia mercantil urbana do Rio de Janeiro estará implicada num processo de dependência para com a Inglaterra, que repousa sobre simples relações de troca, mas cujas raízes estão na divisão internacional de produção gerada pela Primeira Revolução Industrial. A partir de Mello (1982) extrai-se que a formação de um capital mercantil nacional durante os ciclos do açúcar e do ouro, a queda do exclusivo metropolitano e o embrionário sistema monetário nacional (uma das consequências da chegada da Família Real) permitiram que investimentos fossem realizados para a criação de uma economia mercantil escravista cafeeira nacional.

Ademais haviam terras disponíveis, principalmente próximas ao Rio de Janeiro, trabalhadores escravizados disponíveis advindos da economia mineira e, como determinante principal, o café nas primeiras décadas do século XIX torna-se um produto internacionalmente consumido, deixando de ter caráter colonial e passando a se generalizar, estimulando o aumento

de produção cafeeira no Brasil. Ainda a partir de Mello (1982), é possível perceber que, dado o alto custo de produção do café, demandando tempo e numerosa quantidade de mão de obra para plantio e cuidado, e a baixa margem de lucro oferecida, uma vez que é um produto de baixo preço, apenas a estrutura latifundiária seria capaz de gerar resultados rentáveis a partir da produção em massa. O que reforça o caráter escravista, onde a superexploração sem remuneração garantia a rentabilidade do setor cafeeiro. Assim, o Brasil chega a 1830 como país de maior produção cafeeira mundialmente.

É de se ressaltar que a economia brasileira, assim como a fluminense, como resultado de seu processo de formação, não possuía base tecnológica própria e as aplicações de capital eram extremamente especializadas. Assim, as oportunidades para acumulação de capital da economia brasileira, no século XIX, derivavam do comércio internacional, uma vez que com o mercado interno excludente – cuja renda era totalmente concentrada nas elites - qualquer alternativa de acumulação focalizada no mercado interno dependeria do grau de diversificação e autonomia tecnológica (FURTADO, 2003).

No entanto, a cidade do Rio era o principal mercado consumidor do país, cujo padrão de consumo estava atrelado à influência da Corte portuguesa, abastecendo a atividade de outras regiões, como os núcleos de população rural no sul de Minas Gerais. Celso Furtado (2003) possuía uma visão, de certa forma, até admiradora da nova elite cafeeira, caracterizando-a como uma vanguarda “formada por homens com experiência comercial” (FURTADO, 2003, p.118), capaz de constituir uma ampla frente de aquisição de terras, trabalhadores escravizados, organização produtiva, aporte logístico tanto de transporte interno, como de comercialização nos portos, cuja relação com o poder público ia desde contatos oficiais até interferência na política financeira e econômica.

Ou seja, embora novos subgrupos alavancassem poder político e econômico, cujas conexões interdependentes eram evidentes, a economia cafeeira conservava, de forma inalterada, as condições de produção históricas da economia do Rio de Janeiro, tais como: as relações de produção escravistas, dominantes, sobretudo no campo; a propriedade da terra, concentrada nas mãos de um pequeno número de proprietários; e a especialização produtiva voltada para exportação, ainda como caminho de acumulação de capital (LOBO, 1978a). Nesse sentido, a configuração espacial, mesmo com as alternâncias dos ciclos de produtos primários, mantém a lógica de materialização – a partir do latifúndio, buscando terras cada vez mais interioranas -, cujos conflitos sociais existentes produziram, inclusive, territórios não produtivos ao capital, como os quilombos.

A neutralidade da cidade do Rio de Janeiro frente aos demais estados e municípios, auferida com a Independência, em 1822, reforça a centralidade carioca, oferecendo maior poder econômico e político à elite local, dado os íntimos laços com o Império, favoreceu a concentração de riqueza sem alterações sobre o padrão de acumulação mercantil, com primazia do tráfico de escravizados. Novamente a produção primária e o escravismo estão intimamente imbricados, uma vez que a cafeicultura valorizava a mercantilização de escravizados, correspondendo à parcela significativa dos ativos cafeeiros, fazendo com que a dinâmica produtiva reforçasse o padrão mercantil de acumulação de riqueza.

Em face à concentração de riqueza mercantil, é na economia cafeeira que ocorre o que Lessa (2000) chama de interiorização econômica. Há uma expansão do espaço produtivo na província, com uma dinâmica regional mais complexa, formando um complexo cafeeiro. De acordo com indicações, a produção de café tenha se iniciado através da pequena produção familiar, mas a partir do aumento produtivo gerado pela produção em larga escala, o setor é consumido por ela, através da obtenção de economias de escala, pelas melhores condições de autofinanciamento, a capacidade de apropriação de melhores terras disponíveis, além das condições do mercado internacional, que deprimiu os preços do café, ao mesmo tempo em que se generalizou o consumo do produto e valorizou o preço do escravizado, debilitando a pequena produção.

Até então, o interior do estado tinha sido ativado pela demanda de alimentos e pela produção do açúcar, mas com a expansão da produção cafeeira, o interior da província fluminense recebe uma injeção de densidade econômica. Nesse sentido, como característico da fase mercantil, houve expansão da especialização produtiva e da necessidade de circulação, de modo que a rede urbana carioca se desenvolveu, mas o espaço produtivo continuou dependente das condições do meio natural (SANTOS, 2020, p. 56). A expansão da fronteira agrícola, por exemplo, segundo Lessa (2000), se dava pela disponibilidade de lenha, uma vez que o primeiro engenho a vapor (meio técnico) chega ao Brasil em 1827, e apenas em 1888 se elimina a dependência produtiva da lenha (LESSA, 2000, p.104).

É por meio do café que a província fluminense se reorganiza espacialmente, quando, por exemplo, ocorre a extinção do sistema de Sesmarias e o início do reconhecimento de posses, em 1822, e com a criação de estradas carroçáveis, como as da Polícia e do Comércio (em direção a Resende e Valença). Campos dos Goytacazes também é uma das cidades que se beneficiou deste processo de interiorização produtiva e apresenta expressiva prosperidade, atrelada também a algum dinamismo do mercado interno provocado ainda pela economia açucareira,

chegando a possuir 9 mil habitantes, em 1860, possuir iluminação a gás em 1872 e, no ano seguinte, se apresenta como cidade pioneira na utilização de energia elétrica (LESSA, 2000).

O autor nos mostra como o ciclo da economia cafeeira se apresenta como registro histórico da fundação dos municípios fluminenses: Valença (1823); Mangaratiba (1831); Barra Mansa (1832); Paraíba do Sul, Vassouras, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Itaboraí (1833); Pirai (1837); Saquarema (1841); Casemiro de Abreu e Rio Bonito (1846); Rio Claro (1849); São Fidélis (1850); Petrópolis (1857); Araruama (1859); Santa Maria Madalena (1861); Carmo (1874); Sapucaia (1881); Santo Antônio de Pádua (1882); e Itaperuna (1885) (LESSA, 2000, p. 118).

Embora a formação destas cidades evidencie um fortalecimento daqueles chamados efeitos de fluência, ou propulsores, aqueles relacionados aos fluxos socioeconômicos fornecidos pela cidade do Rio de Janeiro que poderiam ativar a economia dos municípios do interior, não se criou uma rede comercial interna significativa para o desenvolvimento econômico destes municípios. Sua densidade econômica advinha de ligações externas à sua vida urbana, vindas da capital da província, de modo que com a posterior decadência da economia cafeeira, tais cidades tiveram suas economias deprimidas, com exceções das cidades que serviram de segunda residência para a elite carioca, como no caso de Petrópolis, Nova Friburgo ou Cabo Frio (LESSA, 2000, p.118).

O Rio de Janeiro, portanto, assume um papel de hierarquia funcional frente aos municípios criados pela economia do café. Embora Christaller tivesse objetivos micro fundamentados, o autor considerou as responsabilidades produtivas, comerciais, administrativas e culturais que determinadas regiões possuíam para analisar a rede de hierarquias entre lugares, na qual a disponibilidade de recursos naturais, topografia, herança histórica, cultura e os hábitos de consumo justificariam o relacionamento entre lugares centrais e a regiões complementares. No entanto, devido à finalidade de sua proposta, sua teoria se enfraquece de explicações sobre a natureza dos fenômenos ali presentes para determinação das hierarquias. O que, de certa forma, se relaciona com aqueles fatores aglomerativos considerados por Marshall e autores do desenvolvimento, ao impactar a mobilidade dos fatores sobre o espaço.

Por outro lado, a análise de Milton Santos (2020), nos parece oferecer maiores reflexões sobre tais acontecimentos. Além da consideração do espaço como um encadeamento sistêmico com influências externas, articulações sociais diversas e especificidades locais, o autor também se debruça sobre o papel das modernizações nas transformações espaciais, de acordo com a

escala temporal, ou seja, através de um enfoque espaciotemporal. A propagação de modernizações é considerada um transformador da organização do espaço pré-existente, se apresentando como um fator de dispersão em confronto aos fatores de concentração anteriores.

No caso fluminense, como as inovações produtivas eram, neste período, pouco difundidas nos países subdesenvolvidos e tal transferência ocorria de maneira seletiva - o desenvolvimento espacial ocorria de maneira não-homogênea -, a capital provincial pôde se desenvolver com as modernizações institucionais, derivadas da presença real, de infraestrutura, de suas redes comerciais e de toda combinação de fatores sociais ali presentes. Afinal, de acordo com a necessidade de circulação, as áreas que ofereciam melhores condições para ocupação eram aquelas de acordo com o ponto de vista comercial.

Quando tais modernizações foram induzidas à expansão pela economia cafeeira e puderam alcançar o interior do estado, cidades foram criadas baseadas na centralidade carioca, da mesma forma que o Rio de Janeiro se desenvolveu como subespaço da economia brasileira. Isto se materializa como superposições de características precedentes e inovações, por vezes desmantelando a estrutura anterior, por vezes conservando, de modo que as condições de dominação espacial exercidas pelo Rio se mantiveram, assim como a organização espacial derivada de outras culturas produtivas. Aliás, nem todos os lugares são capazes de receber modernizações, pois certos lugares não são objetos das inovações e existem defasagens no surgimento de variáveis modernizantes, além de que as variáveis consideradas modernas podem vir de fontes diferentes, o que implica em diferentes paisagens e relacionamentos entre subespaços, promovendo individualidades aos lugares (SANTOS, 2020, p.45-51).

O açúcar, por exemplo, mesmo após seu ciclo para economia brasileira, mantinha certo protagonismo para o Rio de Janeiro e, por conseguinte, ainda influenciava em algum nível a configuração sua espacial, como demonstra Eulália Lobo (1978a) diante das exportações de açúcar fluminense para outras províncias e outros países. Na Tabela 4 vemos que apesar de se caracterizar pela produção voltada para o mercado externo, o volume de exportações do Rio de Janeiro para as demais províncias do Império se eleva no período de 1846 a 1852, iniciando este período com 225.402 arrobas de açúcar destinados ao mercado interno brasileiro, chegando ao fim do período 520.818 arrobas de açúcar produzidos na região fluminense em direção as demais províncias, representando um aumento de 130%.

Além disso, outros artigos primários eram produzidos na província, porém com menor protagonismo, como: aguardente de cana-de-açúcar, melão, amendoim, arroz pilado, batata, cacau, chá, doces diversos, farinha de mandioca, feijão, milho, tamarindo, tapioca, toucinho,

ipecacuanha, goma de polvilho; charuto, cigarro, fumo em rolo e rama, rapé; esteira, lã, algodão em rama e fio; ouro em pó, objetos de ouro, joias, pedras preciosas; couro vacuno, sola, cabelo, crina; sabão, tamanco, madeiras diversas (LOBO, 1978a, p. 160).

**Tabela 4 - Exportação do Açúcar da Província do Rio de Janeiro para Países Estrangeiros e Outras Províncias do Império nos Exercícios de 1846/47 a 1851/52**

| Exercícios             | Destinos    | Quantidade | Total Arrobas |
|------------------------|-------------|------------|---------------|
| 1846/47                | Estrangeiro | 986.422    | 1.211.824     |
|                        | Províncias  | 225.402    |               |
| 1847/48                | Estrangeiro | 793.220    | 972.619       |
|                        | Províncias  | 179.399    |               |
| 1848/49                | Estrangeiro | 766.763    | 1.017.809     |
|                        | Províncias  | 251.046    |               |
| 1849/50                | Estrangeiro | 793.478    | 1.182.403     |
|                        | Províncias  | 388.925    |               |
| 1850/51                | Estrangeiro | 788.416    | 1.055.538     |
|                        | Províncias  | 267.122    |               |
| 1851/52                | Estrangeiro | 906.342    | 1.427.160     |
|                        | Províncias  | 520.818    |               |
| Exportação média anual |             |            | 1.144.559     |

Fonte: SOARES apud LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro). IBMEC, vol.1, Rio de Janeiro, 1978a, p.264.

A estrutura produtiva ainda se mantinha subordinada ao caráter mercantil do capital e tal subordinação, na economia cafeeira, se evidenciava, principalmente, através da figura do comissário - responsável por financiar e controlar a acumulação no setor cafeeiro via recursos tanto para compra de capital fixo e de giro, quanto como crédito para a produção (MELLO, 1982). A produção se apoiava à figura do comissário, que teoricamente atua no âmbito da circulação da mercadoria, pela necessidade de financiamento e a falta de um sistema nacional de crédito consolidado, além da necessidade de comercializar o café produzido, ambas responsabilidades do comissário. Porém, essa dependência é conjunta, visto que o capital mercantil se via preso à produção cafeeira, pois era a forma de valorização de capital mais rentável do Brasil no momento.

Pedrosa (1980) argumenta que a necessidade de financiamento das lavouras de café, e a consequente dependência dos comissários por parte dos produtores, se deu devido às características produtivas do café, que demandam tempo e um aporte de investimento muito grande. A cultura exige um período relativamente longo para sua formação, a produção dos primeiros frutos ocorria somente no quarto ano após o plantio e sua formação plena apenas no seu quinto ou sexto ano. Na ausência de um sistema bancário que fornecesse crédito para a

produção, o comerciante de café, o comissário, supria a necessidade do crédito, porém a coordenação produtiva passava a ser sua responsabilidade, ganhando uma comissão que na época era fixada em 3% do valor da venda. A dinâmica para o fornecimento dos recursos ao financiamento ocorria da seguinte maneira:

Os bancos emprestavam sob o crédito do comissário, de sua firma ou pessoal, sob letras endossadas por outros comerciantes, pois recusavam-se, sistematicamente, a aceitar endossos de lavradores, de modo que se criavam interdependências comerciais perigosas e por vezes ruinosas”. Dessa forma, a função de intermediário financeiro, exercida pelo comissário, equivalia a um tipo de especialização do sistema bancário, já que este último, nas condições vigentes na época, não possuía vínculo financeiro com a produção de café. (PEDROSA, 1980, p.65).

Para manutenção deste sistema de crédito, a produção aurífera se apresentava como reserva de valor e garantia de liquidez internacional, de modo que a circulação monetária estava dependente da disponibilidade de ouro em pó, que lastreava a oferta de crédito das casas comissárias.

A interação do capital do tráfico negreiro com a circulação mercantil urbana ampliada constituiu o sistema de financiamento que, além da cafeicultura, bancou a simultânea expansão açucareira no norte fluminense e a construção imobiliária do Rio de Janeiro. (LESSA, 2000, p.113).

Além do financiamento da empresa agrícola cafeeira, os comissários tomavam decisões de investimento e se integraram de maneira mais ativa no processo de produção, de forma a concentrar a lucratividade do empreendimento, reduzindo os riscos correspondentes (FRANCO apud MELLO, 1982, p.67-68). Esta dinâmica estabelecia com que fazendeiros, detentores das estruturas produtivas, dependessem dos comissários, que teoricamente se estabelecessem na esfera da circulação, para valorização do capital produtivo e, por outro lado, os comissários também estavam presos às estruturas produtivas cafeeiras para valorização do capital mercantil, dado a escassez de oportunidades de inversão.

Não obstante, a atividade comercial vai se estabelecer como expressão e o *locus* da acumulação de capital mercantil; como responsável por transmitir a ordem da divisão social do trabalho presente na organização da economia mundial para a esfera da produção; situando-se na origem do crédito e do financiamento (e, portanto do sistema monetário que ela sustenta), sendo extremamente sensível às alterações nas políticas econômicas; além de se constituir como guia do dinamismo da atividade urbana, por canalizar e se apropriar do excedente agrícola, e determinar o padrão de consumo que vai guiar o resultado dos impulsos exportador e importador da economia mercantil (GRANZIERA, 1976).

Desaparecera o monopólio do comércio colonial, que conseguia reduzir os lucros retidos pelo setor produtor a quase nada, fixando os preços de compra dos produtos

coloniais e os preços de venda dos produtos metropolitanos. Surgira em seu lugar o oligopsônio comercial e o oligopólio financeiro, que, manipulando os preços de compra e fixando exorbitantes taxas de juros, terminaram por conduzir ao mesmo resultado, à dominação do capital mercantil. (MELLO, 1982, p.69).

Vemos, então, características específicas do relacionamento entre elementos sociais cariocas, como expressão do modo de produção vigente, centralizando a acumulação de capital nas relações de produção, mas com características mercantilistas, sobretudo a partir da importância da comercialização e financiamento do processo produtivo, na imposição militar das relações de dependência econômica entre os países e da condição escravocrata das relações de trabalho, onde dentro de grupos sociais com poder econômico, político e social, subgrupos interagem entre si para efetivação de seus poderes e se adaptam à fase da acumulação, como no caso dos donos de terras, comerciantes, comissários, militares, políticos nacionais e internacionais e os diferentes ciclos da economia brasileira.

Além da interação conflituosa que tais agentes possuíam com os demais grupos sociais de interesses antagônicos, como os detentores de força de trabalho – sobretudo negros e indígenas -, e com instâncias sociais, como a imposição da cultura europeia, a modificação constante do meio ecológico se caracteriza, através da formação cada vez maior do aparato de infraestrutura (caminhos, estradas, posteriormente, ferrovias, aquedutos, casas, cortiços e prédios). Estabelece-se o caráter urbano e a centralização da cidade do Rio de Janeiro frente à província, que por meio da ação concreta dessas relações forma e transforma sua configuração espacial, derivada da centralidade portuária, estruturada na produção em larga escala e no produto primário, demandando latifúndios e constante expansão da fronteira agrícola, pressionando para a interiorização da produção e da vida social. No entanto, se desenvolve às custas da manutenção das relações desiguais nos fluxos socioeconômicos entre os espaços criados na Província e resulta em conflitos territoriais, produzindo espaços alheios à dinâmica social hegemônica, fazendo da capital um reflexo material da estrutura concentradora de renda existente no corpo social fluminense.

A manutenção da dinâmica escravista da economia cafeeira, enquanto um dos pilares da estrutura social, dependia de 3 apoios para funcionamento, como nos norteia a obra “O capitalismo tardio”, de Cardoso de Mello (1982): i) da oferta de mão de obra escravizada com preços ainda lucrativos; ii) da disponibilidade de terra fértil e rentável; e iii) da existência de demanda externa.

No século XIX, a disponibilidade rentável de trabalhadores escravizados passa a ser uma preocupação para a economia cafeeira, pois o abastecimento do mercado de trabalho escravizado ocorria via tráfico internacional, mas com as pressões da Inglaterra, desde 1831, e

com a Lei Eusébio de Queiroz em 1850, a manutenção da massa de trabalho escravizado dependeria de seu saldo vegetativo, o que, dado as condições de superexploração, maus-tratos, perseguição e privação das condições de sociabilidade, se caracterizava por taxas negativas de crescimento. Para manutenção do nível de lucratividade, tornou-se necessário pelo menos manter a quantidade disponível de mão de obra escravizada estabilizada, o que demandaria ou melhorar as condições de vida do escravizado, reduzindo o grau de superexploração, ou transformando-o em assalariados, mesmo que em baixos níveis salariais. Como ambas situações não se concretizaram, dado as características sociais presentes, passa-se a existir uma tendência de alta no preço de comercialização da força de trabalho escravizada.

Além disso, a disponibilidade de terras cultiváveis demandaria interiorização da produção, o que elevaria os custos de transporte (que se apresentava dentro dos limites da economia escravista, pois a presença do escravizado no processo produtivo limita o nível tecnológico empregado na acumulação), resultando em crescentes custos e reduções nos lucros. Ademais o preço do café sofre uma tendência de queda, sobretudo na primeira metade do século XIX, quando o Brasil desponta para a produção mundial e ocorre a generalização do seu consumo, mas na segunda metade do século XIX, o preço do café passa por oscilações,<sup>15</sup> sem apresentar tendência de alta, devido suas características próprias, como a existência de substitutos diretos, ser um produto supérfluo e pela presença de concorrentes produtivos.

Wilson Cano (1981) expõe que o caráter predatório da economia escravista gerava graves efeitos de erosão, pois devido ao sistema de transporte com baixa intensidade de capital (utilização de trabalhadores escravizados e animais) e a crescente demanda por novas terras cultiváveis se apresentava uma tendência de aumentos nos custos de transporte e espaços produtivos cada vez mais distantes dos pontos de comercialização do café: os portos.

Após a introdução de estradas de ferro, na década de 1860 – germinada devido aos ganhos de oportunidade gerados pela redução dos gastos com o tráfico de escravizados, e pela mecanização da produção, com a indústria de beneficiamento (sobretudo em São Paulo) (LESSA, 2000) -, derivados do aporte de capital mercantil nacional, apoiados pelo capital financeiro inglês, a economia mercantil escravista apresentou um reforço, um fôlego, uma vez que se ampliava a quantidade de trabalhadores escravizados disponíveis para a lavoura, ao mesmo tempo que se reduzia custos de transporte e melhorava a qualidade do café, se

---

<sup>15</sup> 1857: subida dos preços do café, o que compensou a elevação dos custos com mão de obra escravizada, derivada de sua crescente escassez, e custos de transporte, derivada da necessidade de interiorização produtiva; 1863: queda nos preços internacionais do café e estancamento produtivo; 1868-1875: fatores naturais impactando a produção internacional e aumento do consumo resultando em alta dos preços (MELLO, 1982, p.69-71).

constituindo como aumento de rentabilidade e de maiores perspectivas de lucro (MELLO, 1982, p.81-82). Porém, abriu-se, também, a possibilidade para a formação do trabalho assalariado, mesmo que dependente e subordinado à acumulação mercantil-escravista.

No Rio de Janeiro mesmo com a redução dos custos de transportes pela criação ferroviária, a segunda metade do século XIX se apresenta com uma tendência à decadência da economia cafeeira, devido à precariedade das relações escravistas de produção (seu crescente custo e posterior abolição), estrangulamento financeiro e submissão comercial à cidade capital (CANO, 1981). Isto é, pouco se desenvolveu mercados de trabalho assalariado na província fluminense, prevalecendo a grande plantação sustentada no escravismo e a baixa integração comercial dentro dos demais municípios, senão o Rio de Janeiro. Ademais, como a acumulação ampliada depende da disponibilidade contínua da força de trabalho, o escravismo, com a disponibilidade de mão de obra em queda, passou a ser um obstáculo para a acumulação de capital.

Como vimos, as condições de financiamento da cafeicultura eram dependentes das Casas Comissárias, mas a partir dos anos de 1860, os bancos ingleses passam a exercer uma forte concorrência,<sup>16</sup> devido à reforma metalista que estabeleceu a conversão obrigatória em ouro de todos os bilhetes de crédito em circulação.<sup>17</sup> Neste período, Rui Granziera (1976) evidencia que, além da queda da produção exportável, que pressionava as condições dos comissários, por ficarem restringidos de negociar com o mercado externo, o Rio de Janeiro também passava por frequentes déficits comerciais. O choque de oferta, impactando a estrutura mercantil da cidade – e as casas comissárias -, somado às tributações aplicadas e aos juros operantes sobre os depósitos restringiram a renda urbana, levando os pequenos depositantes a ou pressionar por retiradas de seu dinheiro, ou pela redução do ritmo dos depósitos. Depósitos estes que financiavam os tanto os comissários, quanto os investimentos em imóveis urbanos.

Por outro lado, o trabalho escravizado, já em declínio vegetativo, veio a ser restringido e depois abolido. O que somado à introdução de ferrovias e à indústria de beneficiamento ofereceram, além de formas de contrato de trabalho assalariado, as condições materiais

---

<sup>16</sup> “(...) o London Brazilian Bank operava, sistematicamente, cora uma taxa de descontos 1% inferior àquela com que operava o próprio Banco do Brasil. (...) Acresce ainda, o fato de que o governo preferencialmente inclinava-se a operar por intermédio dos bancos ingleses, como foi visto, o que, aos olhos de seus diretores, era um sinal por demais evidente para reforçar tal política” (GRANZIERA, 1976, p.124).

<sup>17</sup> “Com um projeto esperava Torres Homem instituir a conversibilidade em ouro, obrigatória dentro de três anos para todos os bilhetes em circulação; instituía também um limite fixo pura de emissões dentro desse período penalizavam-se os infratores com a obrigação de retirada dos bilhetes que excediam aquele neto, e os recalitrantes com a perda da autorização de funcionamento. Era a reforma metalista” (GRANZIERA, 1976, p.99).

necessárias para concretização de mais um projeto político civilizatório: o incentivo à imigração europeia. Isto é, com a disponibilidade de mão de obra escravizada cada vez menor, a economia cafeeira passou por momentos de subutilização da capacidade produtiva, cuja disponibilidade de mão de obra se apresentou como uma ameaça à acumulação ampliada, mesmo que a utilização de trabalhadores escravizados se apresentasse como a mais rentável.

A solução para a valorização do capital veio a ser o projeto político de incentivo à imigração, sobretudo advindo da Europa, mas também asiático, de forma concomitante ao fluxo migratório interno brasileiro em direção ao sudeste/sul. Ou seja, a redução da oferta de trabalho escravizado ofereceu condições materiais para que a cultura europeia se expandisse, fortalecendo e as relações de poder dentro da sociedade brasileira, via relacionamento entre mecanismos produtivos e culturais-ideológicos, favorecendo o incentivo subsidiado pelo Estado à imigração. A propaganda e a rede de financiamento estatal atraem a mão de obra estrangeira, visando preencher as vagas de trabalho, agora assalariado, na lavoura, beneficiando a cultura cafeeira, principalmente a do Estado de São Paulo (GONÇALVES, 2014). Ajudando a construir a primazia econômica paulista frente ao Rio de Janeiro a partir de então, devido ao avanço nas relações sociais de produção capitalista, evidenciando os limites do complexo cafeeiro fluminense.

Concomitantemente à imigração, buscou-se o tráfico inter-regional, de modo que o Sudeste drena a mão de obra escravizada do Nordeste, que em 1823 detinha 54% da população escravizada, passando para 32% em 1872 (LESSA, 2000, p.114). A partir da segunda metade do século XIX, o preço dos escravizados se elevam, o que gera um desaquecimento do crescimento da economia cafeeira, levando à decadência de lavouras antigas, desarticulando as integrações econômicas no interior e abrindo a possibilidades para esses cafeicultores reverterem seus investimentos ou para o oeste paulista, em expansão, ou para o núcleo urbano carioca, levando à diversificação do investimento mediante aplicações na indústria, imóveis, bancos, títulos da dívida pública, entre outros. Isto marca os traços principais que caracterizaram o início do crescimento industrial carioca.

A imigração, para além das motivações sociais, ideológicas e culturais, possibilitou o rebaixamento dos níveis salariais, a partir da oferta abundante de mão de obra, e alterou também o panorama político em torno do Movimento Abolicionista. Com um trabalho assalariado consolidado, que passou a ter o apoio de grandes proprietários de terra da economia cafeeira a partir daí, culminando na Abolição da Escravatura (MELLO, 1982, p.87-88). Assim, o complexo cafeeiro fluminense perdeu o principal ativo de valorização do capital: o escravismo,

entrando em decadência. A Abolição da Escravatura somada a um esgotamento do solo na região do Vale do Paraíba, resultou na redução produtiva de 2.229 mil sacas de 60 kg em 1880 para 1.309 mil em 1889 (LOBO, 1978a), fazendo com que a interiorização da produção perdesse dinamismo e as cidades que absorviam este processo entrassem em estagnação.

A partir deste cenário, se inicia um processo evidenciado das disparidades nas trajetórias de desenvolvimento paulista e fluminense, pois em São Paulo com a indústria de beneficiamento e, posteriormente, com a maior experiência com o trabalho assalariado, principalmente devido ao processo imigratório, o fim da escravidão não gerou muitas modificações produtivas. O que antes se apresentava como uma desvantagem competitiva, uma vez que o custo de reprodução da força de trabalho do trabalhador assalariado era maior que a do escravizado - mesmo que na realidade a economia cafeeira paulista se expandisse, apesar do imigrante -, agora, com a consolidação de uma economia capitalista, se apresenta como uma vantagem competitiva.

Contrastando as diferentes regiões do Brasil, Furtado (2003) pontua que o Nordeste não apenas cresceu menos, como perdeu renda per capita, enquanto o Sul se beneficiou das atividades ligadas à exportação e da economia de subsistência a partir da imigração europeia para povoamento, e no Sudeste ocorre o processo de transferência de mão de obra do setor de subsistência para a economia cafeeira, além de setores da economia de subsistência passarem a produzir para geração de excedentes para o mercado, favorecendo a monetização da economia brasileira abrindo caminho para a formação do mercado interno que deu base para o início do nosso processo de industrialização, que se consolidaria na terceira década do século XX.

Por outro lado, a economia cafeeira fluminense, sustentada historicamente no escravismo sofreu percalços, resultando, segundo Furtado (2003), na subutilização da mão de obra disponível. Ademais, Tannuri (1977) mostra que mesmo na última grande expansão do plantio de café no Rio de Janeiro, na década de 1870, o capital mercantil que antes se apresentava como extremamente concentrado no setor cafeeiro, dado as condições de investimento na economia brasileira, agora busca diversificar suas inversões, uma vez que as expectativas em torno da economia cafeeira não estavam mais sendo atrativas.

Em suma, pelo que foi visto, a organização do espaço urbano fluminense desponta com a formação de um núcleo urbano da capital Rio de Janeiro. A cidade possuía importante peso econômico-comercial, para além das relações com o poder central, devido às articulações internacionais, sendo eixo de rotas ultramarinas de comércio, e, por isso, a região portuária inicia-se como o centro da formação urbana do estado. Isto refletia, em certa medida, um padrão

nacional de expansão e valorização de regiões urbanas, pois a urbanização brasileira (assim como a carioca) não foi derivada de um processo de industrialização, e a maioria dos municípios cresceu sem a constituição de um polo econômico, dificultando a formação de regiões tributárias (LESSA, 2000). Como a base do processo de acumulação de capital mercantil se sustentou através da exploração da mão de obra escravizada, que se constituía como o principal ativo produtivo, as classes detentoras de capital, além de concentrarem riqueza, construíram a base para a formação das relações capitalistas de produção, condicionando não apenas o mercado fundiário, como também o mercado de trabalho.

Nesse sentido, o padrão mercantil da cidade do Rio consolidou uma ordem social autoritária e hierárquica que aponta para o surgimento de padrinhos locais, se transformando, segundo Leonardo Sobral (2018), numa a lógica de clientelismo urbano, abrindo brechas no cenário de hierarquias sociais e repressões policiais, o que em última instância viabilizava o rebaixamento dos custos de reprodução da mão de obra trabalhadora, ordens sociais que permanecem ainda hoje em nossa sociabilidade, sendo uma das características da condição do subdesenvolvimento brasileiro.

O que foi produzido até aqui pouco se relaciona diretamente com as teorias de economia regional, uma vez que partem da análise do desenvolvimento capitalista, mas é possível fazer inferências a partir do relacionamento dos conceitos de espaço e economia, que elas discutem, além de se discutir os relacionamentos entre as funções e formas sociais. Nesse sentido, formação do espaço urbano fluminense estava inserida dentro da lógica mercantilista, na qual questões relacionadas à logística de transporte e rotas comerciais, sobretudo marítimas, interferiram bastante a ocupação do território, mas, além disso, as implicações sociais, políticas e sobretudo produtivas interferem mais para a dinâmica espacial interna.

Os condicionamentos locais explicam, em parte, o porquê do Rio de Janeiro ser um bom local geopolítico para Portugal, isto é, a partir de suas ligações externas, mas não explica as dinâmicas que dele se desenvolveu. Por outro lado, o padrão de acumulação do capital, expresso sob o comando de capital mercantil, tem um potencial explicativo maior, pois a dinâmica espacial fluminense esteve subordinada às implicações que o comércio e a circulação ofereciam, de modo que suas articulações com as esferas políticas, institucionais, bancário-financeiras, culturais e de classe, deu base para o processo de urbanização carioca e a apropriação social do território, materializando a produção primária por meio de latifúndios, mão de obra escravizada e baixo nível de difusão técnica. Por outro lado, a rede urbana se concretizou em torno da centralidade portuária, via modernizações de infraestrutura, como os

sistemas de canalização de água, passando por instrumentos institucionais a partir da chegada da Família Real, nos quais, atrelados aos símbolos ideológico-culturais resultaram em políticas repressivas aos grupos sociais considerados diferentes à estrutura de poder vigente.

Ao se consolidar como base do poder político (sede administrativa), o município do Rio recebe uma centralidade que não se traduz efetivamente em um fator de geração de economias regionais na província, até porque o trabalho era escravo. Assim, seu dinamismo não se expressava pela intensa ativação das regiões que seriam atuais municípios do estado, gerando efeitos de complementariedade internamente. Pelo contrário, concentraram os investimentos e o dinamismo na cidade do Rio de Janeiro advindos de sua importância nacional e para a acumulação mercantil, principalmente pelo escoamento para exportações.

Mesmo nos momentos de interiorização da produção, como no sistema de abastecimento de alimentos da cidade, na ampliação dos engenhos de açúcar, na formação de bairros da cidade ou na ampliação na formação do complexo cafeeiro, o corpo social mercantil, através do padrão de consumo das elites e da dinâmica social derivada das relações trabalhistas, não implicou na monetização da vida urbana, gerando entesouramentos de riqueza, baixo desenvolvimento de infraestrutura urbana e poucas integrações comerciais por toda a província. A partir da presença da Família Real a dinâmica urbana passa a se desenvolver, mas atrelada a uma preocupação sanitarista e ordeira, que vai caracterizar a atuação do poder público durante muito tempo: a violenta repressão, sobretudo à comunidade negra e pobre da cidade.

Dessa forma, no período colonial e mercantil-escravista, a esfera da produção ficava submetida à esfera da circulação, pelo capital mercantil, que construiu uma secular concentração de renda superexplorando a mão de obra escravizada, conservando o caráter exploratório de segregação à nova classe trabalhadora e, dado a característica compulsória do corpo social, determinou quais seriam os grupos sociais que estariam intimamente articulados, como na relação Corte e proprietários de terras, apresentando evidências de que também praticavam a mercancia. A dinâmica da configuração espacial foi, portanto, estabelecida condicionando os fluxos entre cidade e restante da província, além de construir a noção de territorialização a partir da estrutura social europeia, cujas dimensões políticas, culturais, ideológicas, institucionais, militares e econômicas se entrelaçavam para a manutenção do *status quo*.

#### **4 O CAPITAL INDUSTRIAL E A REESTRUTURAÇÃO ESPACIAL NO RIO DE JANEIRO**

O presente capítulo busca dar sequência à análise da distribuição espacial no Rio de Janeiro compreendendo todo o âmbito social presente em seus processos, apontando como a consolidação das relações sociais de produção capitalistas impactaram no padrão de apropriação do espaço, quais foram suas implicações sociais, políticas e econômicas no estado, principalmente em sua capital.

É de se ter em conta que a análise do processo histórico não se caracteriza apenas pelo determinismo histórico em si, as transformações das estruturas econômicas mundiais, as tomadas de decisões políticas e as relações sociais se apresentam como objetos de análise mais importantes para explicarmos como a formação e consolidação do capitalismo periférico, expresso na economia do Rio de Janeiro, condicionou a produção espacial e quais características podem ser extraídas para entendermos problemáticas atuais. Assim, teremos uma base contextualizada para, posteriormente, refletirmos sobre os impactos sobre a dinâmica espacial da cidade diante da atual fase do capitalismo.

Observa-se como a acumulação mercantil, gerida ainda pela centralidade nacional da produção cafeeira deu base para o crescimento industrial e conseqüente a consolidação do processo de industrialização, sobretudo no período de recuperação da crise mundial de 1929, gerando um aumento do fluxo migratório no país e vultuosa concentração urbana na capital federal, o que atendia interesses políticos de consolidação do poder com o apoio de massas urbanas, contrastando com um estado decadente, precário em integrações econômicas e em desenvolvimento de seu aparelho urbano, enquanto reforçava o imaginário urbano da capital do país (DAVIDOVICH, 2010). Busca-se analisar como a estrutura produtiva industrial se consolidou na economia fluminense e quais seus desdobramentos em torno da problemática espacial.

A apropriação do território carioca ocorreu, também, via especulação fundiária, articulando detentores de terra, incorporadores imobiliários, construtoras, agências de financiamento e órgãos do governo, expulsando a classe mais pobre, e negra, da dinâmica urbana da cidade, evidenciando as relações de poder, cujas bases foram construídas no período anterior, através da relação entre um poder público autoritário e a cidadania oferecida apenas

aos aristocratas, grandes proprietários de terra, elites religiosas e uma burocracia portuguesa, que mesmo no período pós-abolição da escravatura continuava a renegar a cidadania (expressa em condições de moradia, sociabilidade e proteção social) à boa parte da população. Resultando na configuração do espaço urbano, que, como característica da economia brasileira, não necessariamente associada à industrialização, mas às relações hereditárias, relações políticas e especulação fundiária decorrente do processo de modernização e do controle de economias urbanas por parte de suas elites.

O período de transição entre os séculos XIX e XX é marcado por profundas transformações sociais que impactaram o aparelho urbano carioca, ainda marcado por características mercantis e coloniais. As indústrias começam a chegar no Rio de Janeiro ainda no final do século XIX, mas durante o processo de industrialização do Brasil, no período de recuperação pós-crise de 1929, a economia paulista se destaca de todo o país e a economia fluminense assume papel secundário. Nesse contexto, a reestruturação do capital urbano após a decadência da economia cafeeira, os avanços tecnológicos para a produção industrial e os novos grupos sociais garantindo poderes políticos, determinaram uma dinâmica espacial que se relacionou com os novos processos produtivos, guiados pelas atividades urbano-industriais. Assim, observa-se um encadeamento sistêmico entre forças internas e externas ao lugar, que se combinaram para produzir as configurações espaciais no período. Neste processo, elementos se conservam, se renovam, se criam e são apagados, expressando a especificidade da combinação de variáveis, em condição de dependência entre si, e o desenvolvimento da evolução social de acordo com sua temporalidade (SANTOS, 2020).

No Rio de Janeiro, este processo resultará em sua reconfiguração espacial, onde características urbano-industriais vão remodelar as relações existentes entre os elementos contidos na análise espacial gerando novas formas, cada vez mais coordenadas pelo capital industrial, novos modelos culturais-ideológicos, baseados em perspectivas de modernidade, e novos instrumentos institucionais, sustentando a tentativa de criação da imagem de um Rio de Janeiro modelo para a urbanização e para a sociedade brasileira, intensificando conflitos sociais pré-existentes, resultando na marginalização de grupos sociais e concomitante invisibilização das desigualdades geradas por todo o corpo social, materializando a interação entre processos e suas funções.

#### 4.1 AS IMPLICAÇÕES SOCIAIS DO PADRÃO DE URBANIZAÇÃO PROJETADO NO FIM DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

A separação efetiva do Rio de Janeiro em relação à Província em 1834, como capital do Império brasileiro, transforma o aparato institucional da cidade ao se configurar como Município Neutro, enquanto Niterói torna-se capital da Província. Isto se expressava como privilégios políticos e jurídicos frente às demais regiões do país, concentrando decisões do governo e desenvolvendo processos políticos como os Movimentos Abolicionistas e Republicanos, se constituindo de fato como um “polo irradiador de civilização e elo político entre o poder central e as províncias”<sup>18</sup> (AZEVEDO; LOBO, 2008).

A construção secular de centralidade do Rio de Janeiro se intensificava, e entre 1834 a 1960 (quando perde o posto de capital do Brasil para Brasília) o Rio de Janeiro goza da condição de “território único e institucionalmente diferenciado” (LESSA, 2000, p.63). Como capital da República, a partir de 1889, a urbanização torna-se o principal instrumento de valorização do capital comercial carioca, conservando, assim, as condições estruturais da economia fluminense. Isto é, derivada, em muito, da centralidade política da cidade do Rio de Janeiro, de modo que “quanto mais importante figura-se a centralidade carioca, novas formas de ocupação intersticiais de natureza mercantil foram criadas diante de interconexões visíveis com o estamento burocrático e de ordem pública” (SOBRAL, 2018).

As transformações que o Brasil passara na última metade do século XIX, aumentaram o fluxo migratório para o Sudeste, através da imigração europeia e da migração oriunda de outras regiões do país, como, por exemplo, com a interrupção do tráfico internacional de escravizados, cafezais passaram a contratar mão de obra escravizada dos decadentes engenhos de açúcar do Nordeste, ou simplesmente devido à desagregação do sistema escravista, fazendo com que a população do Rio de Janeiro passasse por um inchaço demográfico. O Rio de Janeiro, capital do Império, em 1872, possuía aproximadamente 274.972 habitantes, passando para 522.651 habitantes em 1890, enquanto a Província saiu de 1.057.696 para 1.399.355 de habitantes (SILVA; SOUSA, 2016), se configurando como uma cidade de estrutura colonial-mercantil, cuja organização espacial, como viu-se, era coordenada pelas relações mercantis fundadas na

---

<sup>18</sup> Art. 1º do Ato Adicional de 1834, que altera a Constituição Política do Império (AZEVEDO; LOBO 2008).

economia colonial, chegando ao fim do século XIX com um aparelho urbano considerado ainda ultrapassado, em relação aos padrões europeus e com uma massa populacional desassistida, composta por ex-escravizados, imigrantes, ambulantes e pobres vivendo com condições precárias de saúde.

O Rio de Janeiro sofria com surtos epidêmicos por falta de salubridade e planejamento, a cidade possuía abundância de ruelas profundas, mal pavimentadas, além da precariedade de iluminação pública. A capital carioca era o berço de um apanhado de doenças contagiosas, que inclusive serviu de base para a criação de ciências eugênicas advindas de movimentos sanitaristas no Brasil, intensificadas principalmente a partir da segunda década do século XX, cuja lógica “permitia a muitos brasileiros afirmar que ‘sanear é eugenzar’” (STEPAN, 2004, p.346).

O projeto republicano no Rio de Janeiro, ao mesmo tempo que buscava apagar as marcas do passado atrasado - representado pelas escolhas políticas de D. João e do Império - (LESSA, 2000), seguiu de certa forma a linha de reformas do período Joanino na busca por um projeto de civilização ao se utilizar da inferiorização do lugar social do negro, assim como a depreciação de todas as suas expressões culturais, reproduzida e preservada ainda hoje no imaginário social. Um dos resultados imediatos desta lógica social foi a divisão racial do trabalho, de modo que em 1890, mais da metade dos 89 mil estrangeiros ativos se encontravam em postos de trabalho no comércio, manufatura e atividades artísticas, enquanto 48%<sup>19</sup> dos negros ativos prestavam trabalhos domésticos, 17% na indústria e 16% não tinham ocupação (SILVA, 2018, p. 50).

Nesse sentido, o capitalismo em construção, juntamente às instituições sociais e políticas implementadas a partir de então, reforça as estruturas sociais presentes anteriormente, de forma a reproduzir a condição subalterna da comunidade negra e pobre. O mercado fundiário, a comercialização do território apropriado, que já implicava, além de relacionamentos, conflitos sociais na estrutura mercantil-escravista, agora representa um reforço de marginalização, dado que acesso à terra foi vedado a um determinado segmento social a partir de instrumentos jurídicos e econômicos (Lei das Terras), somado à atuação da polícia, que continua a ser um elemento repressor na questão fundiária (CAMPOS, 2010). O resultado desse processo é o

---

<sup>19</sup> Recenseamento Geral da República dos Estados Unidos do Brasil, realizado em 1890 (SILVA, 2018. p. 50).

deslocamento das massas de ex-escravizados e pobres para as cidades, ocupando os cortiços, ou os quilombos.

Como citamos anteriormente, Andreilino Campos (2010) pontua muito bem as relações evidentes entre as favelas do capitalismo e os quilombos da estrutura mercantil-escravista, apontando sobretudo para a “estigmatização do espaço apropriado” (CAMPOS, 2010, p. 63), na qual pessoas que moram em ambos os espaços são considerados pela classe social dominante a representação do não-pertencente, do outro, representando essencialmente classes perigosas, antes como ameaça para o Império e ao capital mercantil, depois como indesejáveis socialmente na República e para a estrutura urbano-industrial. Nesse sentido, as estruturas de classe e de raça se reforçam para manutenção dessa organização espacial, relação presente ainda hoje na sociabilidade entre a cidade e as favelas.

Na configuração capitalista a comunidade negra, agora inserida no exército de reserva de trabalhadores nacionais, se via em uma dicotomia entre se inserir novamente no sistema produtivo, com condições análogas às anteriores, ou incorporar-se à massa de desocupados ou subocupados da economia de subsistência. Florestan Fernandes (2008) expõe que mesmo nas regiões mais prósperas do país, vide São Paulo e Rio de Janeiro, onde se tinham condições de um autêntico mercado de trabalho, a comunidade negra deveria concorrer com os demais trabalhadores nacionais, além da mão de obra europeia, tida como mais acostumada ao trabalho assalariado e afeita às implicações econômicas e sociais do mesmo, fazendo com que vagas fora da lavoura para ex-escravizados fossem mínimas.

A abolição escravocrata no campo condicionou a mobilidade para os ex-escravizados em dois sentidos: para o deslocamento da fronteira agrícola na condição de subsistência, ou para se manter subordinado ao proprietário da terra para trabalhar, tendo acesso à terra para subsistir. Já na cidade, nos trabalhos de movimentação de carga, os escravizados já vinham sendo substituídos paulatinamente por força de trabalho livre nacional ou imigrante. Com a interrupção do tráfico internacional de escravizados e com a Abolição, espalhou-se no Rio de Janeiro brechas de subsistência social como ambulantes, autônomos e artesãos, empalhadores, lustradores, reparadores de móveis, vendedores de alimentos, além da massa de desabrigados (LESSA, 2000, p. 160-162).

O projeto urbanístico do Rio de Janeiro na Primeira República, sob a presidência de Rodrigues Alves e incumbência do Prefeito Pereira Passos, embora se apresente como uma

negação ao passado, esteve associado à ordem social presente no período mercantilista, agora reforçada na consolidação do capitalismo brasileiro. Ele buscava remodelar a cidade carioca aos moldes de Paris, reforçando o imaginário social das elites sociais e higienistas da época, que atribuía a culpa da situação de insalubridade à população mais pobre da cidade, sobretudo negra, pois prejudicavam a imigração e manchavam a imagem do Brasil como nação (SILVA; SANTOS, 2012).

O projeto republicano tinha como objetivo maior a entrada do Brasil na modernidade do século XX, onde o Rio de Janeiro é posto no centro do simbolismo recém-criado de Ordem e Progresso. De forma que a mudança da imagem da cidade buscasse atender aos interesses da imigração, uma vez que São Paulo atraía a maior parte dos imigrantes europeus a partir do programa de imigração, enquanto o Rio de Janeiro recebia “a imigração avulsa portuguesa” (LESSA, 2000, p. 192), e a necessidade de saneamento da capital, para atração de “braços, de atividades e de capitais nesta parte do mundo” (LESSA, 2000, p.192).

Como resultado das modernizações de infraestrutura, os serviços de melhoramento portuário centralizavam-se diante dos gastos públicos. Destacam-se a criação da Companhia Docas do Rio de Janeiro, em 1901, a construção do Cais de Gamboa, com projeção de 3.500 metros e a modernização do Porto do Rio, que contava com 90 guindastes móveis, 18 armazéns internos e 96 externos, com 25 metros de plataforma e profundidade de até 10 metros, caracterizando-se como ultramoderno, à época e gerando sozinho 40% da receita tributária federal (LESSA, 2000, p. 193).

Ademais, determinou-se a derrubada de cortiços, e habitações que poderiam poluir a paisagem do centro urbano carioca,<sup>20</sup> para que o alargamento das ruas da cidade pudesse se realizar, mas, principalmente, para que abrisse espaço para a instalação de empreendimentos comerciais, ativando o mercado de construção, atraindo trabalhadores e empreiteiros, reconstruindo a cidade, de modo a romper com nuances da cidade colonial, tornando-a compatível com a nova rede de transportes: os trens e os bondes (SILVA, 2018). Assim os bairros da cidade se alteram: regiões que antes abasteciam a produção agrícola, agora recebem empreendimentos industriais, como a Gávea, que recebe a Corcovado, Cotonifício Gávea e a

---

<sup>20</sup> A reforma realizada pelo prefeito Pereira Passos demoliu os cortiços e abriu largas avenidas. Ficou conhecida como “bota abaixo”. Sob a égide do discurso higienista, desalojou do centro da cidade os antigos moradores dos cortiços, que migraram em duas direções: para a periferia e para os morros (ALBERGARIA, 2010).

Fábrica Carioca, todas elas indústrias têxteis. O mesmo ocorre na Tijuca, no Grajaú e São Cristóvão, o último, um bairro residencial que se torna uma zona industrial (LESSA, 2000, p. 203).

A apropriação do território pelo Estado, antes subutilizado com abrigo através dos cortiços e habitações precárias, para construção de áreas comuns de negócios, com o intuito de aumentar os fluxos de pessoas e mercadorias, tornando-se um território apropriado pelo capital como recurso, se relaciona com o antagonismo social presente na sociedade capitalista, onde a configuração espacial urbana do Rio de Janeiro precisou ser transformada para que a acumulação se ampliasse, à custa do resultado social de marginalização da população pobre do Rio de Janeiro e, também, devido ao caráter eugenista e sanitarista dos projetos urbanos, somado ao histórico escravocrata que criou o imaginário de inferioridade social da comunidade que constituiu historicamente a força de trabalho no país: os negros. Uma evidência do relacionamento entre detentores de capital e o Estado, na condição de elementos sociais, cuja ação transformou a configuração espacial da cidade.

Marginalizou-se a população pobre, restando a ocupação dos morros do Rio de Janeiro de forma a constituir o território como local de abrigo e moradia, reformulando as condições subjetivas e culturais que tais grupos sociais criavam a partir de sua relação com o espaço, isto é, alterando as noções de territorialidade na cidade. Tal elemento institucional promoveu, além da destruição de cortiços e demolições de habitações, especulações fundiárias, proibição de profissões ligadas à subsistência da classe trabalhadora (os ambulantes, engraxates, etc.), entre outras medidas que excluíram, sobretudo, a comunidade negra da dinâmica social urbana na capital da República, no início do século XX, materializando espacialmente a hegemonia do poder político, social e econômico vigente, compondo a territorialização carioca.

[A reforma] Pereira Passos e as das décadas posteriores implicaram, no conteúdo, e, sobretudo, na forma, procedimentos políticos autoritários, típicos de processos de modernização conservadora, empreendidas por uma República autoritária e excludente, cujos efeitos de segregação do espaço urbano fazem-se ainda presentes. Demolições, desmontes e remoções (tudo em nome do progresso e do traçado tecnicamente definido) têm sido as estratégias destes reformadores, sem qualquer preocupação com a preservação dos espaços de construção da identidade da cidade. A perda de referências identitárias propiciada pelo processo de expulsão/remoção e de segregação social produz, evidentemente, efeitos de distanciamento social. A remoção empreendida no início do século empurrou os trabalhadores pobres de origem africana para os morros da periferia do centro da cidade. A localização desta periferia, entretanto, guarda uma proximidade geográfica com a cidade (como de resto, atualmente, quase a totalidade das favelas estão geograficamente próximas das áreas urbanizadas da cidade). Entretanto, o processo de segregação e exclusão social tem

criado barreiras psico-afetivas que produzem efeitos ideológicos de distanciamento cultural (NEDER, 1997, p. 109)

Ou seja, o Estado, expressando uma das faces da elite social dominante, detentoras de capitais, implementa reformas que reconfiguraram a territorialização de territorialidade presente na cidade. Os pobres e, sobretudo, os negros presentes nesses espaços foram obrigados a criar vínculos culturais e coletivos, a partir da dinâmica espacial presente nos morros e favelas, compartilhando o estigma direcionado aos quilombos no século anterior. A territorialização do Rio de Janeiro, a partir das reformas urbanas, foi moldada pela elite mercantil urbana e pelo Estado de forma a julgar o espaço urbano como um território que refletia a sua ordem social, portanto, grupos sociais que se apresentavam com expressões diferentes da ordem estabelecida foram marginalizados.

Não à toa a Revolta da Vacina (1904) se deflagra no Rio de Janeiro. Além do temor social diante da imposição estatal em torno da vacinação contra a varíola, a revolta se apresenta como expressão do descontentamento popular frente ao cenário caótico no qual a população estava inserida. Dentro do debate nacional não havia consenso, nem mesmo entre a elite intelectual, sobre a obrigatoriedade da vacinação, muito menos entre a população mais pobre, distante da educação formal e de qualquer informação técnica sobre a eficácia das vacinas. E, em meio à Reforma Urbana, cuja motivação higienista e autoritária já se via presente, Oswaldo Cruz impõe a vacinação popular - ação de extrema necessidade - reforçando tais motivações reformistas, onde a estrutura policial e o uso da violência se apresentavam como marcas evidentes, gerando o levante popular em novembro de 1904, que resultou na morte de 23 pessoas, no ferimento de outras 67 e na prisão de 945 manifestantes.<sup>21</sup>

Oswaldo Cruz mandou ao Congresso uma lei que reiterava a obrigatoriedade da vacinação, já instituída em 1837, mas que nunca tinha sido cumprida. Ciente da resistência da opinião pública, montou uma campanha em moldes militares. Dividiu a cidade em distritos, criou uma polícia sanitária com poder para desinfetar casas, caçar ratos e matar mosquitos.

Com a imposição da vacinação obrigatória, as brigadas sanitárias entravam nas casas e vacinavam as pessoas à força. Isso causou uma repulsa pela maneira como foi feita. A maioria da população ainda desconhecia e temia os efeitos que a injeção de líquidos desconhecidos poderia causar no corpo das pessoas. Setores de oposição ao governo

---

<sup>21</sup> Ademais, as primeiras décadas do século XX são caracterizadas por diversas revoltas populares em todo o Brasil, de modo que, embora as transformações sociais e econômicas do país tenham ocorrido de maneira excludente e impositiva por parte do Estado e das elites sociais, a população se mostrou ativa diante dos condicionantes expressos. Dentre elas evidenciam-se a Revolta da Vacina (1904), a Revolta da Chibata (1910), a Revolta de Juazeiro (1913-1914), a Guerra do Contestado (1912-1916) e a Greve Geral (1917).

gritaram contra as medidas autoritárias. Quase toda a imprensa ficou contra Oswaldo Cruz, ridicularizando seus atos com charges e artigos. A indignação levou ao motim popular, que explodiu em 11 de novembro de 1904, conhecido como a "Revolta da Vacina". Carroças e bondes foram tombados e incendiados, lojas saqueadas, postes de iluminação destruídos e apedrejados. Pelotões dispararam contra a multidão. Durante uma semana, as ruas do Rio viveram uma guerra civil. Segundo a polícia, o saldo negativo foi de 23 mortos e 67 feridos, tendo sido presas 945 pessoas, das quais quase a metade foi deportada para o Acre, onde foi submetida a trabalhos forçados (PORTO, 2003, p. 53-54).

Por outro lado, o Rio de Janeiro de Pereira Passos transforma o nível de infraestrutura vigente, principalmente na incorporação da energia elétrica ao núcleo urbano. Em 1905 ocorreu a instalação da empresa fornecedora de energia elétrica *Light & Power* e a construção da usina de Ribeirão das Lajes, o que permitiu a introdução do bonde elétrico à malha urbana da cidade, se consolidando como principal transporte coletivo nas avenidas e ruas do Rio de Janeiro. A difusão da energia elétrica a partir de então permitiu a promoção da vida noturna da cidade, a verticalização de edifícios (quando se desenvolveu a produção de elevadores), a extensão da rede telefônica e, principalmente, modificou os hábitos domésticos, como, por exemplo, o consumo de alimentos perecíveis (a partir de 1923 está disponível a Frigidaire), além da alteração dos horários de domésticos, ampliação da vida fora das residências e diminuição da resistência à edifícios verticais. As ligações entre o capital imobiliário e o Estado vão marcar a prevalência da manutenção e ampliação dos gastos públicos com obras urbanas, favorecendo a valorização predial no Centro e na orla marítima da cidade, transformando a indústria de construção civil em grande empregador de mão de obra, o que impulsionou a migração de trabalhadores rurais para áreas urbanas da cidade (LESSA, 2000).

As obras públicas vão marcar este período do Rio de Janeiro. Em 15 de novembro de 1905 conclui-se a construção da Avenida Central (atual Av. Rio Branco), com 1.800m de comprimento e 33m de largura, conectando o cais do Morro de São Bento e a Praia de Santa Luzia, atrás do Morro do Castelo, promovendo a demolição de 641 casas de comércio e renda, custando ao Governo federal 8.000:000\$000. Neste período constrói-se também a Avenida Beira-Mar, estruturando as conexões Centro-Zona Sul, começando na Praia de Santa Luzia, percorrendo o contorno da Baía, numa extensão de 5km e 200m, até a Praia de Botafogo. Eulália Lobo (1978b) nos mostra que neste processo foram derrubados os cortiços do Centro e armazéns do bairro marítimo, equivalente aos bairros de Candelária, São José, Santana e Santa Rita, numa extensão de aproximadamente 13 hectares.

A Reforma Pereira Passos, então, inicia um novo ciclo de exclusão social na cidade do Rio de Janeiro, agora metamorfada na modernização do aparato urbano, como forma de higienizar a cidade e mudança do nível de infraestrutura, essencialmente se apresentando como uma consequência do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, uma vez que este produziu a massa de trabalhadores suficiente para compor um exército de reserva e rebaixar os salários monetários vigentes. O que remete à análise de Castells, que, assim como Lefèbvre, oferece centralidade ao aparelho estatal no estudo da organização institucional do espaço, uma vez que o Estado expressa um conjunto de processos de repressão, integração, dominação e regulação, oferecendo as condições de reprodução do capital.

Se por um lado esse processo afasta a classe de trabalhadores da dinâmica social, por outro, ele reduz o custo de reprodução da força de trabalho. Definindo, assim, a distribuição espacial na cidade-projeto de maior influência identitária no país, a partir de critérios de classe e raça, devido ao desenvolvimento de projetos urbanísticos verticais, contrastando com o surgimento de cada vez mais moradias de forma horizontal nos morros da cidade por parte da população negra, como aponta Albergaria (2010).

A consequência imediata deste processo, somada ao histórico escravocrata e de poder político autoritário, é, portanto, um padrão de urbanização que materializa uma configuração espacial estratificada, além de se expressar como um processo de metropolização precoce. O crescimento da cidade ganha evidência sem proporcional desenvolvimento institucional, conservando a estrutura de dominação social e estruturando a organização do espaço a partir da apropriação de territórios produtivos ao capital, via atividades de baixo potencial de indução econômica e intensivas em trabalho. Dessa forma, marginalizou-se a localização de territórios como abrigos para grupos sociais detentoras de força de trabalho para áreas periféricas e de precárias condições de infraestrutura, impedindo a democratização da apropriação do espaço.

Em consonância, a reforma resultou na hegemonia e na representação-síntese do projeto ideológico de nacionalidade implementada. A cidade do Rio figura como representação da identidade nacional republicana, pautada na imagem de modernidade que o processo civilizatório e o progresso projetado ofereciam, buscando aumentar a circulação de pessoas nas ruas, a socialização e favorecer momentos de lazer, como idas aos cinemas, como O Parisiense,

a teatros como o *Palace Théâtre*, intensificação da vida boêmia, desenvolvimento da prática de esportes, inclusive neste momento surgem os principais clubes de futebol da cidade.<sup>22</sup>

Entretanto, este tipo de cidade e suas condições de sociabilidade, foram desenhadas para determinados grupos sociais, como já pontuado. Todo o aprimoramento realizado sobre o espaço urbano, isto é, as políticas de embelezamento e modernização da cidade, somada à ativa função portuária, associada, além do comércio externo, ao saneamento da cidade, um crescimento industrial basicamente orientado para o consumo local, o desenvolvimento dos serviços bancários, etc., condicionou a cidade do Rio como a base política e ideológica de sustentação de um projeto republicano que vai ser sustentado pelo menos até a década de 1960, quando Brasília torna-se Distrito Federal.

Buscava-se, além da dinamização da vida urbana, nos moldes dos grupos sociais hegemônicos, a ruptura com símbolos urbanos do passado. O Morro do Castelo, local onde a cidade se inicia, entra em processo de desmonte e demolição a partir de 1920, com a administração do prefeito Carlos Sampaio, responsável pela destruição de 3 milhões de metros cúbicos, cujo objetivo se dava pela higienização e melhoramento estético, favorecendo o arejamento da área central da cidade, local de maior valorização da terra (CAMPOS, 2010, p.71-72), se concluindo apenas entre 1937 e 1945, com a administração de Dodsworth, levando consigo o Colégio dos Jesuítas, a Igreja dos Capuchinhos, 470 prédios, em sua maioria cortiços e residências de pobres, e surgindo em seu lugar edifícios comerciais, em uma área de 420 hectares, e um aterro de 230 hectares entre a Praia de Santa Luzia e a Ponta do Calabouço (LESSA, 2000, p.241). Com o material de desmonte do Morro do Castelo foi possível realizar aterros na área do atual Aeroporto Santos Dumont e de toda a faixa litorânea até a Glória, liquidando a antiga Praia do Russel. (LESSA, 2000).

As reformas urbanas ocorridas na administração de Carlos Sampaio (1918-1922) intensificaram a visão de um Rio de Janeiro como cartão postal para o Brasil, no sentido de além de manter o caráter excludente e higienista do padrão urbano institucionalizado visava-se atrair turistas do Brasil e do mundo. Nesse sentido, avançou-se na construção urbana para além do Centro, apresentando papel fundamental para a construção do que hoje se conhece como

---

<sup>22</sup> Para entender melhor o cenário social das práticas esportivas, ver: AZEVEDO, Luiz Vinícius de. **A consolidação do futebol no Rio de Janeiro no período de 1894-1930**: o futebol como instrumento de inserção étnica. Campos dos Goytacazes, 2018.

área nobre, a Zona Sul, incorporando as regiões da Lagoa e da Gávea no bloco já formado por Glória, Catete, Flamengo, Botafogo e Copacabana, por meio da destruição de favelas e cortiços que rodeavam a Lagoa, dando lugar à Av. Epitácio Pessoa. Mendes (2012) ainda argumenta que tais esforços somados à construção das avenidas Maracanã e Portugal, à reconstrução da Av. Atlântica e ao alargamento da Av. Niemeyer, também realizados por tal prefeito, mostravam a preocupação de se construir um novo vetor de expansão das classes médias e altas cariocas.

Nesse sentido, o padrão de urbanização implementado esteve pautado pela hierarquização social, onde em nome da higienização, modernidade e acumulação de capital renegou-se a cidade para determinados grupos sociais, evidenciando os conflitos sociais com corte de raça e classe reformulados à estrutura capitalista de produção.

Embora fosse um sítio histórico, o Morro do Castelo havia se transformado em local de residências de inúmeras famílias pobres, que se beneficiavam dos aluguéis baratos das antigas construções aí existentes. Situava-se, entretanto, na área de maior valorização do solo da cidade, a dois passos da avenida Rio Branco, daí por que era preciso eliminá-lo não apenas em nome da higiene e da estética, mas também da reprodução do capital (ABREU apud CAMPOS, 2010, p. 72).

Lessa (2000) aponta que entre 1920 e 1960 há prosperidade e crescimento do prestígio social da cidade do Rio de Janeiro, chamando este entreposto temporal de décadas douradas, mesmo em condições produtivas secundárias frente a São Paulo, uma vez que a partir da Primeira Guerra Mundial a economia paulista passa a liderar o dinamismo industrial e mantém a distância relativa das bases industriais em crescimento. Todavia, durante as décadas de 1920 e 1960 o Rio de Janeiro consolida seu projeto urbanístico da modernidade, cujos olhares centralizavam a Zona Sul da cidade, fazendo de Copacabana sua manifestação cultural, e se esforçando para recriar a cidade, apagando vestígios do passado, se utilizando da apropriação da paisagem pela nova cidade.

#### 4.2 A RELAÇÃO ENTRE ELEMENTOS ECONÔMICOS E ESPACIAIS A PARTIR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Todo este processo de transformação urbana esteve atrelado às transformações das relações econômicas sofridas no Rio de Janeiro, cujo desenvolvimento industrial incipiente passou a demandar estruturas sociais equivalentes à produção. O final do século XIX, no Rio de Janeiro é marcado por um surto de crescimento industrial, tornando-se *locus* principal da

atividade industrial brasileira, perdendo o posto para São Paulo apenas na década de 1920. Por outro lado, após o Encilhamento<sup>23</sup> – crise especulativa ocorrida na segunda metade do século XIX – e as crises de produção cafeeira, o porto do Rio de Janeiro perdeu a hegemonia como via de escoamento do café.

No fim do século XIX a inflação, ao deteriorar o poder de compra, prejudica o resultado das importações, que em 1893 e 1894 gerava déficits em conta corrente para o Rio de Janeiro. Eulália Lobo (1978b) nos mostra que apesar do período do Encilhamento, já existia uma tendência de déficit na balança comercial do porto carioca desde pelo menos 1881/82, e se perpetuando até 1930. Isto ocorreu em oposição à trajetória da balança comercial brasileira, que apresentou superávit na maior parte dos anos neste mesmo período. O superávit brasileiro se explica em muito pela expansão da cafeicultura em São Paulo, que oferecia mais dinamismo ao porto de Santos, frente ao carioca, de maneira a dobrar as exportações realizadas em Santos, comparado ao porto do Rio de Janeiro (LOBO, 1978b, p.445).

Contudo, no cenário nacional, o final do século XIX se apresenta como momento perfeito para a expansão da produção cafeeira no Brasil. A produção asiática debilitada por enfermidades, abundância de mão de obra livre, decorrente do processo de imigração crescente no país, principalmente em São Paulo, oferecendo as condições para baixos níveis salariais, a disponibilidade de terras subocupadas e uma inflação de crédito, proporcionaram as condições necessárias para financiamento da acumulação de capital produtivo e elevação dos preços do café em moeda nacional, o que somado à depreciação cambial fez com que o Brasil se tornasse um dos maiores produtores de café do mundo, sendo responsável por  $\frac{3}{4}$  da produção mundial de café (FURTADO, 2003). Dadas as condições de produção que oferecia a condição de controlador da oferta mundial do produto no mundo, sejam elas: o processo de imigração em massa, o abastecimento de bens de salário via importações, ou a partir do surgimento da produção interna, e a disponibilidade de terras, as flutuações do café no mercado internacional estavam atreladas mais às condições de produção do café brasileiro do que sua demanda internacional.

Além disso, as condições de demanda internacional entre 1886 e 1890 também se mostravam favoráveis à acumulação cafeeira, com os preços passando de 10,7 cents por libra

---

<sup>23</sup> Ver TANNURI, Luiz Antônio. O Encilhamento. Departamento de Economia e Planejamento Econômico, UNICAMP, Campinas, 1977.

para 20 cents por libra, “impulsionados, do lado da demanda, pelo crescimento dos mercados mundiais, especialmente o norte-americano, e, do lado da oferta, pela quebra das safras de 1887/8 e 1889/90” (MELLO, 1982, p.126), embora a taxa de câmbio tenha absorvido tal elevação de preços. Contudo, a partir de 1893, com a crise nos Estados Unidos da América, os preços começam a declinar, conforme assinala Celso Furtado: “O valor médio da saca exportada em 1896 foi 2,91 libras, contra 4,09 naquele ano [1893]. Em 1897 ocorreu nova depressão no mercado mundial, declinando os preços nos dois anos seguintes até alcançar 1,48 libra em 1899” (FURTADO, 2003, p.175).

A balança comercial e a taxa de câmbio passaram a ser problemas para economia brasileira, pois desequilíbrios externos acabavam por gerar desequilíbrios internos. Com a disseminação do trabalho assalariado, fortalecimento do mercado interno e a ainda baixa diversificação da economia brasileira, Furtado (2003) aponta para a tendência ao desequilíbrio externo, onde devido ao alto coeficiente de importação e à natureza dos produtos da Balança Comercial – exportação de café, cujos preços internacionais são mais voláteis, e importação de produtos industrializados, cujos preços são mais estáveis -, nos momentos de crise no cenário internacional o consumo de importações no Brasil tendia a cair mais lentamente em relação à queda das exportações. Este cenário é o que o autor chama de deterioração dos termos de troca, onde os preços relativos dos produtos importados se mantêm em níveis superiores que dos produtos exportados, pressionando a economia brasileira via inflação (desequilíbrio interno).

A política do Estado brasileiro, visando manter o ritmo ou acelerar a acumulação cafeeira, estava, pois, sobreposta às desvalorizações cambiais para garantia da taxa de rentabilidade da economia cafeeira. Furtado (2003) analisa essa política apontando para a socialização das perdas dos empresários exportadores com a população consumidora de importações. Mello (1982) traz complementos ligados à natureza do capital cafeeiro, se apresentando como agrário, industrial e mercantil ao mesmo tempo, no sentido de que a política de desvalorização cambial resultava em última instância no encarecimento dos custos da reprodução da força de trabalho e dos meios de produção, além de afetarem os níveis salariais de outros setores e a queda das receitas federais advindas das tarifas de importações. Entretanto, a lucratividade do setor cafeeiro estaria atrelada ao ritmo de acumulação do complexo cafeeiro, à política monetária expansionista entre 1890 e 1894, à manutenção de elevado gasto público frente à queda de arrecadação, à demanda por alimentos, manufaturas e meios de produção

gerada pelo setor industrial instalado, ao baixo crescimento da produção da agricultura mercantil de alimentos e pela especulação cambial presente no período.

Na virada do século a política de desvalorização cambial gerou problemáticas sociais devido à pressão inflacionária consequente e, quando o cenário da primeira crise de superprodução aparece, no início do século XX, o mecanismo de desvalorização cambial se mostrara impraticável para manutenção da rentabilidade do setor agroexportador cafeeiro, sendo necessário, então, deprimir artificialmente a oferta de café do país. (FURTADO, 2003). O Convênio de Taubaté realizado em 1906 buscou resolver a problemática definindo-se as bases de atuação da política de valorização do café: a) compra, por parte do Estado, dos excedentes de café no mercado, reequilibrando oferta e demanda do produto e mantendo o preço do café entre 55 e 65 francos por saca; b) contração de empréstimos no exterior, na faixa de 15 milhões de libras para financiamento de tais compras; c) criação de imposto em ouro sobre cada saca de café exportada para pagamento do empréstimo; d) estabilização do câmbio via caixa de conversão, impedindo que houvesse valorização cambial; e) o direcionamento aos governos estaduais a desencorajarem a expansão das plantações de café, a fim de solucionar o problema de excesso produtivo no longo prazo (FURTADO, 2003, p.176; MELLO, 1982, p.138).

Com o cenário político-econômico favorecendo deliberadamente os produtores cafeeiros, as problemáticas sociais que a política econômica gerava tornaram mais complexos e numerosos os grupos que exercem pressões ao Governo. Furtado (2003) aponta como exemplos: a classe média urbana, sobretudo representada pela burocracia civil e militar, que estava diretamente afetada pela depreciação cambial, o grupo financeiro internacional, representado pelos Rothschild & Sons, interessados na política econômico-financeira do governo brasileiro, principalmente após o empréstimo de consolidação de 1898 e, finalmente, os comerciantes importadores e os industriais, cujos interesses por motivos distintos se opõem aos dos cafeicultores, onde o regime republicano oferece a oportunidade para aumentar sua influência política. Ou seja, a política de valorização dos preços do café, apesar de favorecer deliberadamente os produtores de café está contextualizada em um cenário de diversificação da influência política no país, inclusive via políticas econômicas.

No Brasil a indústria passa a ser atrativa devido às condições de financiamento favoráveis, decorrentes das políticas econômicas do Estado, como, por exemplo, o fornecimento de crédito, a possibilidade de bancos se tornarem empreendedores industriais, a reforma da Lei

de Sociedades Anônimas e, posteriormente, o impulso à Bolsa de Valores. Além disso, a proteção tarifária praticada pela política econômica, principalmente após a criação da Associação Industrial, em 1881, e isenções à importação de máquinas, mesmo em cenários de desvalorização cambial, favoreceram o surgimento da indústria de bens de consumo assalariado, que possui baixa relação capital/trabalho e tecnologia relativamente simples (disponível no mercado internacional), podendo absorver o contingente de trabalhadores disponíveis (TANNURI, 1997; MELLO, 1982).

Além disso, como a distribuição da Renda Nacional implicava na crescente demanda por alimentos e bens manufaturados, apenas através dessas demandas se criavam um mercado interno disponível e em expansão, se apresentando como oportunidades de diversificação do capital mercantil. Segundo Maria da Conceição Tavares (1986), as inversões aconteciam quando os lucros cafeeiros não conseguiam a natural acumulação em seu ciclo, dado que os cafezais requerem tempo de maturação e expansão da fronteira agrícola - que ocorre de forma defasada em relação ao preço do café no mercado internacional. Assim, o próprio crescimento urbano gerado pelo complexo cafeeiro torna atrativo o surgimento do investimento industrial (demanda por manufatura somada à urbanização e certa dificuldade na acumulação cafeeira).

Contudo, é de se ter em conta que a análise do surgimento da produção industrial, no período entre economia mercantil-escravista e a crise de 1929, deve ser vista a partir da diferenciação entre crescimento industrial e o processo de industrialização. Isto é, a mecanização da estrutura produtiva e a simples aceleração do ritmo de produção via introdução de máquinas não implica no fenômeno da industrialização, apenas se caracteriza como um crescimento da produção industrial. Como Mello (1982) assinala, a industrialização latino-americana significou a introdução da estrutura capitalista de produção em condição de atraso em relação aos países centrais. Isto é, a industrialização acontece na América Latina com a hegemonia das relações sociais de produção do capitalismo, condicionada pelo seu ponto de partida, cuja posição na divisão internacional do trabalho foi determinada pela Revolução Industrial e pelo momento de introdução, caracterizado pelo capitalismo global monopolista, configurando a industrialização capitalista retardatária, o que no Brasil ocorre no período de recuperação da crise de 1929.

É de se ressaltar, ainda, que a economia cafeeira ao gerar valor, isto é, ao gerar capital monetário possível para financiamento da acumulação de capital produtivo, ao transformar o

trabalho em mercadoria alienável e ao criar um mercado interno consolidado, ofereceu as condições básicas para a constituição do capital industrial e deu base para o crescimento da produção industrial pré-crise de 1929 e para o início do processo de industrialização da economia brasileira, ocorrido a partir da década de 1930.

Furtado (2003) descreve o mecanismo de encadeamentos a partir do desenvolvimento do setor agroexportador da seguinte maneira: disseminação do trabalho assalariado gerando aumento da monetização da economia, fortalecendo o mercado interno, o que fortalece a faixa monetária da economia de subsistência, aumentando a produtividade do setor, o que levou para melhor utilização dos fatores terra e trabalho, gerando maior integração entre os setores da economia, dando base para o início da industrialização no país.

Como já dito, mesmo com o cenário de expansão da produção cafeeira nacional, a economia cafeeira fluminense entra em declínio após o fim do escravismo e o esgotamento do solo na região do Vale do Paraíba, de maneira que a produção de café caiu de 2.229 mil sacas de 60 kg em 1880 para 1.309 mil em 1889, mesmo com os incentivos produtivos fornecidos pelo Governo da República, como fornecimento de crédito, moratória de dívidas de fazendeiros e com a política de imigração (LOBO, 1978b, p.445). Enquanto a produção brasileira chega a 5,5 milhões de sacas de 60kg em 1890-91, entre 1891-92 e 1895-96 sobe para 6,5 milhões, alcançando em 1901-02 16,3 milhões (FURTADO, 2003, p.174; MELLO, 1982, p.122).

No entanto, o processo de transformação da estrutura produtiva não abala a centralidade do Rio de Janeiro frente a economia brasileira. Eulália Lobo (1978b) nos mostra que, apesar da queda do valor exportado em café na economia fluminense comparada à paulista, existiam evidências da conservação do papel central da economia do Rio de Janeiro para o país, de modo que a arrecadação fiscal permanecera a níveis satisfatórios para o Estado: “a Alfândega do Rio de Janeiro rendeu 56.000:000\$000 papel e 31.000:000\$000 ouro e a de Santos 33.000:000\$000 papel e 18.000:000\$000 ouro porque a região de São Paulo tinha uma importação 50% menor do que a do Rio de Janeiro” (LOBO, 1978b, p.447). Outra evidência apontada pela autora foi o Imposto de Consumo que fora superior no Rio de Janeiro (RJ) frente a São Paulo (SP) em 1908, cujas populações representavam 1.800 mil e 2.300 mil habitantes, respectivamente.

Em última instância, a relevância da cidade do Rio de Janeiro se manteve, apenas se alterou a função de seu porto. Em vez de ser um exportador de café, configura-se como centro distribuidor de produtos importados e como mercado consumidor, de modo que em 1906 as

importações do Rio de Janeiro, no valor de 203.411:000\$000, equivaliam a um pouco menos da metade do total do Brasil e as exportações apenas a 1/7 (LOBO, 1978, p.449). Como epicentro logístico e comercial, seja pelas rotas marinhas sobre a costa brasileira ou pelas ferrovias, que se estendiam pelo Norte do estado, ao Espírito Santo e o Nordeste de Minas Gerais e, pelo Vale do Paraíba, se ramificava para Minas Gerais e São Paulo, fazendo com que se comunicasse com o Sul do país, o Rio de Janeiro possuía bons atrativos à atividade industrial, afinal, o estado possuía o melhor suprimento energético (LESSA, 2000).

Diante do cenário nacional de sustentação da rentabilidade do setor cafeeiro, o Estado do Rio de Janeiro, se via prejudicado, pois o direcionamento nacional era de frear a produção cafeeira, enquanto a necessidade fluminense no setor era de incentivos à produção, seja via replantação dos cafezais ainda produtivos, seja via substituição dos antigos. Desse modo, parte do capital sublocado da economia fluminense no último quarto do século migra para mecanismos financeiros como os títulos públicos do Governo do Rio de Janeiro, transformando a dívida pública interna do estado na expressão financeira da economia fluminense, gerando falta de liquidez e um grau maior de desvinculação com a produção agrícola cafeeira (em decadência no estado), atraindo o capital comercial e o bancário para uma rentabilidade de segurança. Outra parte do capital se transforma em inversões em indústrias e no setor de transportes, mesmo com a escassez de liquidez e declínio do mercado regional fluminense (TANNURI, 1977).

A acumulação de capital dentro da empresa agrícola cafeeira, ou proveniente do acúmulo mercantil oferecido pelo mercado externo, somado à presença de bancos sediados na cidade, ao mercado consumidor de grandes proporções, presente na região tributária do estado, ao aparato de infraestrutura servido pela rede de ferrovias, à implementação da energia a vapor como força motriz, ao peso administrativo da capital federal e à estrutura portuária, facilitando o sistema logístico para o acesso às matérias primas e as máquinas necessárias à produção fabril, criaram, assim, as condições para o surgimento do capital industrial na cidade.

Além da inversão de capital, oriundo direta ou indiretamente da economia cafeeira em crise, outros fatores foram também importantes para criar condições favoráveis ao investimento industrial têxtil no Rio de Janeiro. Como, por exemplo, a ampliação do mercado de trabalho, a presença de políticas tarifárias oferecendo certo grau de protecionismo, as mudanças legislativas que facilitaram a organização empresarial e a disponibilidade de bens de capital no

mercado internacional, o que favoreceu a incorporação de progresso tecnológico, devido ao fato de que economias centrais já se encontravam na fase do capitalismo monopolista e, portanto, o desenvolvimento industrial periférico não ameaçaria a estrutura do mercado internacional (OLIVEIRA, 2006).

As primeiras indústrias presentes no Rio de Janeiro vão possuir porte relativamente grande, dado as condições tecnológicas, que demandavam dimensões mínimas nas plantas industriais, e jurídicas, uma vez que precisavam de comprovar seu autofinanciamento ao Governo (TANNURI, 1977, p.15). A Companhia do Progresso Industrial do Brasil (CPIB) é um exemplo de indústria que surge, ainda em 1889, como um empreendimento vultoso, composto por 1.200 teares, máquinas de alvejar, tinturaria e estamperia, com motores do tipo *compound* britânicos, que garantiam 1.900 cavalos-força, e com capacidade para empregar até 1.600 operários. Outros exemplos de indústrias que surgiram no estado do Rio de Janeiro, no mesmo período, são: Fiação e Tecidos Aliança (1880), a Confiança Industrial (1885), a Fiação e Tecidos Carioca (1886), a Fiação e Tecidos Corcovado (1889), a Fábrica São Cristóvão (1889), a Fábrica Cruzeiro (1891) e a Fábrica Bonfim (1891). Tais empresas figuraram com centralidade no setor industrial do Rio de Janeiro, de modo que o censo de 1920 registra que as empresas têxteis fundadas até 1889 representavam 72,9% do capital investido em 1920 (OLIVEIRA, 2006).

Todo o processo de transformações urbanas que a cidade do Rio de Janeiro passou estava conectado com as transformações no padrão de acumulação de capital que a economia carioca apresentava. Como já assinalado, a cidade do Rio de Janeiro, quando se inicia o período republicano brasileiro, ainda se encontrava como uma cidade colonial-mercantil passando por um inchaço populacional decorrente das transformações sociais recentes. Portanto, a nível local, haviam limitações para implantação da indústria fabril relacionados a forma e funcionalidade de sua organização espacial.

Márcio Piñon de Oliveira (2006) aponta que a falta de estrutura produtiva da cidade carioca vai ser um dos motivos para que as primeiras indústrias se localizassem nos contrafortes da Serra do Mar, que, nos moldes weberianos, ofereciam pesos locacionais mais importantes devido às fontes de água que a região oferecia, uma vez sobrepondo a distância do mercado consumidor uma menor influência locacional à instalação de empresas como a Santo Aleixo

(1849), a Brasil Industrial (1872), a Petropolitana (1874), a São Pedro de Alcântara (1874) e a Pau Grande (1878).

Além da dependência da energia hidráulica, essas empresas buscavam se aproveitar do fluxo de imigrantes que a região serrana recebia, para o abastecimento da demanda por força de trabalho, mercado ainda incipiente no período. Já as empresas que buscaram se localizar no núcleo urbano do Centro da cidade do Rio, em sua maioria estavam ligadas ao artesanato e à manufatura, e não à indústria têxtil.

Entretanto, com o surto industrial a partir da década de 1880, a cidade do Rio de Janeiro passa a receber maior número de empreendimentos fabris, cuja menor dependência da energia hidráulica, dado o desenvolvimento da energia a vapor, tornou o porto e a força de trabalho presente na cidade variáveis de maior peso locacional. Por outro lado, o crescimento da produção industrial também passa a moldar a organização espacial do Rio, de maneira mais direta, em áreas onde o Estado não se fazia tão presente, como é o caso da Companhia do Progresso Industrial do Brasil (CPIB), que a despeito das demais indústrias do período não se instalou na periferia urbana do Centro, mas nas freguesias rurais da cidade.

Oliveira (2006) nos esclarece, a partir da experiência da CPIB, como alguns arranjos espaciais<sup>24</sup> foram diretamente condicionados a partir do processo de acumulação de capital industrial. O corpo social, cujas bases de poder já estavam estabelecidas, mesmo em condição de transformação dos elementos institucionais e de surgimento de subgrupos sociais com maiores interferências políticas, conservou as relações conflituosas entre os agentes sociais, sobrepondo ao capital industrial a capacidade de estabelecer maiores interferências nas ações que conectam as funções sociais e sua forma geográfica, através da importância do processo produtivo na fase do modo de produção vigente e das especificidades da acumulação presentes no Rio de Janeiro neste período podendo ser responsável direto pela configuração espacial de determinados conjuntos de lugares. A configuração espacial assim resultante se aproxima da análise de Milton Santos (2020) ao se configurar, portanto, como fruto da combinação entre tais variáveis – de sua interação localizada –, cuja continuidade é consequência dos encadeamentos dependentes de condições precedentes (SANTOS, 2020, p.37).

---

<sup>24</sup> Arranjo espacial está sendo considerado pelo estudo como uma configuração espacial característica às determinações específicas daquele local.

Nesse sentido, diferentes momentos do padrão de acumulação são capazes de gerar diferentes arranjos espaciais. Quando o capital industrial ascende à disputa do ambiente político-econômico, consegue um papel de coordenação da organização espacial através da imobilização de sua força de trabalho, do oferecimento das condições de reprodução da força de trabalho e da determinação das condições de sociabilidade vigentes, fazendo da fábrica o centro da estrutura organizacional do espaço.

A Fábrica Bangu (CPIB), por exemplo, além da criação de vilas para os trabalhadores fabris, controlava os meios de produção industrial e os meios de reprodução de mão de obra, estimulando a fixação da população através da produção agrária em sistema de parceria e arrendamento. Assim, a fábrica consolidou a transformação espacial da região a partir de três arranjos, de acordo com as transformações das fases de acumulação de capital: fábrica- fazenda, cidade-fábrica e fábrica da cidade.

A introdução da produção industrial em um cenário rural, em um período no qual a acumulação mercantil e colonial ainda condicionava a vida urbana no Rio de Janeiro, demandava uma acomodação espacial às necessidades produtivas do setor. Nesse sentido, as condições naturais e, portanto, as matérias primas ainda eram importantes fatores locais para as empresas, sobretudo têxteis, dependentes de água para sessões de branqueamento, tinturaria, estamperia e condensação. Assim, o capital industrial, representado pela atuação da Diretoria da Companhia do Progresso Industrial do Brasil (CPIB), buscou subordinar a vida rural em favor da valorização de seu capital.

A compra de 3.600 hectares de terras por parte da CPIB assegura a administração de dois mananciais por parte da Companhia (o da Serra do Mendanha e de Bangu), inicia esse processo de acomodação da estrutura rural ao processo produtivo industrial e permite a instalação da produção de algodão, embora tenha durado apenas dois anos, entre 1890 e 1892, devido à baixa produção frente às necessidades da empresa. Oliveira (2006) nos mostra que a diretoria, além de dar fins econômicos às terras, buscava preservar os mananciais e garantir o fornecimento de força de trabalho, via arrendamento de terras e parcerias produtivas. A remontagem do Engenho na Fazenda do Retiro, é um exemplo de tentativa de manter os rendeiros de terra que existiam nas fazendas para proteção das terras e mananciais, além de fomentar o mercado de futuros trabalhadores da fábrica (OLIVEIRA, 2006, p.7-8).

Por meio de Eulália Lobo (1978b) vemos que principalmente no período entre 1888 e 1897, devido “à crise do café, ao Encilhamento, às Revoltas na Armada e no Sul” (LOBO, 1978b, p. 503), houve uma alta do custo alimentício, que afeta todos os setores econômicos elevando o custo de reprodução da força de trabalho. Ademais, a Companhia do Progresso Industrial do Brasil (CPIB), buscando se blindar da elevação do custo de mão de obra, passa a convidar famílias residentes da zona rural a morarem em suas terras, com incentivos à produção agrícola, de modo que a partir de 1895 e, principalmente, de 1900, há um reforço da estrutura de produção de alimentos com a construção de um novo engenho (OLIVEIRA, 2006).

Lobo (1978b) descreve o comportamento dos custos salariais na fábrica: entre 1892 e 1893 todas as categorias de trabalhadores da CPIB tiveram alta dos salários. Nos dois anos subsequentes, a elevação se reduziu a apenas algumas categorias. Em 1898 houve uma inversão, caracterizada pelo declínio de todas as categorias, exceto dos trabalhadores ligado à cardação, cuja média salarial se manteve.

A baixa refletia o término da influência do Encilhamento sobre a expansão industrial. A falta de crédito que já se manifestava em 1900, a retração do mercado interno, a valorização da moeda e o aumento de importações provocavam uma recessão. A indústria de tecidos em particular sofria da alta dos preços. O aumento salarial atingiu somente algumas categorias salariais em 1904, porém em 1905 abrangeu todas. Em 1907 os salários continuavam a elevar-se, com exceção da seção de teares. Em 1909 houve uma crise e descenso salarial, motivando greves (LOBO, 1978b, p.504).

Ainda a partir de Lobo (1978b), verifica-se que o início do século XX é marcado por uma alteração no padrão de empreendimentos fabris localizados no Rio de Janeiro, onde suas primeiras indústrias se concentravam sobretudo no setor de tecidos e passaram a surgir fábricas ligadas ao consumo local, como de alimentos e artesanato. Em 1908, o Rio de Janeiro já contava com 726 empreendimentos industriais. Delas 216 eram pequenas fábricas, com até 5 trabalhadores, voltadas para atividades artesanais. Eram 306 médias fábricas, tendo entre 6 e 40 trabalhadores, e 204 grandes empreendimentos fabris, com mais de 40 trabalhadores (LOBO, 1978b, p. 488). O que não implica em redução das atividades têxteis no estado, pois ocupava o segundo lugar no Brasil, após São Paulo, na fabricação de lã, seda e algodão.

O subúrbio do Rio de Janeiro vai ser impactado pela marginalização da população, pelo desenvolvimento das ferrovias no estado e pela expansão da atividade industrial. Bairros como Jacarezinho, Maria da Graça, Del Castilho e Bangu receberam fábricas como a General Electric em 1921, a Cisper em 1917, a própria Companhia Progresso Industrial do Brasil em 1889 e a

Companhia Nacional de Tecidos Nova América, no ano de 1924. Porém, a falta de fiscalização e ações ativas do Estado fez com que empresas buscassem controlar a vida dos moradores do bairro e trabalhadores das fábricas (AZEVEDO, 2016).

As reformas urbanas iniciadas por Pereira Passos visavam a modernização da cidade via reformulação espacial, principalmente, de sua região central. No limite do Distrito Federal, Bangu teve seu processo de urbanização diretamente ligado à atuação da CPIB, o que, somado às condições naturais e à estrada de ferro, favoreceu o surgimento de outras indústrias na região da antiga Freguesia de Campo Grande. O arranjo espacial de cidade-fábrica discutido por Márcio Piñon de Oliveira (2006) surge nesta nova fase da acumulação industrial, onde em vez da produção agrícola e da proteção das fontes hídricas, as melhoras das infraestruturas do núcleo urbano fabril passam a ser os objetivos da diretoria da CPIB, que, segundo o autor, estabelece em 1907 um contingente de força de trabalho residindo ao redor da fábrica equivalente a 6.347 pessoas.

A urbanização de Bangu por parte da Companhia do Progresso Industrial do Brasil servia como principal instrumento de imobilização de mão de obra. No ano de 1904 a empresa implementa um projeto de melhoria do sistema de esgoto, passa a permitir construções de casas em alvenaria particulares dentro de suas terras e cria um mercado permanente para que rendeiros e produtores locais comercializassem seus produtos, o que Oliveira (2006) aponta como estopim para criação do Bangu *Athletic Club*, pois o campo de futebol que servia de espaço para comercialização dos produtos agrícolas locais foi liberado pelo mercado permanente, permitindo a institucionalização do esporte que, segundo Molinari (2004), já era praticado, de maneira informal, desde 1894 por parte dos trabalhadores da CPIB.

O melhoramento da infraestrutura ligada à energia e aos transportes ocorrida no Rio de Janeiro neste período, isto é, a expansão da energia elétrica e da malha ferroviária, favorece a urbanização promovida pela CPIB, que, em 1905, substitui bondes e vagonetes por uma locomotiva e quatro vagões de carga, implementa um sistema de iluminação elétrica, que só vai se expandir de fato a partir de 1910, com a instalação de transformadores da *Rio de Janeiro Tramway Light and Power Company*. A partir de 1907 inicia reformas de estradas existentes e abertura de novas ruas paralelas e perpendiculares às mesmas, de forma a resultar em uma simetria, de um lado, entre a fábrica e a vila operária e, do outro, a Estação de Bangu e a Estrada de Ferro.

Este processo de urbanização consolida o arranjo de Cidade-Fábrica apontado por Oliveira (2006), cujo resultado esteve atrelado ao estreitamento das relações capital-trabalho, onde o aumento da escala de produção capitalista do centro industrial do Rio de Janeiro permitiu a consolidação de um modelo espacial urbano-fabril, que após a disseminação da luz elétrica na vida social de Bangu resulta na criação da linha circular e no aumento do número de viagens de trens para Bangu, amplia-se a demanda por terra em Bangu, o número de trabalhadores da Companhia duplica na década de 1910, passando de 1.286 em 1904 para 2.754 em 1912, que por sua vez gerou aumento da renda de imóveis, afinal se construíam casas em terrenos muitas vezes alugados pela Fábrica, o que, por outro, lado aumentou indiretamente a procura por terras rurais para a produção agrícola para abastecimento desta população (OLIVEIRA, 2006, p. 11-12).

Ou seja, o arranjo espacial da cidade-fábrica em vez de gerar decadência para a estrutura rural, a impulsionou para a produção de alimentos, abastecendo o mercado local. Contudo, a expansão da demanda social por terras e necessidade de imobilização da mão de obra fabril, gerada pela expansão têxtil, levou à maximização da estratégia de estímulo ao arrendamento de terras por parte da CPIB, que no limite gerou uma escassez social de terras ao se chocar com a concentração das mesmas por parte da Companhia, fazendo com que a expansão urbana passasse a incorporar áreas cada vez mais periféricas, além de esgotar a estratégia de arrendamento nos anos 1930.

Em contrapartida ao cenário de exclusão observado pelas reformas urbanas no Centro do Rio de Janeiro, a urbanização implementada pela Companhia do Progresso Industrial do Brasil (CPIB) visava a imobilização de mão de obra nas proximidades da fábrica. Logo, um padrão de urbanização excludente não seria o ideal para a consolidação de um mercado da força de trabalho, de modo que a urbanização se via como um caminho para a redução dos custos de reprodução de mão de obra, reduzindo a pressão sobre salários. A relação entre a Fábrica e o Bangu A.C. podem nos dar uma possível dimensão da diferença existente entre os padrões de urbanização ocorridos no Rio de Janeiro no mesmo período.<sup>25</sup> O ponto de convergência entre

---

<sup>25</sup> Quando o futebol se tornou competitivo e uma fonte de renda, a CPIB passou a oferecer benefícios para trabalhadores-jogadores, deslocando-os para trabalhos menos cansativos em dias de treino no Bangu A.C., que, com o desenvolvimento do futebol na cidade, passou a ser um caminho de prestígio social. Ademais, o Bangu A.C. possui papel relevante na inserção social de grupos étnicos historicamente inferiorizados, como aqueles marginalizados pelo projeto civilizatório em curso no Rio de Janeiro, inserindo ainda em 1904 em sua equipe

os padrões de urbanização é, contudo, a manutenção da acumulação de capital como centralizadora para as condições materiais de sociabilidade. Sendo assim, enquanto a transformação da realidade urbana no Centro se sustentava pela valorização do capital imobiliário, comercial, em Bangu a urbanização ocorria em favor da acumulação de capital industrial.

A CPIB foi capaz, portanto, de subordinar o espaço ao processo de acumulação industrial, via apropriação da vida rural presente, seja através da produção agrícola de alimentos, de matéria-prima e fonte energética, ou pelo processo de arrendamento e parcerias, se utilizando do trabalho de fazendeiros e trabalhadores rurais para manutenção do território e fomento do mercado de trabalho fabril. Ademais, sua estratégia visava a subordinação da força de trabalho à vida fabril dentro do processo produtivo, mas também a partir de suas condições de sociabilidade e reprodução, através das melhorias de infraestrutura urbana, construção de escolas, prestação de serviços de segurança e lazer.

No entanto, este processo de crescimento industrial ocorria ainda à margem da centralidade da produção cafeeira na economia brasileira. Wilson Cano (1981) aponta que, apesar da diversificação da atividade industrial no Rio de Janeiro, onde o capital comercial pôde se transformar implantando indústrias de grande porte, principalmente a têxtil, compondo cerca de 38% da produção industrial do país, a decadência da economia cafeeira encolhia não só seu potencial de acumulação, como também parte de seu mercado exterior. Isto é, havia uma dependência mútua entre o capital industrial e o cafeeiro - este oferecia as condições para o desenvolvimento para aquele e, ao mesmo tempo, impunha seus limites.

É o que Mello (1982) observa: de um lado a acumulação cafeeira oferece condições para a indústria se desenvolver parcialmente, sobretudo produzindo bens de consumo ligados à reprodução da força de trabalho empregada no setor exportador. E, por outro lado, a indústria depende da economia cafeeira duplamente, pois necessita que haja capacidade para importar bens de produção, gerada, no geral, pelo capital cafeeiro, e há ainda uma incapacidade do setor

---

principal o jogador negro Francisco Carregal, em um cenário em que o esporte era praticado hegemonicamente por estudantes europeus brancos e, além disso, em 1907 cria a Taça João Ferrer (nome do diretor-chefe da Cia Progresso Industrial do Brasil), que pode ser considerada uma resposta à entidade responsável pelo futebol no Rio de Janeiro, pois, como a Liga de Desportos Terrestres Metropolitano impediu a inscrição de 'jogadores de cor' no campeonato carioca do ano, o clube decide não participar deste campeonato e criar a Taça João Ferrer sem impedimentos de inscrição de jogadores negros. (AZEVEDO, 2018).

industrial gerar seu próprio mercado e crescimento, uma vez que a renda interna gerida pela economia cafeeira está atrelada às condições do mercado externo, do ponto de vista de sua realização, mesmo com a ampliação dos gastos públicos e com o processo de urbanização. (MELLO, 1982, p. 105-109).

Embora a produção industrial tenha crescido desde o fim do século XIX até o momento da Grande Depressão de 1929, o período ainda é marcado pela prevalência do complexo exportador cafeeiro na economia brasileira. As políticas de valorização do preço do café sustentaram a lucratividade do setor, o que oferecia incentivos à acumulação cafeeira, de forma que o período pré-crise é marcado por um intenso crescimento da produção cafeeira no país, “entre 1925 e 1929 tal crescimento foi de quase cem por cento” (FURTADO, 2003, p.178), enquanto a demanda pelo produto não se alterara, de tal forma que as exportações tenham se mantido estabilizadas. O argumento de Furtado (2003) é que a manutenção da lucratividade cafeeira, no longo prazo, fez com que a saturação do mercado, pelo lado da demanda, gerasse desequilíbrios por parte da oferta, de maneira a acumular estoques cada vez maiores do produto, cujo valor ultrapassa, em 1929, os 10% do produto territorial bruto (FURTADO, 2003, p.181), aprofundando a problemática de baixos preços internacionais. Estoques tais financiados à custa de empréstimos externos que ofereciam os meios de pagamento para retirada do excedente de café do mercado.

A grande depressão do final da década de 20 revelou a fragilidade de um Estado cuja principal fonte de renda depende do comércio exterior. O preço do café caiu de 22,5 centavos de dólar, em setembro de 1928, para 8 centavos de dólar, em setembro de 1931. O comércio exterior do Brasil restringiu-se de forma dramática: as exportações despencaram de 446 milhões de dólares, em 1929, para 181 milhões, em 1932, e as importações caíram de 417 milhões de dólares, em 1929, para 108 milhões, em 1932. Sem moeda forte e com reduzidas receitas de exportação, o país não podia pagar sua dívida externa; a remessa de ouro foi uma solução apenas temporária, que levou à dissipação das reservas no final de 1931. "A relação entre o serviço da dívida pública e as exportações cresceu de (...) 15% para (...) 43% no período mais sério da depressão (1932-33). O Brasil parou de pagar em setembro de 1931, quando o serviço da dívida chegou a 30% das exportações” (NUNES, 1997, p.61).

Se, pelo lado de maior acumulação de capital na economia brasileira, a produção cafeeira fluminense se esvaziou, por outro lado, do ponto de vista urbano, a Reforma Passos

iniciou um processo de modernização que alcança, entre as décadas de 1920 e 1960, seu período de maiores transformações, se conectando à estrutura urbana demandada pela atividade industrial, seguindo as metamorfoses da acumulação de capital no estado.

#### 4.3 AS IMPLICAÇÕES ESPACIAIS DAS TRANSFORMAÇÕES DO PADRÃO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA A PARTIR DA DÉCADA DE 1930

Durante todo o período republicano analisado até aqui, nomeado de República Velha (1889-1930), o País foi caracterizado pelo conservadorismo, poder oligárquico, através da política do café com leite e por seu apelo regionalista - cujo poder se via descentralizado e em esfera local, por meio de clientelismo e coronelismo. Porém, na década de 1920 inicia-se a decadência dessa estrutura de poder político, com o surgimento de atores sociais no cenário de influências, como as classes médias urbanas, os militares, os intelectuais, a incipiente burguesia industrial e os operários.

Nesse período, várias crises políticas coexistiram com debates que refletiam as tensões entre o sistema oligárquico, personalista e clientelista, e demandas por uma ordem pública universalista. Os movimentos tenentistas, capitaneados por oficiais brasileiros, foram alguns dos exemplos das demandas sociais, que uniram o descontentamento, no caso com precariedade das Forças Armadas - instituição em evidência, dado ao período recente de Guerra Mundial -, com a instabilidade política, cujo cenário se pautava em torno da necessidade de uma ordem burguesa moderna, em oposição à ordem privatista tradicional e a instabilidade econômica, gerada pela Crise de 1929, resultando na Revolução de 1930 (NUNES, 1997).

A conjuntura social a partir da década de 1930, como verifica-se em Zullo (2019), parecia abrir a possibilidade de alterar o sentido e o caráter das estruturas culturais, sociais, econômicas e políticas no Brasil, no sentido de transformar a organização social historicamente caracterizada pela segregação, pelos privilégios e pelo autoritarismo.

Na esfera trabalhista, o movimento sindical, já havia conquistado direitos ainda ao longo da década de 1910, cuja marca principal foram as greves gerais de 1917 e 1919, em São Paulo. Os tenentes intensificaram a demanda social por transformações, tanto que Luiz Carlos Prestes, o principal líder do movimento, se tornou um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Na esfera artística, representada pela Semana de Arte Moderna, criticava-se o *status quo* vigente e se propunha ideais mais democráticos e progressistas. O movimento negro é organizado e institucionalizado, também em São Paulo, através da Frente Negra do Brasil (FNB), em 1931 e transformado em partido político em 1936, visando tirar o meio negro da apatia e expor aspirações e reivindicações integracionistas de teor igualitário, que em última

instância manifestava a insatisfação da comunidade negra com a estrutura tradicional das relações raciais e buscava ganhos visíveis à realidade social por meio da política.

O engajamento da classe trabalhadora europeia em atividades sindicais brasileiras, ainda segundo Zullo (2019), muitas vezes orientado por ideais anarquistas e comunistas, rompe com aquela visão prioritária por trabalhadores brancos europeizados que a elite brasileira possuía e a absorção de trabalhadores nacionais (cujo filtro racial permaneceu intrínseco) passa a se caracterizar como forma de proteção da lucratividade e da ordem social burguesa no país. As greves gerais de 1917 e 1919, por exemplo, foram interpretadas como uma ameaças às elites brasileiras, acostumadas com a postura violenta e arbitrária construída durante os quase quatro séculos de escravidão. Dessa forma, o trabalhador brasileiro, que antes era considerado pouco afeito ao trabalho, sobretudo ao trabalho fabril, ao longo da década de 1920, passou a ser valorizado como um trabalhador mais persistente, frente às reivindicações.

Do ponto de vista econômico, o período de recuperação da crise de 1930, sobretudo a partir de 1933, até a década de 1950 foi marcado pelo processo de substituição de importações, onde “tanto a acumulação industrial-urbana quanto a renda fiscal do governo se desvinculam da acumulação cafeeira e daí em diante submetem-se aos destinos e interesses do desenvolvimento urbano-industrial” (TAVARES, 1986, p. 101). Observou-se uma redução absoluta da capacidade de importar, juntamente ao intenso crescimento industrial.

É neste período, considerado de industrialização restringida, que elementos contraditórios explicam a dinâmica de crescimento da economia: o processo de expansão industrial comanda o movimento de acumulação, no qual segmento urbano é o determinante principal das condições de demanda efetiva e da realização dos lucros, enquanto há uma insuficiência produtiva no setor industrial, sobretudo no de bens de produção, para manter um crescimento sustentado na própria demanda, isto é, a estrutura técnica e financeira do capital continua a oferecer os limites endógenos de sua própria reprodução ampliada.

Dessa forma, como a dinâmica de crescimento que se configurou era dependente das condições do setor de bens de consumo assalariado e se estende para o setor de bens de produção, ambos protegidos pela incapacidade de importar até o fim da Segunda Guerra. Ademais, verificou-se pela primeira vez na história da indústria brasileira que o incremento de produção permitiu reproduzir a força de trabalho e parte do capital industrial, num movimento endógeno de acumulação - a partir do mercado interno (TAVARES, 1986).

Embora o padrão de acumulação de capital que se desenhava favorecesse a acumulação urbano-industrial, o Governo Vargas ficou caracterizado pela tentativa de conciliar interesses divergentes e antagônicos. Edson Nunes (1997) aponta que, apesar da centralização do poder em âmbito federal, o novo regime buscou articular os grupos rurais, os grupos industriais emergentes, os militares, os profissionais de classe média e os operários, gerando políticas estatais em diversas direções, visando o universalismo de procedimento. Nesse sentido, resultou-se medidas para proteger a indústria e incorporar os trabalhadores à dinâmica urbano-industrial e, também, para proteger a burguesia cafeeira e modernizar o aparelho de Estado. Para tal medidas foram implementadas no seguinte sentido:

a) intervenção estatal na economia, através da criação de agências e programas, políticas de proteção ao café e transferência de todas as decisões econômicas relevantes para a esfera do governo federal; b) centralização política, reforma administrativa, racionalização e modernização do aparelho de Estado; c) redefinição dos padrões de relacionamento entre oligarquias locais e estaduais, intensificação das trocas entre o governo federal e os grupos estaduais, com a simultânea centralização dos instrumentos para o exercício do clientelismo; e d) incorporação do trabalho em moldes corporativos (NUNES, 1997, p.49).

Nesse sentido, Abreu (2006) aponta para a falta de poder político e material sobre os meios de produção daqueles que lograram os movimentos que culminaram na Revolução de 1930, resultando numa tentativa - falha - de coalizão das diferentes classes sociais presentes, e no momento de insustentabilidade, instaurou-se o regime ditatorial varguista. Por isso, o Governo assumia, por vezes, posições contraditórias: ao oferecer uma rede de proteção social à classe trabalhadora, por meio do salário mínimo, do estabelecimento da jornada de trabalho de 8 horas, da proibição do trabalho de menores de 14 anos, do repouso semanal obrigatório, das férias remuneradas, da indenização por dispensa sem justa causa, da assistência e licença remunerada à gestante, o Estado, por outro lado, controlava a organização sindical, cerceando liberdades da classe através do Ministério do Trabalho. Concomitantemente, o Governo ao mesmo tempo em que abria espaço político-econômico para a burguesia industrial, oferecia ainda estímulos à produção cafeeira, o que se manteve, em certa medida, até o fim da Segunda Guerra Mundial, quando a burguesia assumiu a hegemonia do cenário econômico.

Mas, apesar dos movimentos contraditórios por parte do Governo Vargas, Oliveira (2003) argumenta, de maneira mais ampla, que a Revolução de 1930 significou uma reestruturação das esferas de poder social, onde novos subgrupos sociais ascenderam à disputa

pela hegemonia e o Estado passou a cumprir novos papéis de acordo com as relações de produção que entraram em vigor no período de recuperação da Grande Depressão, demandando a implementação de novas regras do jogo econômico e condições para criação do mercado interno. Nesse sentido, buscou-se penalizar os custos e a rentabilidade dos fatores alocados na economia agrário-exportadora, seja através do confisco dos lucros, como no caso do café, ou por meio da elevação do custo dos empréstimos destinados à atividade agrária, favorecendo assim a acumulação industrial. O autor aponta três aspectos fundamentais para que o processo capitalista-industrial se consolide no Brasil: a regulamentação dos fatores, a intervenção do Estado na economia e o papel que a agricultura assume dentro da nova articulação de capitais.

A regulamentação da relação capital-trabalho se apresenta como a mais importante para a consolidação da dinâmica capitalista, na visão de Francisco Oliveira (2003). Para além de medidas corporativas, o autor observa a institucionalização do Ministério do Trabalho, da Justiça do Trabalho, os institutos de previdência social e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) como fatores fundamentais para o processo de acumulação que se instaura a partir da década de 1930 - o modo de acumulação industrial. Por conseguinte, para que houvesse a consolidação de um mercado de trabalho industrial, demandava-se a transformação da crescente população urbana em exército de reserva capitalista, na qual a instauração de um salário-mínimo apresentou-se como base para o cálculo médio de custos para os empresários, igualando pela base o mercado de trabalho, reduzindo os custos para trabalhadores mais especializados, o que beneficiou a acumulação. A legislação trabalhista ao instaurar o salário-mínimo, embora não tenha reduzido o nível salarial e sim convergido os níveis salariais médios dos novos trabalhadores, favoreceu, portanto, a formação de um amplo mercado de trabalho necessário para a acumulação industrial.

Tavares (1986) vai ao encontro desse argumento, ao pontuar que o salário-mínimo urbano legal evitou a queda brutal do poder de compra das massas urbanas semiproletarizadas e manteve o ritmo de crescimento da demanda urbana corrente, sobretudo no setor de bens de consumo assalariado. E, no “setor de bens de produção e para toda a indústria fortemente empregadora de mão-de-obra, o salário-mínimo funcionava como um controle e uma barreira à possível pressão dos setores operários mais organizados sobre seus custos de produção” (TAVARES, 1986, p. 107).

Levando em consideração o contexto inflacionário que se deflagrou entre 1930 e a implementação da legislação trabalhista em 1943, verificam-se as bases de tais argumentos. A relação existente entre setores industriais - bens de consumo assalariado e bens de produção - determinou o crescimento do proletariado urbano industrial e a expansão das margens de lucro e de acumulação no setor industrial, fazendo com que a demanda por bens e matérias-primas agrícolas crescesse (e, conseqüentemente, o crescimento da necessidade de expansão da fronteira agrícola, da disputa por terra, capital e recursos e do êxodo rural), o que não prejudicou a acumulação urbana, mas acentuou a queda do poder de compra dos salários. Porém, a maior comercialização no mercado interno - causada pela proteção externa ao setor industrial oferecido pela crise e pela Guerra - modifica os preços relativos em favor da acumulação de capital, isto é, uma pressão inflacionária e aumento de arrecadação, juntamente com a queda contínua do poder de compra dos salários básicos.

Evidencia-se, portanto, que a regulamentação do fator trabalho foi importante para que a acumulação de capital se mantivesse, pois tanto os elementos de custo (salários), quanto de demanda (renda efetiva) assumiram caráter de complemento, em vez de excluir-se, mantendo o nível de renda corrente e nivelando por baixo os níveis salariais, além de introduzir as relações de trabalho corporativas.

Além disso, a absorção de trabalhadores pobres e negros pela estrutura industrial, principalmente a partir da década de 1930, possui um componente ligado à naturalização de desigualdades e invisibilização das violências sofridas pela comunidade negra no Brasil. Silvio Luiz de Almeida (2019) argumenta que o discurso de democracia racial surge como uma reorganização das estratégias de dominação econômica, política e racial - presentes no período colonial e da Primeira República -, adaptadas à circunstância histórica capitalista-urbano-industrial, devido sobretudo ao aparato institucional que garantiu direitos à classe trabalhadora urbana em formação e tornou o preconceito racial em contravenção. Nesse sentido, embora tenha oferecido uma importante base legislativa concreta de proteção social aos trabalhadores, o trabalhismo no período de industrialização teria servido como ideologia política da democracia racial, ao levar à real subordinação do trabalho pelo capital industrial, uma vez que a institucionalidade invisibiliza as diferenças raciais presentes socialmente e a identidade dos trabalhadores passa a ser formada pelas condições de produção capitalistas (ALMEIDA, 2019, p. 179-182).

Já na análise sobre a intervenção estatal na economia, Oliveira (2003) expõe que o Estado brasileiro, ao controlar preços, administrar a distribuição dos rendimentos de mercado entre os setores capitalistas e direcionar gastos fiscais e subsídios, visou reestruturar o modo de acumular capital. Exemplos como a legislação trabalhista regulando o preço do trabalho, os investimentos em infraestrutura, o confisco do controle da política do café, através da criação do Conselho Nacional do Café, a redistribuição dos lucros econômicos entre subgrupos de classes capitalistas, seja na forma de rebaixamento do custo de capital, como o subsídio cambial para as importações de equipamentos para as empresas industriais, seja na forma da expansão do crédito a taxas de juros negativas reais e os investimentos diretos na produção, por meio da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e da Companhia do Vale do Rio Doce, a partir de 1930, sustentam o argumento de que o Estado tendeu a transferir recursos e ganhos econômicos para a empresa industrial, oferecendo-lhe centralidade.

A intervenção na economia, que segundo Nunes (1997) se dividiu em três maneiras,<sup>26</sup> dependia da criação de instrumentos de financiamento, supervisão, subsidiação e controle, que começaram a ser criados no início dos anos 30 e consolidados a partir de 1937. O Departamento Administrativo do Setor Público (DASP) é um dos exemplos de instituições estatais, que cumpriam essas funções e retrata o nível de complexidade que o Estado brasileiro alcançou até 1942, como mostram as tabelas 5 e 6, evidenciando variedade de agências e funções existentes.

---

<sup>26</sup> “a) criação de agências regulatórias e adoção de políticas regulatórias; b) criação de institutos e agências estatais para a defesa econômica de determinados produtos e indústrias; c) criação de empresas estatais e autarquias.” (NUNES, 1997, p.55).

**TABELA 5 - Indústrias e serviços pertencentes ao Estado e administrados pela burocracia estatal - 1942.**

| Civis                       | Manufatura                          |                                       |                   | Circulação                           |   | Imprensa e Divulgação                                    |                  |                                    |
|-----------------------------|-------------------------------------|---------------------------------------|-------------------|--------------------------------------|---|--|------------------|------------------------------------|
|                             | Militar                             |                                       |                   | Comunicação                          | Transporte                                      | Civil  | Militar          | Pesquisa                           |
|                             | Exército                            | Marinha                               | Aeronáutica       |                                      |   |  |                  |                                    |
| Casa da Moeda               | Arsenal de Guerra General Câmara    | Arsenal de Marinha da Ilha das Cobras | Fábrica do Galeão | Departamento dos Correios Telégrafos | Estrada de Ferro Bahia Minas                    | Imprensa Nacional  | Imprensa Militar | Instituto de Biologia Animal - IBA |
| Fábrica Nacional de Motores | Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro | Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro  |                   |                                      | Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte | Instituto de Química Agrícola - IQA                      |                  |                                    |
|                             | Fábrica de Andaraí                  |                                       |                   |                                      | Estrada de Ferro Bragança                       | Laboratório da Produção Mineral - LPM                    |                  |                                    |
|                             | Fábrica de Bonsucesso               |                                       |                   |                                      | Estrada de Ferro Goiás                          | Instituto Oswaldo Cruz - IOC                             |                  |                                    |
|                             | Fábrica de Curitiba                 |                                       |                   |                                      | Estrada de Ferro Madeira-Mamoré                 | Laboratório Nacional de Análises - LNA                   |                  |                                    |
|                             | Fábrica de Itajubá                  |                                       |                   |                                      | Estrada de Ferro Maricá                         | Gabinete de Fisioterapia e Radiologia da Polícia - GFRPM |                  |                                    |
|                             | Fábrica de Juiz de Fora             |                                       |                   |                                      | Estrada de Ferro São Luiz - Teresina            | Instituto Nacional de Tecnologia - INT                   |                  |                                    |
|                             | Fábrica de Material de Transmissões |                                       |                   |                                      | Estrada de Ferro Tocantins                      | Instituto Nacional de Óleos - INO                        |                  |                                    |
|                             | Fábrica Getúlio Vargas              |                                       |                   |                                      | Rede de Viação Férrea Federal Leste Brasileiro  |  |                  |                                    |
|                             | Fábrica do Realengo                 |                                       |                   |                                      | Estrada de Ferro D. Teresa Cristina             |  |                  |                                    |
|                             |                                     |                                       |                   |                                      | Porto de Natal                                  |  |                  |                                    |

Fonte: DASP apud NUNES, Edson. A Gramática Política do Brasil. ENAP, Zahar Eds, Rio de Janeiro, 1997, p.58.

**Tabela 6 - Indústrias e serviços pertencentes ao Estado e não-administrados pela burocracia estatal - 1942.**

| A) Autarquias                         |                                    |   |                                      |   |   |
|---------------------------------------|------------------------------------|---|--------------------------------------|---|---|
| Regulação Econômica                   |                                    | Bem-estar   |                                      | Corporações   | Serviços Industriais  |
| Produção                              | Transportes                        | Bem-estar   | Crédito                              | Profissionais                                       |   |
| Instituto Nacional do Pinho - INP     | Comissão de Marinha Mercante - CMM | Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado - IPASE               | Caixas Econômicas Federais           | Ordem dos Advogados do Brasil - OAB                 | Estrada de Ferro Central do Brasil  |
| Instituto Nacional do Mate - INM      |                                    | Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários - IAPI                         |                                      | Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura - CFEA | Estrada de Ferro Noroeste do Brasil   |
| Instituto Nacional do Sal - INS       |                                    | Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários - IAPB                             |                                      |   | Rede de Viação Panamá - Santa Catarina                                      |
| Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA |                                    | Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes - IAPC                          |                                      |   | Lloyd Brasileiro  |
| Departamento Nacional do Café - DNC   |                                    | Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas - IAPETEC |                                      |   | Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Rio de Janeiro |
|                                       |                                    | Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos - IAPM                             |                                      |   |   |
|                                       |                                    | Instituto de Aposentadoria e Pensões da Estiva - IAPE                                 |                                      |   |   |
|                                       |                                    | Caixa de Aposentadoria e Pensões - CAP  |                                      |   |   |
|                                       |                                    | Serviço de Alimentação da Previdência Social SAPS                                     |                                      |   |   |
| B) Corporações Estatais               |                                    |   |                                      |   |   |
| Financeiro                            |                                    |   | Indústria                            |   |   |
| Instituto de Resseguros do Brasil     |                                    |   | Companhia Vale do Rio Doce           |   |   |
| Banco do Brasil S.A.                  |                                    |   | Companhia Siderúrgica Nacional - CSN |   |   |
| Instituto de Resseguros do Brasil     |                                    |   | Companhia Vale do Rio Doce           |   |   |

Fonte: NUNES, Edson. A Gramática Política do Brasil. ENAP, Zahar Eds, Rio de Janeiro, 1997, p.59.

Historicamente, o aprofundamento da estrutura industrial para a maioria dos países chamados de "industrialização retardatária" - de forma geral, aqueles que não participaram da Primeira Revolução Industrial -, por meio da indústria pesada, ocorreu com o apoio do Estado Nacional, seja através do suporte do grande capital financeiro internacional, seja como parte de sua expansão à escala mundial (TAVARES, 1986, p.109-110). Ademais, a implementação da grande indústria esteve, em raras exceções, sempre ligada à afirmação do nacionalismo, como fator de potência frente às disputas pela hegemonia mundial, possuindo, portanto, além de aspirações econômicas, objetivos militares. No Estado Novo varguista, aprofundou-se a centralização do poder e o intervencionismo econômico e, visando promover o reaparelhamento das Forças Armadas e a implementação de um vasto programa de obras públicas, a siderurgia tornou-se um fator central e indispensável, concretizando o projeto da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda.

O intervencionismo progressivo e característico do período em questão é uma evidência de que, para a consolidação e o aprofundamento das relações capitalistas-industriais, fez-se necessário a presença de um ator considerado por parte da teoria econômica como exógeno ao ambiente econômico e um caminho não natural das forças de mercado na economia brasileira, ocorrendo o que Francisco de Oliveira chama de “destruição da inclinação natural para certo tipo de acumulação” (OLIVEIRA, 2003, p.28), ao penalizar a estrutura agroexportadora frente à acumulação urbano-industrial, oferecendo novas regras ao jogo de forças do mercado.

Por fim, articulou-se um novo papel da agricultura para a nova fase do processo de acumulação de capital. Enquanto principal setor exportador do país, a agricultura deveria satisfazer a demanda produtiva externa por bens intermediários e de capital, ao oferecer seus insumos e matérias-primas ao mercado externo, gerando divisas para a compra de bens de consumo. Por outro lado, enquanto setor de abastecimento de demandas internas, a agricultura deveria satisfazer demandas urbanas visando não elevar os custos com alimentação e matérias-primas. Dessa forma, a questão girava em torno de encontrar um equilíbrio entre o estímulo e o desestímulo para o setor não atrapalhar a acumulação industrial.

Tal desafio foi bem-sucedido, segundo Oliveira (2003), mesmo em situação de instabilidade, por meio de um complexo de soluções: a disponibilidade dos fatores mão de obra e terras, além da viabilização de sua conjunção pela ação do Estado investindo em infraestrutura, principalmente através da rede rodoviária. A expansão horizontal permanente

com baixos, ou nenhum, coeficientes de capital, se apresenta, no entanto, como fator consensual da resolução da problemática agrária. Ou seja, a contínua apropriação do território, expandindo a área de influência do capital na transformação da paisagem geográfica foi o que sustentou, ainda que de maneira instável, o papel da agricultura em segundo plano, para a acumulação urbano-industrial.

Ao compreender a esfera espacial como instância de materialização de todo o corpo social, onde se articulam diferentes elementos, guiados por suas funções e processos sociais, é natural sobrepor à acumulação industrial, que ganha corpo e consolida o padrão urbano-capitalista no Brasil no período, a causa das transformações que sua configuração espacial passou. Observou-se que no Rio de Janeiro o capital industrial, ainda num período maturação diante do cenário nacional, já estava a organizar espacialmente determinados locais, sobretudo onde o alcance do Estado e de suas reformas urbanas (cujo objetivo servia à centralização do ambiente urbano na sociedade e, portanto, indiretamente à acumulação industrial, de acordo com a fase capitalista que se formara) não chegava, como no caso da relação entre a Companhia do Progresso Industrial do Brasil (CPIB) e o bairro de Bangu.

O desenvolvimento urbano da cidade do Rio de Janeiro construiu suas bases por meio da estratificação, cujas reformas urbanas expressavam interesses da formação social de suas elites. No entanto, este tipo de padrão de urbanização passa a entrar em conflito com os interesses e necessidades da acumulação industrial, marcando a contradição da evolução do espaço urbano carioca durante a década de 1930, pois de um lado encontravam-se reformas urbanas, que teoricamente expulsaram e dispersaram a população pobre e, portanto, a mão de obra barata para longe da região comercial, dos empreendimentos e dos postos de trabalho, enquanto do outro lado encontram-se as empresas fabris à procura de absorver trabalhadores a baixo custo, demandando sua imobilização próximas a elas.

O processo de industrialização, somado às inovações do aparelho urbano carioca, altera o padrão de migração da cidade, passando a receber pessoas advindas de outras regiões do país, principalmente de Minas Gerais e de todo o Nordeste, juntamente à tradicional chegada de portugueses à cidade, fizeram com que sua população crescesse aceleradamente, partindo de 1.380mil pessoas em 1930, para 1.747mil em 1940, alcançando 2.336mil habitantes em 1950 e 3.140mil em 1960 (LESSA, 2000, p. 238).

Ademais, o padrão de urbanização implementado, somado à relação do capital imobiliário com o poder público, resultou num processo de verticalização residencial e a multiplicação dos prédios no Rio de Janeiro, fazendo com que em período menor que 20 anos o número de prédios mais que dobrasse: em 1933 a cidade possuía cerca de 160 mil prédios e, em 1950, este número passou para 335 mil (LESSA, 2000, p. 239), na qual verticalização da Zona Sul, por exemplo, esteve associada ainda à “ideologia do morar à beira mar” (ABREU, 2006, p.112).

A Zona Sul da cidade, aliás, sobretudo Copacabana, durante o período passa por um de boom imobiliário resultante da diversificação dos lucros da indústria, comércio e exportação agrícola. Copacabana passa a atrair as modernizações urbanas - inversões de capital urbano - esperadas pelo poder público que fossem realizadas no Centro, uma vez que este foi o alvo das reformas urbanas. No pós-1930 a região central continuou a atrair atenção do Estado, como na construção da Av. Presidente Vargas, na administração de Henrique Dodsworth (1937-1945), que se consolida nos moldes das reformas protagonizadas pelo Estado historicamente: por meio da derrubada de residências e expulsão da população mais pobre das áreas centrais.<sup>27</sup> Contudo, os loteamentos ao redor da Av. Presidente Vargas ficaram vazios pela atração de capital (construção civil, comércio de luxo, lazer) e população por parte de Copacabana, que se configurou como subcentro. Nesse sentido, o desenvolvimento da Zona Sul acaba atraindo, também, trabalhadores de baixa especialização e, portanto, mão de obra barata, para a ocupação de terrenos desvalorizados, dando origem a novas favelas.

Este vultuoso fluxo migratório, as reformas urbanas, que afetavam sobretudo áreas centrais da cidade e a Zona Sul, o próprio desenvolvimento da Zona Sul e o deslocamento de indústrias para os subúrbios da cidade fizeram com que as favelas se proliferassem pelo Rio de Janeiro, contribuindo para o surgimento de bairros suburbanos, como Pavuna, Anchieta e a Baixada. Abreu (2006) afirma que apesar do caráter estratificante da formação social carioca, o período entre 1930-1964 é caracterizado como um momento de menor estratificação, devido à necessidade do capital industrial de absorver mão de obra barata, à maior participação da

---

<sup>27</sup> “Resultando daí a demolição de 525 prédios durante três anos de construção da avenida, que foi inaugurada por Vargas em 7/9/1944. Embora o número de pessoas e atividades removidas do local seja ignorado, sabe-se entretanto que várias atividades comerciais se deslocaram para áreas próximas e as indústrias para os subúrbios.” (ABREU, 2006, p.114).

indústria na geração de renda e ao advento democrático a partir de 1945, fazendo com que as favelas atraíssem atenção do Governo, resultando em melhoramentos urbanos pontuais nos subúrbios. A construção de programas habitacionais, pode ser um dos exemplos apontados de transformações da paisagem suburbana, sem resolução de seus problemas urbanos. Entretanto, as melhorias de infraestrutura no subúrbio estavam ligadas, sobretudo, à presença de fábricas, pois tinham participação na geração de renda, o que chamava a atenção do poder público.

Então, o cenário em que as transformações urbanas no Rio de Janeiro estão incluídas coloca centralidade à indústria, se consolidando como principal fator de mudança. O novo papel do Estado, guiado pelas leis trabalhistas e pelo intervencionismo, consolidaram e intensificaram a acumulação industrial no país, e sobrepõem ao urbano o *locus* de legitimidade do poder governamental e elevam o fluxo migratório no país, principalmente para o eixo Rio-São Paulo. Nesse sentido, a capital do País se viu favorecida ao ser um dos destinos do fluxo migratório brasileiro, o que faz com que sua configuração espacial se amplifique, de acordo com a necessidade de acumulação industrial, isto é, para regiões com mão de obra barata, demandando, também, um aparato de infraestrutura básica, o que pressionou o Estado para atuar de maneira mais ativa em áreas suburbanas através de investimentos públicos em infraestrutura e na melhoria dos transportes intra e interurbanos.

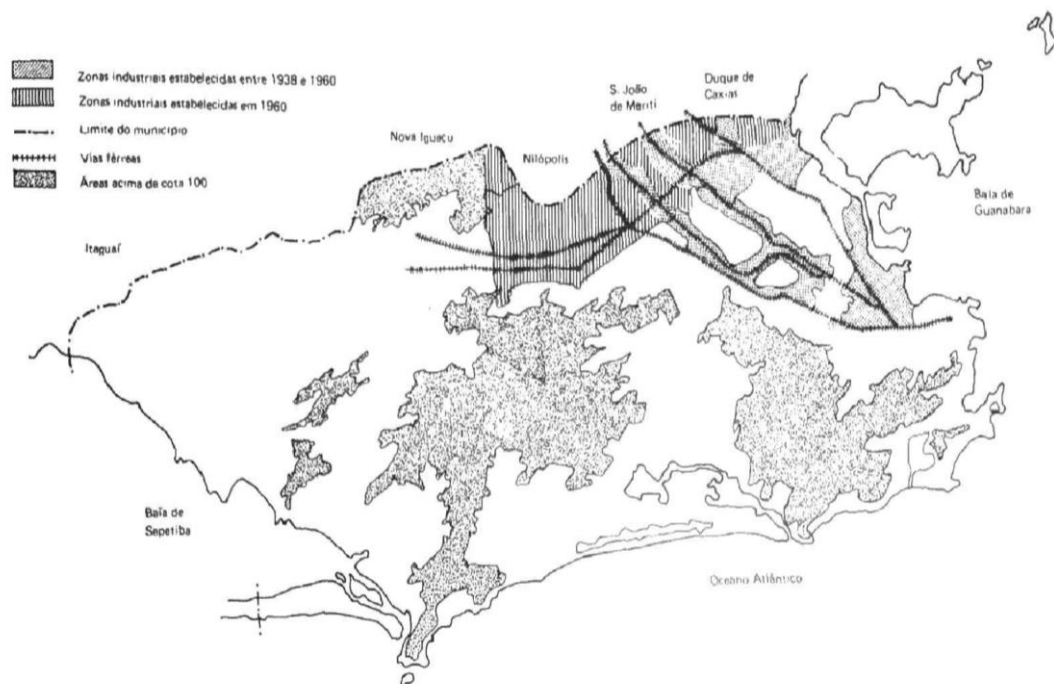
A dispersão da classe trabalhadora para o subúrbio e para as periferias estão diretamente associadas com a dispersão das fábricas pela cidade e tal movimento esteve sustentado pela presença de estradas de ferro existentes, como é possível analisar por meio dos mapas 1, 2 e 3. A crescente industrialização brasileira, gerava a necessidade por expansão física das fábricas, fazendo com que aquelas que possuíam inadequação em suas instalações se transferissem de áreas centrais, cujo valor fundiário era maior e a disponibilidade espacial menor, resultando na progressiva ocupação dos subúrbios.

Como apontado anteriormente, antes do apoio estatal à atividade fabril, algumas indústrias se instalaram em regiões suburbanas como, por exemplo, a Companhia Nacional dos Tecidos Nova América (1924), em Del Castilho, a General Eletric (1921), em Maria da Graça, a Cisper (1917) e a Marvim (1921), em Jacarezinho e elas estavam apoiadas nas estações Leopoldina, Linha Auxiliar e Rio D'ouro. Após 1930, Abreu (2006) relata que outras indústrias se localizaram nos arredores da mesma região, como a Gillette e a Silva Pedrosa, no bairro de

Benfica e a Companhia Nacional do Papel, no Jacarezinho e com o apoio do Estado este processo se intensifica atingindo áreas mais próximas ao limite do Distrito Federal.

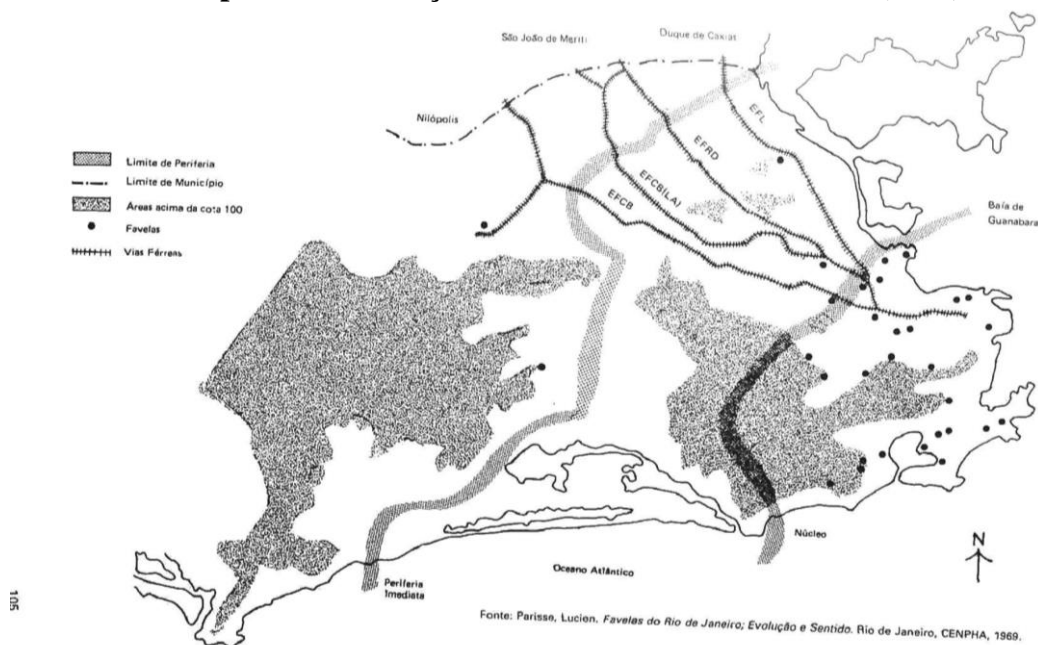
A partir de 1937, o Estado passa a interferir diretamente na localização dos empreendimentos industriais. Por meio do Decreto Lei 6000/37, definiu-se a primeira zona industrial da cidade, que englobava São Cristóvão e Jacarezinho, indo até Bonsucesso e, pela orla litorânea, até Ramos, em área distinta, no limite do Distrito Federal, partia da Avenida Automóvel Clube e ia até a Baía de Guanabara e, por fim outras três faixas, ligadas às linhas férreas, foram englobadas pelo decreto: “a primeira, na margem direita da linha-tronco da Central do Brasil; a segunda, ao longo da Linha Auxiliar, desde Del Castilho até a fronteira estadual, além da estação de Costa Barros; e a terceira, ao longo da Rio D’Ouro” (ABREU, 2006, p. 101). Tais movimentos estão contidos no Mapa 1.

**Mapa 1 - Zoneamento industrial do Rio de Janeiro: 1938-1960**



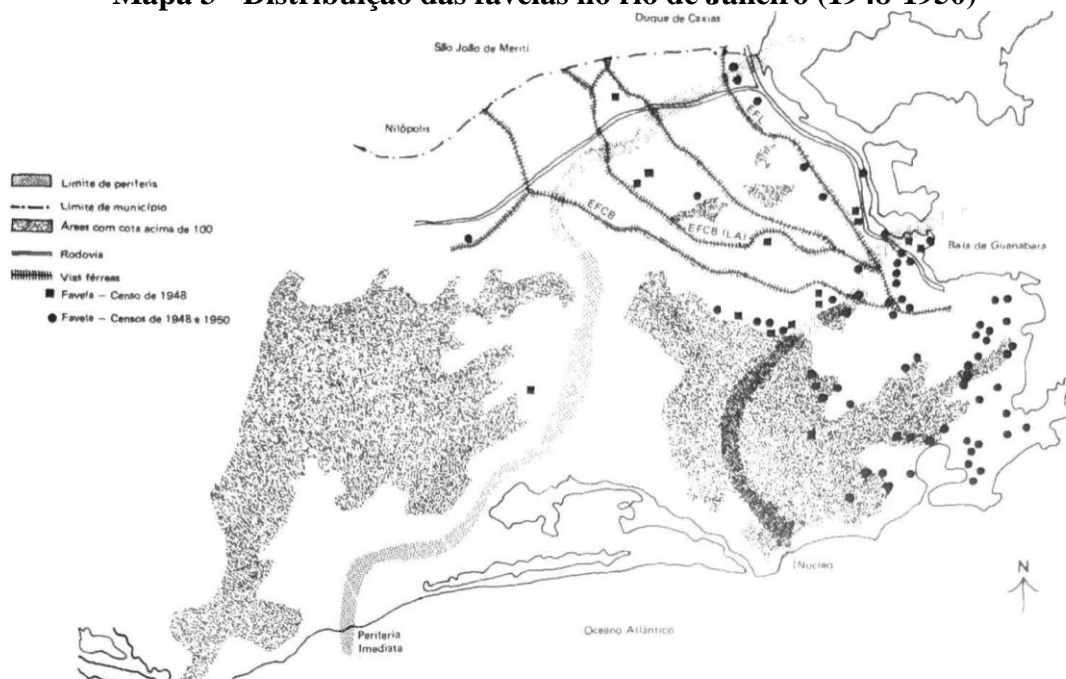
Fonte: ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. IPP, Rio de Janeiro, 2006, p.102.

**Mapa 2 - Distribuição das favelas no rio de Janeiro (1942)**



Fonte: ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. IPP, Rio de Janeiro, 2006, p.102.

**Mapa 3 - Distribuição das favelas no rio de Janeiro (1948-1950)**



Fonte: ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. IPP, Rio de Janeiro, 2006, p.102.

Com isso, as fábricas que estavam situadas em bairros da Zona Sul e da Zona Norte, excluídos das zonas industriais, passaram a estar em desvantagem competitiva, pois

encontravam-se muitas vezes em regiões valorizadas, sem capacidade de expansão física, tendo como solução o encerramento das atividades, escolhendo pelo loteamento dos terrenos, ou a transferência para locais menos custosos, em direção à periferia (ABREU, 2006).

Por trás desses movimentos encontram-se características próprias da fase capitalista industrial, estrutura social hegemônica, na qual sobrepõe maior importância à etapa da produção propriamente dita, dentro do processo produtivo, e, por isso, o corpo social carioca passa a se reconfigurar para que a produção industrial aconteça sem percalços. Como exposto, embora a influência industrial tenha sido progressiva, essas transformações não ocorreram naturalmente com o passar do tempo, elas ocorreram como frutos dos relacionamentos entre grupos sociais diversos, tensões, conflitos e lutas sociais que colocaram em jogo a disputa pelo poder. E, embora o Estado tenha mantido sua posição frente aos interesses de suas elites e do capital, ele passa por alterações em seu papel de atuação e passa a favorecer outro subgrupo de capitalista. É por meio da interação dos diferentes elementos envolvidos nesse corpo social que a forma social se materializa, configurando geograficamente as frações sociais.

Tal sistema social analisado, no qual o capitalismo industrial seria uma espécie de matriz energética que o alimenta, não implica, no entanto, transformações geográficas automáticas, simultâneas e homogêneas em cada localidade do Rio de Janeiro. Como Milton Santos (2020) argumenta, a quantidade de capital fixo e de um nexo técnico-científico influencia a presença de funções econômicas mais complexas, ideologias estranhas à história local e um comando político distante e, portanto, posteriormente à distorções do comando político e às perdas de identidade cultural, haveriam hiatos e heterogeneidades espaciais. Mas, o processo se completa através da reorganização espacial para que as condições de reprodução do capital se desenvolvam. Nesse sentido, a desigualdade de condições de assimilação de inovações e modernizações (capital fixo e meio técnico científico) presentes sobre o Rio de Janeiro levaram a configurações espaciais desiguais por toda a cidade.

A discussão levantada por Castells sobre a presença de diferentes estratos do capital atuando com lógicas, demandas e poderes diferentes, também pode ser esclarecedora para analisar as diferenças do padrão de urbanização presente no Centro e nos subúrbios. A indústria, de maneira geral, possui demandas espaciais voltadas para vastos espaços de produção, sobretudo a indústria siderúrgica, que no caso brasileiro se instalou em Volta Redonda, no interior do Estado do Rio de Janeiro, e, portanto, para que a produção ocorra e se expanda, além

da imobilização da mão de obra barata, a disponibilidade de espaço físico é um fator essencial. Por outro lado, o capital com baixo nível de integração, dependente da ampliação das conexões comerciais, possuindo espaciais demandas distintas. Além disso, as ações do Estado, buscaram agir em favor das frações hegemônicas do capital (MANZAGOL, 1985).

Sendo assim, de acordo com a fase com que a economia fluminense se inseriu, a diferença de natureza das reformas e melhoramentos urbanos no Centro e nas áreas suburbanas pode ser entendida por meio da maneira com que os grupos sociais se relacionaram com o Estado e entre si, resultando em diferentes formas-conteúdo espaciais.

A Segunda Guerra Mundial serviu como estimulante para a produção fabril nacional e, no Rio de Janeiro, acelerou os investimentos do Estado em obras de saneamento de áreas suburbanas, sobretudo nas áreas industriais, o que estimulou o surgimento de novas fábricas. A dificuldade de importação, gerada pela Guerra, estimula a competição fabril interna e a apropriação do espaço pelo capital industrial passa a ser competido entre as empresas, fazendo com que o Estado renuncie seu controle sobre a produção espacial no subúrbio e as empresas assumam o processo de transformação do espaço, configurando o que Marcelo Abreu (2006) chama de anarquismo da implantação industrial nos subúrbios.

O censo de 1948, como mostra a Tabela 7, revelou um total de 105 favelas existentes no Rio de Janeiro, servindo de residência para 138.837 habitantes, que se concentravam majoritariamente nos subúrbios da Central e Leopoldina, que somavam 44% das favelas e concentravam 43% dos moradores de favela, seguida da Zona Sul, que possuía 24% das favelas da cidade e 21% de seus residentes e da zona Centro-Tijuca, concentrando 22% das favelas e 30% dos moradores de favela do Rio de Janeiro. A zona Bangu-Anchieta, que estava mais afastada dos principais locais de emprego, tinha participação bem menos significativa. Observa-se então, uma ligação direta entre o movimento de dispersão locacional das fábricas e o surgimento das favelas nos subúrbios e periferias da cidade.

A Tabela 8 oferece um horizonte explicativo mais claro ao evidenciar que as indústrias capitanearam a absorção de trabalhadores residentes de favela, representando 30% dos empregos, seguido por construção civil e serviços domésticos representando 20% cada um, por comércio e transporte com ambos empregando 10% cada. Ademais, Abreu (2006) aponta que a maior parte dos residentes em favelas trabalhavam em postos de trabalho da mesma região.

**Tabela 7 - Número de favelas e de moradores de favela segundo os principais distritos censitários (1948)**

| Distritos              | Favelas |      | População |      |
|------------------------|---------|------|-----------|------|
|                        | Nº      | %    | Nº        | %    |
| Zona Suburbana         | 46      | 44%  | 60.485    | 44%  |
| - Central              | 26      | 25%  | 31.602    | 23%  |
| - Leopoldina           | 20      | 19%  | 28.883    | 21%  |
| Zona Centro-Tijuca     | 23      | 22%  | 41.017    | 30%  |
| Zona Sul               | 25      | 24%  | 29.027    | 21%  |
| Zona de Anchieta/Bangu | 11      | 10%  | 8.308     | 6%   |
| Total                  | 105     | 100% | 138.837   | 100% |

Fonte: ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. IPP, Rio de Janeiro, 2006, p.107.

**Tabela 8 - Distribuição percentual dos assalariados residentes em favelas no Rio de Janeiro segundo os principais setores ocupacionais (1948-1950)**

| Setores Operacionais        | 1948 | 1950 |
|-----------------------------|------|------|
| Indústrias de transformação | 30   | 43   |
| Construção civil            | 20   |      |
| Serviços domésticos         | 20   | 27   |
| Comércio                    | 10   | 10   |
| Transporte                  | 10   | 10   |
| Administração Pública       | 6    | 10   |
| Outros                      | 4    |      |
| Total                       | 100  | 100  |

Fonte: ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. IPP, Rio de Janeiro, 2006, p.107.

Para que o processo de circulação dos fatores ocorra sem gerar impactos à acumulação de capital, o processo de expansão geográfica do capital industrial se mantivesse, expandindo sua abrangência para a periferia da cidade, e o adensamento populacional periférico se concluísse, foram essenciais quatro fatores: as obras de saneamento (elemento de infraestrutura) realizadas na década de 1930, pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS); a eletrificação da Central do Brasil, em 1935; a implementação da tarifa ferroviária única em todo o Grande Rio; e, talvez o melhor exemplo de ação do Estado para acomodação do capital fabril na cidade, a Avenida Brasil, inaugurada em 1946, cujos objetivos giravam em torno de

descongestionar as vias Rio-Petrópolis e Rio-São Paulo (redução dos custos de transportes) e incorporar novos terrenos ao tecido urbano-industrial (em favor das indústrias), mas sua utilidade enquanto desafogo viário só veio a ser contemplada na década de 1950, com crescimento da indústria automobilística.

Voltando à experiência da Companhia do Progresso Industrial do Brasil (CPIB) - que apresentou um padrão urbano mais afeito à fase analisada na presente seção -, o novo modelo de acumulação vigente impactou o arranjo espacial presente em Bangu, ao inseri-lo na dinâmica urbana da cidade do Rio de Janeiro. Como a concentração de terras por parte da Companhia passou a atrapalhar o processo de imobilização da mão de obra barata, que ao invés de arrendar a terra (estratégia até então vigente por parte da fábrica), passou a ocupar áreas periféricas, a alienação patrimonial é escolhida como nova estratégia para a atração populacional, contribuindo para o processo de retalhamento de terras nas propriedades da CPIB, fazendo emergir o bairro Bangu.

A própria empresa criaria, no início da década de 1930, um Departamento Territorial, que elaboraria projetos de loteamentos e promoveria a venda dos terrenos aos arrendatários através de pagamento a prazo. Quando estes eram operários da fábrica tinham as prestações dos terrenos descontadas diretamente dos seus salários. Entre 1936 e 1948 foram aprovados 61 projetos de loteamentos, número bastante significativo para o período, mesmo se tratando do Distrito Federal, a capital do país à época. (OLIVEIRA, 2006, p.12).

Dessa maneira, entre 1930 e 1950, a cidade do Rio de Janeiro se expande fisicamente e é observado um padrão urbano diferente ao experimentado pelas áreas centrais da cidade, que buscava o distanciamento da população mais pobre para a acumulação de capital mercantil. Via-se, por meio da demanda de absorção de mão de obra barata pelo capital industrial, a necessidade de acomodação trabalhista às relações sociais de trabalho do capitalismo, cuja imobilização dos trabalhadores indicava um padrão urbano menos segregacionista, onde o Estado passa inclusive a oferecer condições de infraestrutura e proteção social a tal população. Por outro lado, em certa medida, a urbanização da cidade cumpriu o objetivo segregacionista do primeiro ímpeto de organização urbana, pois a localização que a população pobre foi atraída - ou alocada - se relacionava com locais desvalorizados pelo capital imobiliário ou favelas.

Mesmo em um cenário de expansão das conquistas trabalhistas e com movimentos democráticos, a comunidade negra permaneceu, de certa maneira, à margem das condições sociais oferecidas pelo processo de substituição de importações, que caracterizou o capitalismo

brasileiro do período. Zullo (2019) argumenta que para competir por posições sociais de prestígio, oferecidas pelo mercado capitalista organizado em consolidação, a comunidade negra foi forçada a se adequar à cultura do branco - europeizada, conservadora e autoritária - e a corresponder com extremo rigor às expectativas de comportamento ordeiro, tendo que se afastar das diversas formas de existência e expressões culturais identificadas com as tradições afro-brasileiras, como o samba, a capoeira e o maracatu, pois no imaginário preconceituoso se relacionavam com vadiagem ou uma suposta inadaptação negra ao trabalho, não obstante ao cenário de conquistas institucionais, como a instituição do salário mínimo e a consideração de preconceito racial como uma contravenção penal.

Ou seja, parte da população não foi alcançada pelo processo de expansão dos direitos trabalhistas e de oportunidades à cidadania oferecidas pelo mercado capitalista.<sup>28</sup> A exigência de adesão à cultura branca e a perseguição das expressões da cultura afro-brasileira eram partes de uma mesma peneira sociocultural que regulava o acesso do negro à família branca e às ocupações de maior produtividade do trabalho, que tendem a oferecer maior remuneração. A reprovação em qualquer uma destas áreas de contato necessariamente levaria a uma avaliação negativa da outra numa escala muito maior que aquela a que se faria a respeito de um branco, o que significa que todo e qualquer deslize moral de um indivíduo negro afetaria peremptória e permanentemente as suas chances de ascensão social.

Apenas uma minoria da população negra conseguiu ser absorvida nestes postos de trabalho. Por outro lado, sua integração ao mercado de trabalho passa a ocorrer de maneira mais progressiva, com a mitigação de certos bloqueios, o que não implicou, entretanto, na possibilidade de penetração coletiva nos estratos sociais de maior prestígio, nem uma igualdade de condições e oportunidades, quando comparada ao brancos, pois independentemente da qualificação técnica as relações sociais são atravessadas pelo corte racial e, portanto, as identificações culturais eram acionadas visando excluir negros e negras das condições de sociabilidade padrões. Visando preservar a estabilidade social à favor de si própria, a burguesia brasileira reforça os preconceitos e a discriminação sobre a cultura afro-brasileira,

---

<sup>28</sup> Wanderley Guilherme dos Santos (1979), oferece uma concretude ao conceito de cidadania regulada, uma vez que este é definido por um sistema de estratificação social, onde o papel do Estado no reconhecimento das ocupações de seus cidadãos é central para definição de cidadania. Ou seja, o conceito de cidadania para Santos depende das ocupações reconhecidas na instância legal, cuja quantidade de direitos do cidadão estará relacionada à sua ocupação produtiva, se associando à realidade material do sujeito na sociedade capitalista.

estabelecendo conexões com a ideia de territorialização, ao estabelecer os limites do poder social geograficamente, uma vez que à margem da sociabilidade do mercado de trabalho, a população negra esteve sujeita à procurar abrigo nas áreas estigmatizadas e desvalorizadas (ZULLO, 2019; CAMPOS, 2010).

Como o racismo se apresenta como uma relação social de dominação, ele se transforma de acordo com as mudanças nas estruturas de poder social e não depende de instituições explícitas de segregação social, podendo se reproduzir por estruturas culturais, ligadas às identidades e, portanto, subjetivas, mas também por estruturas jurídicas, econômicas e políticas que indiretamente afeta a vida material da comunidade negra, maior parte da classe trabalhadora do país. Sendo assim, o desenvolvimento e a consolidação da estrutura capitalista no Brasil, mantém a estrutura social estratificada por meio das relações raciais, mesmo que na aparência de maior integração e proteção social a luta do povo negro contra o racismo é uma das dimensões mais importantes da luta da classe trabalhadora brasileira, sem que se resuma a ela, pois busca-se a liberdade em diferentes esferas, como por exemplo, na economia, na cultura, na educação e da política, pois a igualdade substantiva não existirá enquanto a população negra possuir menos direitos, menos acesso a certos espaços e posições sociais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da dinâmica colonial, que se apresentou de maneira compulsória aos povos indígenas que aqui viviam e impôs uma dependência socioeconômica e cultural a Portugal, observou-se que as implicações dos relacionamentos políticos e econômicos entre os elementos inseridos (mão de obra escravizada indígena e africana, proprietários de terras, comerciantes e políticos ou militares ligados à Coroa), decorrentes da configuração mercantilista, cujo papel do Brasil foi favorecer a “economia reprodutiva europeia” (FURTADO, 2003, p.18) via oferta de produtos coloniais agrários e importação de técnica e capitais, condicionaram a configuração espacial com intensas relações de subordinação - entre o ambiente de natureza rural ao ambiente de natureza urbana, que expressava a subordinação da esfera produtiva ao processo de circulação mercantil. Sendo assim, a fase mercantilista do modo de acumulação de capital reproduziu as relações de subordinação espacial, centralizando a região portuária do Rio de Janeiro neste processo.

Ademais, o processo de expansão geográfica da Europa, permitiu a construção do imaginário filosófico em que o europeu representava o homem universal, transformando-se na base intelectual para comparação e classificação entre grupos e indivíduos a partir de características físicas e culturais (ALMEIDA, 2019). Com isso, a acumulação de capital mercantil e a lógica do lucro já presente na economia colonial produziram as relações de raça na sociedade, gerando a mercantilização das vidas de comunidades étnicas, com a justificativa de inferioridade e depreciação, produzindo a oferta em massa e, portanto, o barateamento do fator produtivo força de trabalho e criando um mercado extremamente rentável, reproduzindo também a subordinação da esfera produtiva à esfera mercantil.

Evidencia-se, dessa forma, características do relacionamento entre os elementos sociais que produzem o espaço. A lógica de ocupação do espaço no Rio de Janeiro estava inserida dentro da centralização do processo mercantil da circulação, típica da acumulação primitiva de capital para formação do capitalismo mercantil na Europa. A desigualdade nas condições de absorção de modernizações técnico-científicas gerou defasagens na evolução de sua configuração espacial, onde fatores ligados, também, ao meio ecológico, influenciaram em maior medida a apropriação do espaço, pois, como foi mostrado, favoreciam rotas marinhas, principalmente as que ligavam o continente americano com o africano, o que permitiu a criação

de feitorias mercantis no Rio de Janeiro. A estrutura fundiária estava altamente concentrada por uma elite, cujas ligações com a Coroa Portuguesa eram íntimas e a perpetuação de sua posse estava carregada de condições familiares, que, baseada na produção em massa de produtos primários, derivada de sua posição de dependência, se estruturou por meio de latifúndios e da mão de obra escravizada. Formando, dessa maneira, uma organização espacial agrário-mercantil, tendo seu porto como ponto de partida e de encontro de toda a cidade.

Os diferentes ciclos agroexportadores que a economia brasileira sofre reforçam sua condição de dependência e a necessidade do trabalhador escravizado - majoritariamente negro -, mas apresentam mudanças na organização social frente à economia açucareira. Como Furtado (2003) nos elucidou, houve, com o ciclo da mineração, por exemplo, um adensamento entre os relacionamentos espaciais, nos quais o Rio de Janeiro foi peça chave. A menor quantidade de recursos para a produção aurífera, assim como a menor demanda por trabalho, reduz os custos produtivos, aumenta o fluxo comercial na colônia e oferece ao setor urbano maior protagonismo, favorecendo o surgimento da figura do escravo de ganho, que passaram a poder trabalhar por conta própria e comprar sua alforria, e trabalhadores livres puderam obter maiores condições para alguma - mesmo que pouca- ascensão social.

Quando a Família Real transforma o Rio de Janeiro em sede administrativa, a maneira com que a sociedade carioca se relaciona se modifica em diferentes instâncias. Mas, a cidade sofre transformações profundas, principalmente, no aparato de infraestrutura e em sua esfera institucional, consolidando uma ordem urbana autoritária e repressiva, que colocava o papel do Estado como um garantidor dos interesses das elites agrárias e comerciais-financeiras. Como pontuou Carlos Lessa (2000), além do aperfeiçoamento fiscal, melhoramento da infraestrutura urbana, da criação de órgãos importantes, como o Real Teatro de São João, a Academia Real de Belas Artes, o primeiro Banco do Brasil, a Imprensa Régia, o Horto Real, a Biblioteca Real, academias militares e a centralização da justiça, D. João VI coloca a Polícia como elemento de domínio do escravizado no espaço público, para garantia do interesse da acumulação de capital. O que, na prática, gerou intensa repressão ao que se considerava como vadiagem, destinando ação repressiva à comunidade afro-brasileira, através da criminalização da capoeira, dos cultos religiosos, dissolução de reuniões e violentos espancamentos públicos.

Isto intensificava o padrão de distribuição social sobre o território cuja organização social hegemônica estava sobre controle das elites e, por outro lado, criava as condições para

que os conflitos sociais entre grupos de interesses antagônicos se materializassem em diferentes configurações espaciais, através da organização social construída por ex-escravizados em fuga e trabalhadores livres marginalizados: os quilombos.

Em suma, a economia colonial brasileira, em sua materialização geográfica no Rio de Janeiro, foi caracterizada pela concentração de terra e poder por parte de uma elite agrário-mercantil, onde fazendeiros, mas sobretudo, comerciantes e financiadores produtivos, militares e toda a amplitude da Família Real - grupos que, por muitas vezes, se aglutinavam-, tomavam as decisões de acumulação, caracterizada pela presença de latifúndios, escravismo, exportações e centralização da região portuária carioca, subordinadas pela dependência social, econômica, cultural e militar à Europa, que estava em processo de transição ao capitalismo. Sustentados na necessidade de escravização da mão de obra, para que a acumulação ocorresse, criou-se um sistema de subordinação em massa de trabalhadores e de “coisificação” de vidas, que no decorrer do tempo gerou conflitos sociais, materializados na distinção de configurações sociais e, portanto, espaciais.

As transformações ocorridas na segunda metade do século XIX transformam a natureza da configuração espacial do Rio de Janeiro. O fim da escravidão, a decadência da produção cafeeira no estado, a instauração da República, o intenso fluxo migratório e o surto industrial são alguns dos elementos que conduzem a mudança de sua estrutura espacial da cidade. Tais alterações foram condicionadas, também, pelo cenário externo, guiado por implicações das revoluções industriais e da fase do capitalismo mundial.

Nesse sentido, a centralidade política e cultural da Capital da República passa a caminhar junto à centralidade mercantil do porto do Rio. A necessidade de acumulação de natureza urbana, derivada da diversificação do capital em fuga do setor de café, demanda a reorganização espacial da cidade, sobrepondo ao Estado o papel de agente transformador principal das relações espaciais, por meio das reformas urbanas iniciadas pelo prefeito Pereira Passos. Que, embora buscasse, também, a modernidade e o apagamento dos símbolos imperiais e do passado, reforçaram a estrutura de poder colonial, por meio das instâncias econômica, institucional e cultural, uma vez que mantinham o caráter social repressivo, autoritário, exploratório e excludente, no qual a comunidade negra continuava a sofrer as mazelas de todo o corpo social.

Além de oferecerem espaços para a acumulação de capital urbano, as reformas urbanas durante o início do século XX reforçaram a noção de territorialização presente na sociedade - que elege o Rio de Janeiro como projeto-modelo de urbanização nacional -, ao promover a destruição de cortiços e demolições de habitações, especulações fundiárias, proibição de profissões ligadas à subsistência da classe trabalhadora (os ambulantes, engraxates, etc.), pois materializou espacialmente a hegemonia do poder político, social e econômico vigente. Em vista disso, tal processo marginalizou a população pobre, que devido ao histórico escravocrata e a forma com que a estrutura social se transformou a comunidade negra se fez majoritária, restando a ocupação dos morros do Rio de Janeiro como local de abrigo e moradia, reformulando as relações subjetivas e culturais para com o espaço, alterando, também, as noções de territorialidade na cidade.

Com o início do processo de industrialização e todos os conflitos sociais que resultaram na Revolução de 1930, o Rio de Janeiro experimenta um novo modelo de configuração espacial, derivada da nova forma de acumulação de capital, estabelecendo a consolidação do padrão urbano-industrial na cidade. Como vimos, o processo de industrialização se consolida por meio da regulamentação do trabalho, do novo papel do Estado, interferindo na economia em favor da acumulação industrial, e do novo papel da agricultura. Resultando num processo de urbanização cuja natureza se diferencia com a natureza do ocorrido em suas regiões centrais, que apresentava caráter excludente e tinha o Estado como ator principal de transformação.

Apesar do maior intervencionismo estatal na esfera econômica, muitas vezes as próprias indústrias buscaram organizar espacialmente o seu entorno, como no caso da Companhia do Progresso Industrial (CPIB), que buscou conduzir a configuração espacial em favor de seu processo de reprodução desde o início de suas atividades, por meio de arranjos espaciais que se transformaram de acordo com as etapas do desenvolvimento urbano-industrial do Distrito Federal. E, quando o suporte estatal ganha evidência, houve a intensificação do processo de transferência das unidades fabris para os subúrbios da cidade.

Em certos momentos o Governo tentou controlar a organização espacial, criando zonas industriais na cidade. Porém, com a crescente necessidade de expansão física, o acompanhamento do crescimento de favelas nas regiões mais afastadas do centro, significando concentração de mão de obra de baixo custo, e do melhoramento na infraestrutura de transporte ferroviário e de saneamento básico. Nota-se que o Estado passa a se configurar como um ator

na determinação da configuração espacial, oferecendo as condições para que o capital industrial se reproduza, mas com poucas determinações das formas de materialização espacial.

Em contraste às conquistas sociais e trabalhistas alcançadas no período e à crescente postura democrática, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, estava a realidade social da comunidade negra. Em um cenário de construção da chamada democracia racial, o que se apresentava para comunidade negra era o enquadramento de suas expressões culturais e de seus corpos à estrutura social e à cultura do branco, lastreada em instituições sociais europeizadas, conservadoras e autoritárias -, que para cumprir expectativas do comportamento considerado ordeiro, se via obrigada a se afastar de suas identidades culturais, como o samba, a capoeira e o maracatu, perseguidos pelo poder vigente, pois no imaginário preconceituoso se relacionavam com vadiagem ou uma suposta inadaptação negra ao trabalho.

Em suma, o período analisado evidencia as bases sociais nas quais o Rio de Janeiro atual foi criado. Foi possível extrair elementos que ajudam a explicar o porquê de o Rio de Janeiro apresentar características de um certo grau de estratificação espacial, sobretudo na tradicional Zona Sul e mais recentemente na Barra da Tijuca, cujas relações sociais de classe e raça estão imbricadas.

O crescimento do número de favelas assumiu patamares mais elevados em períodos recentes, mas viu-se que o processo de estigmatização, exclusão e, também, de sobrevivência das comunidades marginais ao corpo social hegemônico inicia-se com as disputas espaciais entre a acumulação mercantil e o surgimento dos quilombos. Essa relação ao mesmo tempo se intensifica e se acomoda na relação capital industrial e as favelas, favorecendo sua expansão.

Isso se deu por meio de um poder, baseado na força bélica, da estrutura econômica e na cultura, criando sistemas de oferta de mão de obra barata para a acumulação de capital, antes de natureza agrário-mercantil e, com o processo de industrialização, de natureza urbano-industrial. Processo no qual o Estado agiu em favor do estrato de capital hegemônico em cada fase histórica do corpo social fluminense e estabeleceu as normas culturais que regeriam a sociedade, o que delimitou espacialmente o alcance de seu poder, cujo resultado em todos os períodos analisados foi o crescimento de regiões estigmatizadas, inicialmente antagônicas à estrutura social hegemônica - quilombos, posteriormente, necessária, contudo, estranha à estrutura social hegemônica.

Dessa forma, para pesquisas futuras, sugere-se o estudo da instância espacial, considerando a totalidade da sociedade carioca, ponderando as relações existentes entre o capital financeiro e as atuais favelas. Isto é, partindo da análise da fase do capitalismo global atual, que, apesar da complexidade que o capital se transforma, a financeirização se apresenta como modo acumulação hegemônica, quais seriam os relacionamentos entre os estratos de capital, os grupos sociais, o nível de infraestrutura, o aparato institucional e o meio ecológico, que resultam na manutenção da dinâmica espacial das favelas?

Historicamente, o Estado tendeu a atuar em favor da fração de capital hegemônico. Como o Estado se caracteriza hoje a relação entre capital e Estado para organizar a configuração espacial em favor da acumulação de capital? Quais implicações desse relacionamento para solução dos problemas urbanos da cidade? São questões em aberto que podem elucidar os desafios para que se construa uma estrutura social mais harmônica, onde a estigmatização em torno de grupos sociais não exista e a sua materialização espacial tenha características mais democráticas.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. O espaço em movimento: do urbano ao metropolitano. *In*: ABREU, M.A. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. IPP, Rio de Janeiro, 2006.
- ALBERGARIA, D. Motivações e consequências sociais das reformas urbanas no Rio. **Revista Com Ciência**, Labjor Unicamp, ed.118, Campinas 2010.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural** (Feminismos Plurais/coordenação de Djamila Ribeiro). Sueli Carneiro, Pólen, São Paulo, 2019.
- AZEVEDO, Luiz Vinícius de. **A consolidação do futebol no Rio de Janeiro no período de 1894-1930**: o futebol como instrumento de inserção étnica. Campos dos Goytacazes, 2018.
- AZEVEDO, Renan Caldas Galhardo. As Transformações do Espaço Urbano de uma Cidade: a atividade fabril enquanto instrumento de ordenamento territorial do subúrbio carioca. **XVIII Encontro Nacional de Geógrafos**, São Luís, 2016.
- AZEVEDO, Sérgio de; LOBO, Yolanda. O processo de fusão e o novo Estado do Rio de Janeiro: a questão institucional. *In*: (org.) RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana**. Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 1. ed. Rio de Janeiro, 2015.
- BOXER, Charles Ralph. **A idade de ouro do Brasil** (dores de crescimento de uma sociedade colonial). Companhia Editora Nacional, 2.ed., São Paulo, 1969.
- BREITBACH, Áurea Corrêa de Miranda. **Estudo sobre o conceito de região**. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, Porto Alegre, 1988.
- CANO, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970**. Instituto de Economia - UNICAMP, Campinas, 1981.
- CARVALHO, Marieta Pinheiro. **Uma ideia ilustrada de cidade**: as transformações urbanas no Rio de Janeiro de D. João VI (1808 – 1821). Odisséia, Rio de Janeiro, 2008.
- CASTELLS, Manuel. **Sociologie de l'espace industriel**. Anthropos, Paris, 1975.

COSTA, F. N. **Knut Wicksell**. 2010. Disponível em: <http://fernandonogueiracosta.files.wordpress.com/2010/02/knut-wicksell.pdf>

COSTA, Kaio Glauber Vital da. Gunnar Myrdal e o princípio da causação circular cumulativa: uma análise a partir dos trabalhos de Allyn Young, Nicholas Kaldor e Thorstein Veblen. **X Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica**, Juiz de Fora, 2013.

CRUZ, Bruno de O. *et al* (orgs.) **Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil**. Ipea, Brasília, 2011.

DAVIDOVICH, Fany. **Estado do Rio de Janeiro: o urbano metropolitano**. Hipóteses e questões. UERJ – Programa de Pós-Graduação em Geografia, ano 12, n. 21, v. 2, 2010.

DEYON, Pierre. **O mercantilismo**. Perspectiva, São Paulo, 1973.

DOMINGUES, Carlos Vinícius Schettini da Silva. **Desafiando o cativo**: fuga de escravos no Rio de Janeiro joanino (1808 – 1821). Programa de Pós-Graduação em História – UNIRIO, Rio de Janeiro, 2011.

DUARTE, Vilmar Nogueira. Desenvolvimento equilibrado *versus* desenvolvimento desequilibrado: uma breve revisão das principais teorias. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 17, n. 31, p. 194-205, 2015.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**: o legado da raça branca. Editora Globo, São Paulo, 2008.

FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras**: Uma História do Tráfico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX). São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

FOCHEZATTO, Adelar. Desenvolvimento regional: recomendações para um novo paradigma produtivo. *In*: CONCEIÇÃO, Octávio A. C.; GRANDO, Marinês Zandavali; TERUCHKIN, Sônia Unikowsky; FARIA, Luiz Augusto Estrella (orgs.). **O ambiente regional**. FEE, Porto Alegre, 2010.

FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 45-122, 2000.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Companhia Editora Nacional, 32.ed, São Paulo, 2003.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. Abril Cultural, São Paulo, 1983.

GODINHO, Vitorino de Magalhães. Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770). **Revista de História**, v. 7 n. 15, 1953. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v7i15p69-88>

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço**. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

GRANZIERA, Rui. **Moeda e crédito no limiar do capitalismo no Brasil (a outra história financeira)**. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP, Campinas, 1976.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Depois da democracia racial. **Tempo Social**, v. 18, n. 2, p.269-287, São Paulo, 2006.

GUMIERO, Rafael Gonçalves. **Diálogo das teses de subdesenvolvimento de Rostow, Nurkse e Myrdal com a teoria de desenvolvimento de Celso Furtado**. UFSCar, São Carlos, 2011.

HIRSCHMAN, Albert. **Transmissão inter-regional e internacional do crescimento econômico**. in: SCHWARTZMAN, Jacques, Economia regional: textos escolhidos. Belo Horizonte, Cedeplar, p. 35-53, 1977.

KUZNETS, Simon. *Economic growth and income inequality*. *American Review*, 45 (1), p. 1-28, mar, 1955.

LEMOES, Maurício Borges. **Espaço e capital: um estudo sobre a dinâmica centro x periferia**. Instituto de Economia - UNICAMP, Campinas, 1988.

LESSA, Carlos. **O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de autoestima**. Editora Record, Rio de Janeiro, 2000.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)**. IBMEC, vol.1, Rio de Janeiro, 1978a.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro** (do capital comercial ao capital industrial e financeiro). IBMEC, vol.2, Rio de Janeiro, 1978b.

LOBO, Yolanda; FARIA, Lia. Um dia quem sabe? A educação e a construção do grande estado único do Rio de Janeiro. **Revista Rio de Janeiro**, nº 13-14, maio-dez, p. 103-122, 2004.

MANZAGOL, Claude. **Lógica do espaço industrial**. DIFEL, São Paulo, 1985.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 9, n. 3, p. 325-356, Salvador 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Boitempo, São Paulo, 2007.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira. Editora Brasiliense, São Paulo, 1982.

MENDES, José Teles. O Plano Agache: Propostas para uma Cidade-Jardim Desigual. **Revista Habitus**: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p.116-127, 2012.

MOLINARI, Carlos. Nós é que somos banguenses, 2004. Disponível em: <http://www.bangu.net/informacao/livros/nosequesomosbanguenses/apresentacao.php>. Acesso em 4 de outubro de 2021.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica das regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro, 1960.

NEDER, Gizlene. Cidade, Identidade e Exclusão Social. **Tempo**, vol. 2, n. 3, pp. 106-134, Rio de Janeiro, 1997.

NORTH, D. Teoria da localização e crescimento econômico regional. *In*: J. SCHWARTZMANN (org.) **Economia regional e urbana: textos escolhidos**. Belo Horizonte: UFMG, p. 333- 343, 1977.

NUNES, Edson. A Gramática Política do Brasil. ENAP, Zahar Eds, Rio de Janeiro, 1997.

NURKSE, Ragnar. As dimensões do mercado e o incentivo à inversão. *Revista Brasileira de Economia*, v. 5 n. 4, p.12-45, 1951

OCAMPO, José Antonio. Hirschman, a industrialização e a teoria do desenvolvimento. **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia (MG), 27 (2), p. 17-28, 2013.

OLIVEIRA, Gilson Batista. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Rev. FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.

OLIVEIRA, Júlio César de. **Análise do crescimento econômico e das desigualdades**. Estudos do CEPE, Santa Cruz do Sul, p. 5-26, set. 2009.

OLIVEIRA, M. P. de. Quando a fábrica cria o bairro: estratégias do capital industrial e produção do espaço metropolitano no Rio de Janeiro. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, vol. X, n. 218 (51). Barcelona: Universidad de Barcelona, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. Boitempo, 1. ed., São Paulo, 2003.

PEDROSA, Roberto. Comércio e financiamento na lavoura de São Paulo no início do século. **Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro**, v. 20, n. 1, p. 63-78, jan./mar, 1980.

PEREIRA, William Eufrásio Nunes. **Reestruturação do setor industrial de Campina Grande – PB a partir de 1990**. EDUFRN, Natal, 2016.

PORTO, Mayla Yara. Uma revolta popular contra a vacinação. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 55, n. 1, p. 53-54, Jan. 2003. Disponível em <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252003000100032&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252003000100032&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 04 de outubro de 2021.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Martins Editora, São Paulo, 1942.

ROSENSTEIN-RODAN, P. N. *Problems of Industrialisation of Eastern and South-Eastern Europe*. **The Economic Journal**, v. 53, n. 210/211, p. 202-211, jun./set. 1943.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. Editora da Universidade de São Paulo, 5.ed., 3. reimpr., São Paulo, 2020.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1979.

SILVA, Marcelo Penna da. O processo de urbanização carioca na 1ª República do Brasil no século XX: uma análise do processo de segregação social. **Estação Científica (UNIFAP)**, v. 8, n. 1, p. 47-56, Macapá, 2018.

SOBRAL, Bruno Leonardo Barth. **A desconcentração produtiva regional no Brasil: análise do estado do Rio de Janeiro – 1970/2006**. UNICAMP – Instituto de Economia, Campinas, 2007.

SOBRAL, Bruno Leonardo Barth. O sentido histórico da formação econômica fluminense e desdobramentos para a crise de suas finanças públicas estaduais: desafios estruturais diante da estrutura produtiva oca. **Anais do XXIII Encontro Nacional de Economia Política**, Niterói, 2018.

SOUZA, Nali de J. **Desenvolvimento econômico**. Atlas, São Paulo, 2007.

SOUZA, Nali de J. Desenvolvimento polarizado e desequilíbrios regionais no Brasil. **Análise Econômica**. Faculdade de Ciências Econômicas - UFRGS, Porto Alegre, v. 11, n.19, 1993.

STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G., and ARMUS, D., orgs. **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. História e Saúde collection, pp. 330-391.

TANNURI, Luiz Antonio. **O Encilhamento**. Departamento de Economia e Planejamento Econômico, UNICAMP, Campinas, 1977.

VEBLEN, T. Why is Economics not an Evolutionary Science? **Quarterly Journal of Economics**, Vol.12, pp.373-397, 1898.

WILLIAMSON, J. G. *Regional inequality and the process of national development: a description of the patterns*. *Economic development and cultural change*, v. 13, n. 4, p. 1–84, 1965.

ZULLO, Gustavo José Danieli. **O sentido histórico da discussão sobre a democracia racial no Brasil (1930-1964)**. Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2019.